

Cuiabá-MT, 2012

Plano de Longo Prazo de Mato Grosso

CENÁRIOS ALTERNATIVOS DE MATO GROSSO 2011-2031

Volume III

MT+2 

Governo do Estado do Mato Grosso

Silval da Cunha Barbosa

Governador do Estado de Mato Grosso

Francisco Tarquínio Daltro

Vice Governador do Estado de Mato Grosso

Áurea Regina Alves Ignácio
Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia

Jenz Prochnow Júnior
Procurador Geral do Estado

André Luiz Prieto
Defensor Público Geral

João Antonio Cuiabano Malheiros
Secretário de Estado de Cultura

Antônio Roberto Monteiro de Moraes - Cel. PM
Secretário-Chefe da Casa Militar

José Alves Pereira Filho
Secretário-Auditor Geral do Estado

Aparecida Maria Borges Bezerra
Secretária de Estado de Desenvolvimento de Turismo

Carlos Luiz Milhomem de Abreu
Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar

Arnaldo Alves de Souza Neto
Secretário de Estado de Transportes e Pavimentação Urbana

José Esteves Lacerda Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

Carlos Antonio Azambuja
Secretário de Estado de Esporte e Lazer

José Gonçalves Botelho do Prado
Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

Carlos Eduardo Tadeu Rayel
Secretário de Estado de Comunicação Social

Marcelo Ferra de Carvalho
Procurador Geral de Justiça

César Roberto Zilio
Secretário de Estado de Administração

Paulo Inácio Dias Lessa
Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Diógenes Gomes Curado Filho
Secretário de Estado de Segurança Pública

Pedro Jamil Nadaf
Secretário de Estado de Indústria, Comércio e Minas e Energia

Eder de Moraes Dias
Secretário Extraordinário da Copa do Mundo FIFA 2014

Roseli de Fátima Meira Barbosa
Secretária de Estado de Trabalho e Assistência Social

Edmilson José dos Santos
Secretário de Estado de Fazenda

Ságuas Moraes de Sousa
Secretário de Estado de Educação

Ernandy Maurício Baracat Arruda
Secretário de Estado das Cidades

Vander Fernandes
Secretário de Estado de Saúde

Francisco Antonio Vuolo
Secretário Extraordinário de Estado de Acompanhamento da Logística Intermodal de Transportes

Vicente Falcão de Arruda Filho
Secretário de Estado de Meio Ambiente

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da emissão de CO ₂ , toneladas métricas, por regiões no mundo - 1971-2008.....	16
Gráfico 2 - Evolução da produção, do consumo e do estoque de cereais no mundo - 2000-2010.....	20
Gráfico 3 - Taxa de crescimento anual do PIB e do consumo de energia no mundo - 1997-2007.....	23
Gráfico 4 - Evolução do consumo mundial final de energia, por toneladas métricas - 1971/2008	25
Gráfico 5 - Fluxo turístico internacional, por milhões de pessoas - 1995-2008	26
Gráfico 6 - Evolução das exportações brasileiras para o MERCOSUL - 1990-2010.	29
Gráfico 7 - Evolução da taxa real de crescimento anual, em percentual, das economias avançadas e do BRIC - 2000-2010.....	31
Gráfico 8 - Evolução das transações correntes do balanço de pagamentos brasileiro, por US\$ bilhões e percentual do PIB - 1996-2010	47
Gráfico 9 - Resultados primário e nominal do setor público, percentual do PIB - 1995-2011	48
Gráfico 10 - Evolução das finanças públicas do Brasil, por percentual do PIB acumulado em 12 meses - 1994-2010	49
Gráfico 11 - Taxa anual de variação do Índice de Gini (desigualdade de renda) e percentual da pobreza absoluta e extrema - 1995/2008	51
Gráfico 12 - Evolução dos indicadores de pobreza no Brasil - 2001-2009.....	52
Gráfico 13 - Distribuição da população, percentual da população e milhões de indivíduos, por classes de renda no Brasil - 2003-2009.....	52

Gráfico 14 - Formação bruta de capital fixo: público e privado com percentual do PIB - 2002-2010	57
Gráfico 15 - Taxa de crescimento anual do PIB do Brasil - 2000-2010.....	58
Gráfico 16 – Pesquisadores, por mil pessoas ocupados, em países selecionados - 2008	67
Gráfico 17 – Investimentos, percentual do PIB, em C&T nos países selecionados - 2008	68
Gráfico 18 – Participação dos setores de atividades na formação do PIB de Mato Grosso - 2004-2008	92
Gráfico 19 - Evolução do desmatamento nos principais estados da Amazônia Legal - 2005-2010	95
Gráfico 20 – Desmatamento nos biomas, milhões de hectares, de Mato Grosso - 2005/2009	96
Gráfico 21 - Percentual dos investimentos e do custo da dívida na despesa corrente de Mato Grosso e estados selecionados – 2009.....	99
Gráfico 22 - Participação dos investimentos e do custo da dívida na despesa corrente de Mato Grosso – 2004-2009.....	100
Gráfico 23 - Participação das despesas com pessoal e encargos na despesa corrente e receita corrente líquida em Mato Grosso – 2004-2009	101
Gráfico 24 – Evolução da escolaridade média da população mato-grossense, com 25 anos ou mais - 1981/2009.....	103
Gráfico 25 - Incidência de pobreza no Brasil, na região Centro-Oeste e em Mato Grosso - 2002-2009	106
Gráfico 26 - Taxas médias de crescimento real do produto interno de Mato Grosso (Cenário A).....	120

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Síntese das variáveis macroeconômicas do cenário de referência (A) mundial.....	40
Tabela 2 - Síntese das variáveis macroeconômicas do cenário (B) mundial	43
Tabela 3 - Síntese das variáveis do cenário de referência (A) do Brasil	78
Tabela 4 – Síntese das variáveis macroeconômicas do cenário de referência (B) do Brasil	82
Tabela 5 – Percentual de alunos com aprendizado adequado no Brasil, no Centro-Oeste e em estados da região Centro-Oeste – 2009	104
Tabela 6 - Indicadores de finanças públicas – cenário de referência (A)	121
Tabela 7 - Indicadores de infraestrutura – cenário de referência (A)	122
Tabela 8 - Indicadores educacionais – cenário de referência (A).....	125
Tabela 9 - Indicadores sociais selecionados – cenário de referência (A).....	127
Tabela 10 - Indicadores selecionados de infraestrutura – cenário (B)	130
Tabela 11 - Síntese comparativa dos indicadores macroeconômicos.....	134

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Combinação das Hipóteses das Incertezas Críticas 118

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Consumo mundial <i>per capita</i> de água por ano – 2008.....	21
Figura 2 - Disponibilidade e estresse de água no Planeta - 2007	22
Figura 3 - Previsão de investimentos em transposte para a região Centro-Oeste - 2007-2010	111

LISTA DE SIGLAS

AIE	– Agência Internacional de Energia
ANEEL	– Agência Nacional de Energia Elétrica
BACEN	– Banco Central do Brasil
BNDES	– Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRIC	– Grupo de países composto pelo Brasil, Rússia, Índia e China
C & T	– Ciência e Tecnologia
CAD ÚNICO	– Cadastro Único
CCI	– Câmara de Comércio Internacional
CEDEM	– Conselho Estadual de Desenvolvimento Empresarial
CNPq	– Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNT	– Confederação Nacional do Transporte
CONFAZ	– Conselho Nacional de Política Fazendária
DAS	– Diretoria de Assentamentos
EMBRAPA	– Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	– Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FBCF	– Formação Bruta de Capital Fixo
FMI	– Fundo Monetário Internacional
FUNDEIC	– Fundo de Desenvolvimento Industrial e Comercial
IBAMA	– Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	– Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEB	– Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IED	– Investimento Externo Direto
IIRSA	– Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana
INCRA	Instituto Nacional de Reforma Agrária
INPE	– Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

INTERMAT	– Instituto de Terras de Mato Grosso
IPCA	– Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPCC	– Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDIC	– Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDL	– Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MERCOSUL	– Mercado Comum do Sul
NFSP	– Necessidade de Financiamento do Setor Público
OCDE	– Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	– Organização Mundial do Comércio
OMT	– Organização Mundial do Turismo
P&D	– Pesquisa e Desenvolvimento
PAC	– Programa de Aceleração do Crescimento
PDI	– Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	– Produto Interno Bruto
PNAD	– Pesquisa nacional por Amostragem de Domicílios
PNDR	– Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNUMA	– Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPP	– Parcerias Público-Privadas
PRODEIC	– Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial
SECEX	– Secretária de Comércio Exterior
SELIC	– Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SICME	– Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia
STF	– Supremo Tribunal Federal
STN	– Secretaria do Tesouro Nacional
UNESCO	– Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZSEE	– Zoneamento Socioeconômico-Ecológico

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	1
LISTA DE TABELAS.....	3
LISTA DE QUADROS.....	4
LISTA DE FIGURAS	5
LISTA DE SIGLAS.....	6
INTRODUÇÃO	9
I. CENÁRIOS MUNDIAIS	11
1.1 Tendências consolidadas.....	12
1.2 Variáveis de resultado	18
1.3. Incertezas críticas	30
1.4 Cenários Alternativos	35
II.CENÁRIOS DO BRASIL	44
2.1 Tendências consolidadas.....	46
2.2 Variáveis de resultado	55
2.3 Incertezas críticas	59
2.4 Cenários Alternativos	71
III.CENÁRIOS DE MATO GROSSO	83
3.1 Tendências consolidadas.....	85
3.2 Variáveis de resultado	90
3.3 Incertezas críticas	108
3.4 Cenários de Mato Grosso.....	115
3.5 Comparação dos cenários de Mato Grosso	133
REFERÊNCIAS.....	136
APÊNDICE	141

INTRODUÇÃO

O planejamento é um processo de decisão no qual se estabelecem alternativas e caminhos a serem trilhados e ações necessárias para alcançar o futuro desejado pela sociedade no território para o qual foi planejado. Assim, o planejamento é elaborado, sempre, por antecipações de futuros, alternativos ou desejáveis, que identifiquem tendências e sinais de mudanças, frente aos quais são definidas as estratégias e os caminhos adequados para o desenvolvimento.

Os cenários são descrições de futuro tecnicamente fundamentados que delimitam as incertezas por meio de formulação das hipóteses plausíveis sobre seus prováveis desempenhos, ou seja, são formas sistemáticas e estruturadas de antecipação de futuros que explicitam as hipóteses e delimitam as possibilidades de evolução da realidade e seu contexto e, portanto, ajudando na tomada de decisões.

Nesse sentido, em 2005, Mato Grosso inovou no processo de planejamento estratégico do Estado, ao utilizar da técnica de cenários na elaboração do Plano de Longo Prazo.

A construção dos cenários segue, normalmente, cinco grandes etapas que organizam a reflexão estruturada em torno da realidade observada e do seu contexto externo.

Na primeira etapa, a dos condicionantes futuros, são analisados, os processos que estão em desenvolvimento no presente e, por isso, podem indicar tendências ou sinais de mudança na realidade ou no contexto externo. Na segunda, identifica-se as incertezas críticas que podem ser definidas como alternativas futuras para mundo, Brasil e Mato Grosso, ou seja, os condicionantes mais incertos e de maior influência geral na realidade futura.

Na terceira etapa, definem-se as hipóteses plausíveis dos comportamentos futuros das incertezas críticas. Na quarta etapa, avaliam-se as combinações das diferentes hipóteses que constituem o conjunto das possibilidades do futuro desejado e na quinta etapa são realizadas as análises de consistência das combinações das hipóteses.

Na revisão e atualização dos cenários alternativos de Mato Grosso e dos seus contextos mundial e nacional, as duas primeiras etapas foram realizadas com a participação de representantes da sociedade. As três últimas, foram executadas pela consultoria Multivisão e a equipe técnica do Governo que desenvolveram as análises técnicas das informações com as contribuições dos participantes em relação aos novos condicionantes, incertezas críticas e as hipóteses estabelecidas.

Como o objetivo foi revisar e atualizar os cenários formulados em 2005, para o primeiro ciclo do plano de longo prazo, os participantes foram orientados a avaliar a pertinência e a validade atual dos condicionantes, incertezas críticas e hipóteses formuladas naquele ano.

Desta forma, o documento apresenta os cenários alternativos atualizados de Mato Grosso e antecipa os futuros prováveis do Estado no período de vinte anos. Eles foram elaborados para orientar a revisão e atualização do plano de longo prazo do estado de Mato Grosso elaborado em 2005. Está estruturado em quatro capítulos. No primeiro encontra-se a introdução que apresenta uma breve exposição sobre o tema e a metodologia utilizada.

O segundo capítulo descreve os cenários mundiais nos quais são mostrados os prováveis comportamentos futuros do contexto internacional e os impactos sobre o Estado. O terceiro capítulo analisa e explicita os cenários do Brasil e organiza as alternativas de futuro com suas influências sobre o desenvolvimento de Mato Grosso. O quarto capítulo explicita os futuros alternativos de Mato Grosso como resultado da interação dos processos exógenos: mundiais e nacionais com as tendências e iniciativas internas ao Estado e consta, por último, a lista de referências.

I. CENÁRIOS MUNDIAIS

O mundo vivencia, no início da segunda década do século XXI, momentos de grandes incertezas com fortes sinais de mudanças que preparam o futuro. Começou com os rescaldos da crise econômico-financeira de 2008 e 2009 que ainda geram instabilidades e ameaçam o crescimento da economia mundial, embora esta já tenha mostrado sinais de recuperação em 2010. Os países desenvolvidos se encontram em um processo de estagnação, apesar de grande injeção monetária na economia o que ampliou, significativamente, a liquidez internacional. O resultado da gigantesca liquidez é o movimento inflacionário que atinge a economia internacional, em uma combinação perigosa com a retração econômica.

As sequelas da crise se manifestam no enorme endividamento e no agudo aperto fiscal dos países desenvolvidos, principalmente, os Estado Unidos e países da Europa que retraíram o ciclo de expansão que vinham vivenciando no decorrer de vários anos da década passada. As crises fiscal e financeira têm estimulado, em certa medida, a adoção de ações protecionistas, como por exemplo, a chamada “guerra cambial”. Recorrem a ela para se defenderem da concorrência em um quadro de retração econômica.

Por outro lado, o “milagre” chinês, embora mantenha taxas mais altas de crescimento, apresenta sinais de desgastes com evidências de pressões inflacionárias que os obrigam a frear a velocidade da expansão econômica e, ao mesmo tempo, dificultam a desvalorização de sua moeda.

Para acentuar as dificuldades da economia mundial, o Japão, terceira potência do planeta, padece de uma prolongada recessão. Sofreu o grave terremoto e o tsunami que provocaram um acidente nuclear com redução da oferta de energia e agravaram a crise econômica com retrações nas atividades produtivas. Por outro lado, o Mundo Árabe, com o impacto político mas também o energético, experimenta um período de grandes conflitos. Houve, inicialmente, tênue democratização em alguns países, especialmente no Egito, mas ocorre agora a guerra civil na Líbia que é um país estratégico para o fornecimento de petróleo, sobretudo, aos países do mediterrâneo.

O Planeta, além desses problemas e fatores de instabilidade, vive às voltas com ameaças de mudanças climáticas, das quais muitas são provocadas por ações antrópicas. Ao mesmo tempo, como resultado da emergência de alguns grandes países há a formação de lideranças regionais importantes que propiciam uma reorganização geoeconômica e geopolítica global com desdobramentos significativos no futuro.

Para pensar o futuro no contexto mundial, são apresentados a seguir as tendências e os sinais de mudança em curso no Planeta, com o intuito de estabelecer uma classificação segundo o grau de incerteza e a capacidade de determinação sobre o conjunto da realidade: **tendências consolidadas** que indicam os processos cujos movimentos futuros parecem já definidos e, relativamente, certos¹; **variáveis de resultado** são aquelas cujos movimentos futuros dependem de outras variáveis determinantes, sejam tendências consolidadas, sejam incertezas críticas; **incertezas críticas** são os condicionantes ou variáveis em transformação, cujos desdobramentos futuros são impossíveis de prever.

O capítulo está dividido em quatro partes. As três primeiras explicitam os condicionantes segundo o grau de incerteza e determinação e o quarto apresenta os cenários com os resultados das combinações das hipóteses das incertezas críticas.

1.1 Tendências consolidadas

Como já referido, na análise dos processos em curso na realidade mundial, foi identificado um conjunto relevante de variáveis e com grande influência no futuro, mas que segundo a interpretação, já tem sua trajetória relativamente determinada. São as seguintes tendências consolidadas do futuro da realidade mundial:

1. Reorganização da economia mundial

O processo de globalização da economia mundial provoca uma reorganização territorial com a emergência de novas nações de grande porte. A China é a principal força emergente na economia mundial, possui as mais elevadas taxas de

¹ Lembrando que o futuro é incerto, trata-se de hipóteses consideradas plausíveis de consolidação do movimento.

crescimento econômico e já se destaca como a segunda economia do mundo. O seu PIB é inferior apenas ao dos Estados Unidos. De acordo com previsões de especialistas, os países do BRIC: Brasil, Rússia, Índia e China tendem a disputar, nas próximas décadas, as primeiras posições na economia internacional. A China poderá superar os Estados Unidos até 2050.

Embora, evidentemente, existam dúvidas quanto ao ritmo diferenciado dos países, inclusive a China e tudo indica que, nos próximos vinte anos, continuará o rápido processo de desconcentração territorial da economia. Os países emergentes vão elevar suas participações relativas no Produto Interno Bruto (PIB) mundial enquanto as grandes nações ricas que crescem em ritmo modesto, perderão posições relativas. Deve-se consolidar, no futuro, um núcleo dinâmico da economia mundial na Ásia: China, Índia e Rússia, mas de qualquer forma, tanto os Estados Unidos quanto a Europa deverão continuar a concentrar parte relevante da economia global.

2. Organização do jogo de poder mundial

A desconcentração da economia mundial com o crescimento diferenciado dos países que compõem o BRIC, a formação de um núcleo forte na Ásia e a manutenção da relativa importância econômica e diplomática da União Europeia tendem a provocar uma nova organização da estrutura de poder mundial. Assim como, as formações de novas lideranças regionais e globais, com destaque mais uma vez para a China e a formação do Grupo dos 20 que inclui a liderança do Brasil, tenderão a configurar uma nova estrutura de poder mundial.

Mesmo que não se possa imaginar, no período de vinte anos, um declínio da força político-militar dos Estados Unidos, esse movimento de novos polos de poder deve proporcionar, nas próximas décadas, a formação de uma hegemonia multipolar. As grandes questões globais devem ser cada vez mais negociadas em grandes instâncias na busca de soluções compartilhadas que incluam o tratamento dos conflitos políticos e militares localizados como, por exemplo, a guerra civil na Líbia. Nesse novo ambiente político deve haver um fortalecimento das instituições multilaterais, inclusive as Nações Unidas, para organizarem os entendimentos e os acordos políticos e implementarem iniciativas globais compartilhadas.

3. Inovação tecnológica e novos padrões de competitividade

Nas próximas décadas, deve ocorrer a aceleração nas pesquisas e nos desenvolvimentos científicos e tecnológicos nas áreas da biotecnologia, nanotecnologia, informática e de novas fontes de energia. O volume crescente de recursos mobilizados pelos países e pelas grandes empresas tende a acelerar as descobertas e as invenções que intensificarão as inovações tecnológicas, cada vez mais rápidas. Dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para 2007, indicavam que o mundo investiria cerca de 1,7% do PIB mundial em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, pouco menos de US\$ 1,15 trilhões de dólares.

As mudanças tecnológicas de processo e de produto passam a constituir o componente central das disputas competitivas globais serão difundidas em todos os segmentos da economia, inclusive a agropecuária. O conhecimento torna-se o diferencial competitivo, com rápida alteração do padrão tecnológico nos processos produtivos e nas relações de trabalho. Neste sentido, o nível e a qualidade do capital intelectual das nações devem definir, no futuro, as disputas competitivas e a posição dos países no comércio global.

Pelo volume crescente de investimentos em pesquisas, necessários para atender a enorme complexidade e os custos dos laboratórios tendem a consolidar a concentração do conhecimento nos países avançados. Grandes empresas, no entanto, mostram um movimento de deslocamento de partes dos centros de pesquisas para países emergentes com boa estrutura e com capacidade científico-tecnológica como o Brasil, mas principalmente Índia e China.

A nova onda da revolução científico-tecnológica deve provocar também alterações importantes nos costumes e hábitos das sociedades em todo o mundo. Deve levar também à criação de novas relações entre pessoas e grupos sociais, de mecanismos diferentes e mais ágeis de comunicação com mudanças no ensino e nos sistemas de saúde.

4. Forte interação da rede mundial de informação

O desenvolvimento acelerado da tecnologia de informação e comunicação tem exercido um impacto significativo na sociedade e na economia mundial, além de mudanças nas atividades profissionais: internet, celular, skype e tablets que aceleram a comunicação barata e de qualidade. A revolução da internet contribuiu para uma intensa e ampla interação entre as pessoas e os grupos sociais, com a formação das redes sociais de convivência virtual.

O avanço nas tecnologias de informação e de comunicação e a formação das redes sociais são tendências consolidadas e devem continuar a fazer parte da vida socioeconômica futura. Por outro lado, o ritmo, a velocidade e a quantidade de informações que circulam por diferentes meios de comunicação, especialmente nas redes sociais, acelera as mudanças e a difusão de conhecimentos, provocam novos hábitos e geram expectativas e desejos diferenciados. A informação ganha amplitude, velocidade e capacidade de difusão além-fronteira e provocam mudanças sociais, econômicas e políticas.

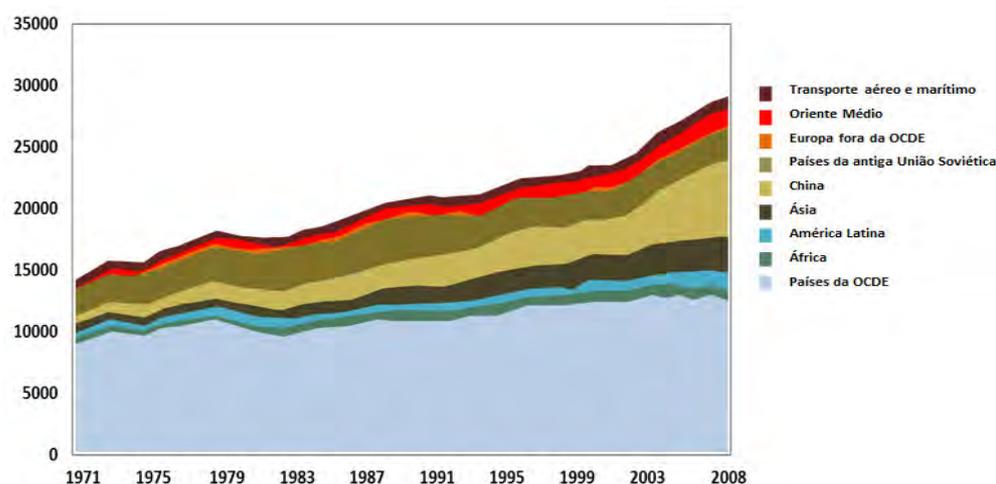
5. Mudanças climáticas e mercado de crédito de carbono

Desde os anos 90 do século passado, os pesquisadores nos alertam para as tendências de mudanças no clima. As advertências foram acompanhadas por vários espaços de discussões e negociações políticas no intuito de minimizar ou, até mesmo, conter ações antrópicas agressivas ao meio ambiente. Isso significa que será necessária uma forte mudança nos padrões de produção e de consumo, especialmente nas nações industrializadas, mas também nas emergentes para reduzir as emissões crescentes e em larga escala de gases na atmosfera e que provocam o efeito estufa (liberação de gás carbônico dos combustíveis fósseis, das queimadas e dos desmatamentos, etc.).

O gráfico¹, a seguir, mostra como vem evoluindo, nas últimas décadas, as emissões de CO₂ (principal gás do efeito estufa²) e como estão distribuídos, regionalmente, o volume de gases lançados na atmosfera. Como pode-se perceber o volume total emitido quase dobrou no período de 1971 a 2008. Por outro lado, embora os países

da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que inclui os Estados Unidos, ainda sejam os grandes emissores, sua participação no total vem declinando ao longo do tempo. A China, desde 2008, já superou os Estados Unidos como a maior emissora isolada de gases. Ela em conjunto com os outros países da Ásia e com os antigos países da União Soviética quase igualou, em 2008, o volume de emissões da OCDE. A América Latina também aumentou bastante as emissões e, conseqüentemente, a sua participação no total mundial e contou, logicamente, com uma contribuição importante do Brasil.

Gráfico 1 - Evolução da emissão de CO₂, toneladas métricas, por regiões no mundo - 1971-2008



Fonte: Agência Internacional de Energia (AIE), 2010.

A preocupação mundial com este fenômeno propiciou várias rodadas de negociações nas últimas décadas em torno de medidas conjuntas para redução das emissões de gases de efeito estufa. O grande avanço nesta direção foi registrado na Convenção de Quioto no Japão quando foram aprovadas metas de redução das emissões e procedimentos de mercado para negociação de direito de emissão, o chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Somente em 2004 a convenção de Quioto passou a constituir regra mundial quando a Rússia, um dos grandes emissores de gases de efeito estufa, obrigada a estabelecer metas de redução de emissões, decidiu-se a ratificar o Protocolo de redução das emissões.

² Além do dióxido de carbono (CO₂) – resultado da combustão de combustíveis fósseis, desflorestamento e queimadas, existem, ainda, outros gases que provocam o efeito estufa como: clorofluorcarbono, metano, ácido nítrico e ozono.)

Nos últimos sete anos, desde a ratificação completa do Protocolo de Quioto que foi rejeitado pelos Estados Unidos, os resultados foram, no geral, muito tímidos e um pouco mais destacados em países europeus. Embora o Governo dos Estados Unidos não tenha ratificado o Protocolo, em alguns estados daquele país ocorreram avanços importantes. Um grande número de empresas vêm desenvolvendo iniciativas para redução das emissões, mesmo sem declaração formal.

As negociações prosseguiram, nos últimos anos, na tentativa de comprometer as nações com o cumprimento das metas, aumentar a obtenção de melhores resultados e estimular países emergentes a fim de que eles se envolvessem também com a redução das emissões. Isso vale, especialmente, para a China que se destaca como um dos maiores emissores de gases de efeito estufa no mundo.

A última grande rodada de negociações ocorreu em Copenhague, mas os resultados foram bastante tímidos e estão bem distantes do recomendado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC). As propostas do Painel foram: corte de 25% a 40% das emissões de gases de efeito estufa até 2020 e de 80% a 95% até 2050 nos países industrializados, além da adoção de ações consistentes para frear as emissões em outros países. No encontro de Copenhague (COP-15), embora tenha se limitado a uma declaração de intenções, os países ricos se comprometeram a destinar US\$ 30 bilhões, nos próximos três anos, para ajudar nações pobres a lidar com as alterações climáticas. Esse valor deve subir para US\$ 100 bilhões por ano, a partir de 2013.

A implementação das recomendações é limitada, principalmente quando os países buscam retomar o crescimento da economia, no atual padrão de consumo de produção. Além disso, independente da viabilidade e da efetiva implantação das recomendações dos protocolos, os seus impactos na moderação das mudanças climáticas são retardados no tempo, na medida em que alguns movimentos têm uma inércia e persistem mesmo quando ocorre redução na emissão dos gases de efeito estufa. Tudo indica, portanto, que nas próximas duas décadas as alterações no clima vão continuar moderadas e localizadas, com elevação da temperatura e alteração no ciclo de chuvas. Esses fatores tendem a comprometer as vantagens competitivas dos países tropicais na agropecuária.

O que deve se consolidar no futuro são os negócios em torno do crédito de carbono definido pelo MDL e criado no Protocolo de Quioto. Embora o mercado oficial das Nações Unidas ainda não esteja em funcionamento, desde o início surgiram mercados paralelos com projetos privados negociados em Bolsa de Valores. As estimativas, em relação ao volume de negócios prováveis neste crédito de carbono, são muito variáveis, mas alguns especialistas consideram que devam ultrapassar US\$ 20 bilhões de dólares nos próximos anos. O Brasil poderá ter uma fatia superior a 10% desse mercado com a utilização de energias renováveis, tratamento de lixo urbano e recuperação de áreas florestais desmatadas.

1.2 Variáveis de resultado

A análise sistêmica da realidade mundial, se considerar os condicionantes utilizados, permite destacar um conjunto de variáveis cujo comportamento futuro depende de outras variáveis determinantes. As variáveis de resultados não têm peso para determinar o futuro mundial, embora possam ser parte importante da sua descrição que, no entanto, decorre do desempenho das variáveis que determinam seu comportamento. Nessa análise foram identificadas as seguintes variáveis de resultado:

1. Dinâmica da economia e do comércio mundiais

A economia mundial esforça-se para sair da crise de 2008/2009, e agora convive com novos fatores de instabilidade e crise, particularmente, os déficits fiscais dos Estados Unidos, dos países europeus e do Japão, assim como da chamada “guerra cambial” com a China. A dinâmica futura da economia mundial é bastante incerta na medida em que depende das decisões políticas e diplomáticas das grandes nações, sobretudo, medidas que sejam adotadas para equacionar os desequilíbrios estruturais e conjunturais.

Por outro lado, a intensificação do comércio depende dessa dinâmica da economia e das negociações para impedir movimentos protecionistas como por exemplo, reduções de barreiras alfandegárias. Como se sabe, a partir da crise, ocorreram iniciativas parciais e pouco convencionais de alguns países, para se protegerem da concorrência e controlarem o comércio exterior. Além disso, as iniciativas e

negociações realizadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) para reduzir as barreiras alfandegárias não têm alcançado resultados satisfatórios.

2. Demanda mundial de alimentos

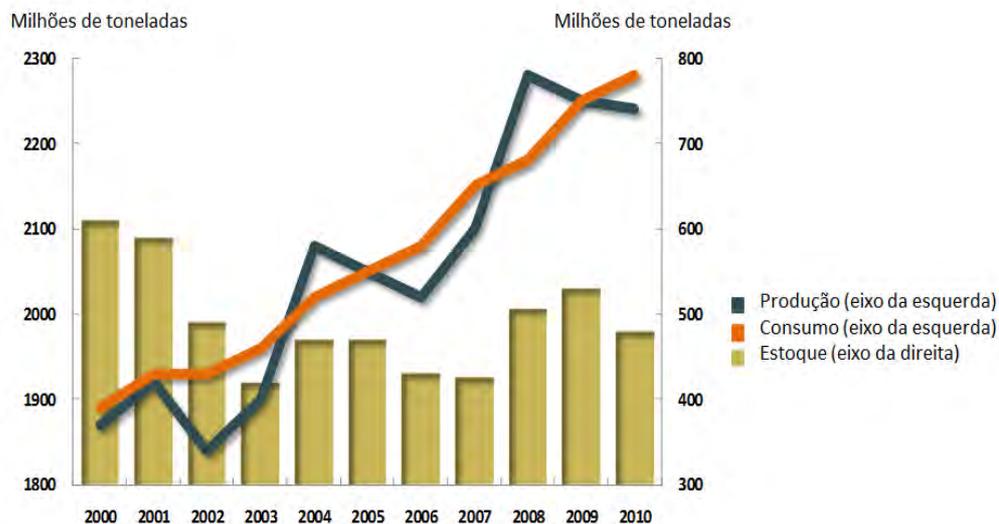
A demanda por alimentos é o resultado do movimento combinado de crescimento demográfico e do consumo médio *per capita* de calorias que, por seu turno, depende da renda. Nas últimas décadas, ocorreu redução na taxa de crescimento demográfico e, ao mesmo tempo, um lento, mas consistente aumento no consumo de calorias o que resulta em uma expansão continuada da demanda por alimentos.

Apesar do significativo declínio das taxas de fertilidade, especialmente nos países avançados, a população mundial deve continuar, em termos absolutos, a crescer bastante puxada, pelos países pobres e em desenvolvimento, nos quais o consumo *per capita* de alimentos é baixo. Com efeito, em grande parte do planeta, incluindo os países emergentes, o padrão de consumo de alimento ainda é inferior em calorias e proteínas, ao mínimo necessário. O aumento da renda nesses países deve ampliar o consumo de alimentos, em proporção superior à expansão do PIB. Para se ter uma ideia, 10% da população da China apresenta nível de subnutrição. É um percentual pequeno, mas representa quase 130 milhões de pessoas que vão melhorar suas posições na obtenção de alimentos. Sem falar no aumento dos consumos *per capita* de carne e frango pelos asiáticos. De acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o consumo *per capita* de carne bovina na China é de apenas 4 quilos por ano, seis vezes menos que o dos brasileiros (25,5 quilos *per capita* ano).

Durante a última década, houve aumento acentuado e continuado do consumo de alimentos. O consumo mundial de cereais quase dobrou no período entre 2000 e 2010 e chegou a mais de 2,2 bilhões milhões de toneladas neste último ano. A produção de cereais acompanhou de perto a expansão do consumo, embora com maior flutuação, mas houve um declínio nos estoques que complementam as diferenças nos intervalos de retração da oferta. A redução dos estoques ocorreu em 2002 e 2003 e, mais recentemente, em 2005 a 2007, mesmo assim, em 2010, ainda alcançava mais de 500 milhões de toneladas.

A expansão demográfica é uma tendência consolidada, mas a dinâmica da economia é incerta e, por seu turno, dependente do equacionamento dos desequilíbrios fiscais e cambiais. Como a China e a Índia devem continuar a crescer mais que a média global e é precisamente nesses países que se concentra a grande massa de subnutrição (em termos absolutos), portanto, a demanda de alimentos deve continuar a crescer. Em todo caso, continua incerto o ritmo e a amplitude desta demanda pois dependem do crescimento e da distribuição da renda em um contexto global.

Gráfico 2 - Evolução da produção, do consumo e do estoque de cereais no mundo - 2000-2010



Fonte: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 2011.

Por outro lado, deve ser considerado o crescimento do mercado mundial por alimentos orgânicos que concentram nos Estados Unidos e na Europa. De acordo com estimativas para 2011, o comércio global desses alimentos deve alcançar US\$ 60 bilhões, mas ainda é muito baixo para atender o consumo desses alimentos no comércio internacional. Esse segmento tem apresentado crescimento continuado e constitui mercado seletivo com alta qualidade e preços.

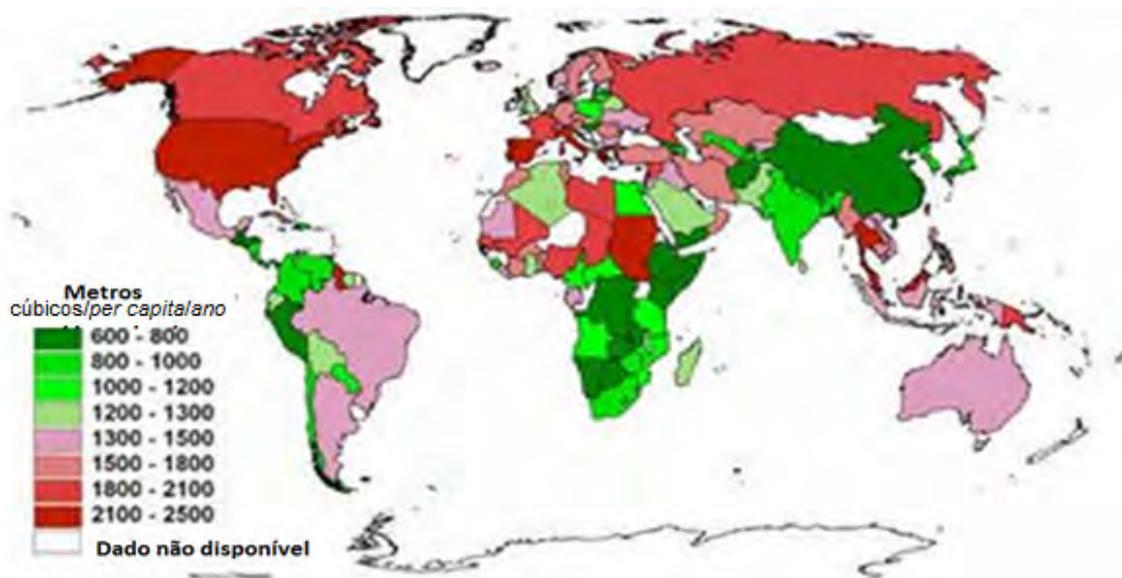
3. Demanda e disponibilidade de água e de recursos naturais no mundo

A demanda mundial de água vem crescendo rapidamente ao acompanhar a expansão da produção agropecuária e a demanda por alimentos, isto porque 70% da água consumida no planeta é direcionada para a irrigação. Mas a demanda de

água também cresce devido a melhoria da renda nos países emergentes e naqueles com menor desenvolvimento, nos quais o consumo *per capita* ainda é muito baixo. E como a população mundial continuará a crescer nos próximos 20 anos, conseqüentemente, o consumo em termos absolutos deve crescer bastante.

O problema mais grave é que a distribuição do consumo é muito desigual entre países e regiões e, vale o mesmo, para a distribuição das fontes e reservas de água potável. O consumo *per capita* de água, nos países desenvolvidos, chega aos 300 litros dia, essa é a média dos Estados Unidos e do Canadá (JACOBI, 2010). Na Inglaterra o consumo *per capita* é de 141 litros e na Holanda é 135 litros *per capita* por dia. Enquanto isso, de acordo com as Nações Unidas, aproximadamente 1,1 bilhões de pessoas, nos dias atuais, vivem com aguda escassez de água (a figura mostra a distribuição do consumo médio *per capita* no mundo).

Figura 1 – Consumo mundial *per capita* de água por ano – 2008

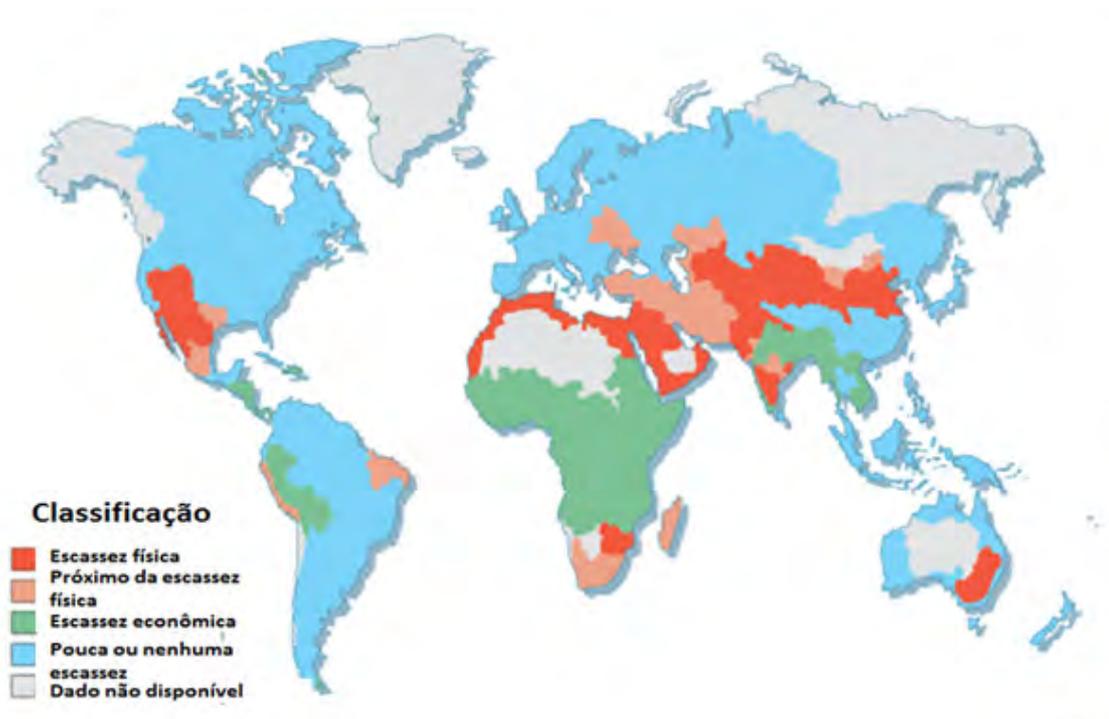


Fonte: unwater, 2011.

O consumo mais alto se concentra na América do Norte, sobretudo, nos Estados Unidos, em parte da Europa, na Federação Russa e em alguns poucos países do Norte de África. Na China e em parte da África subsaariana estão os países com o mais baixo consumo *per capita* de água. Quando se estabelece uma análise em relação à distribuição dos recursos hídricos, como mostra a figura 2, a situação encontra-se dramática no México, em parte da África, parte do Oriente Médio, em

alguns países da Ásia, especialmente Índia e com limitações no restante do continente asiático, inclusive na China. Em quase toda a África subsaariana ocorre escassez econômica decorrente das limitações de investimentos e custos para coleta e tratamento de água com qualidade para abastecer a população. O Brasil, a maior parte da Europa, os Estados Unidos e o Canadá se caracterizam por pouca ou nenhuma escassez de água.

Figura 2 - Disponibilidade e estresse de água no Planeta - 2007



Fonte: unwater, 2011.

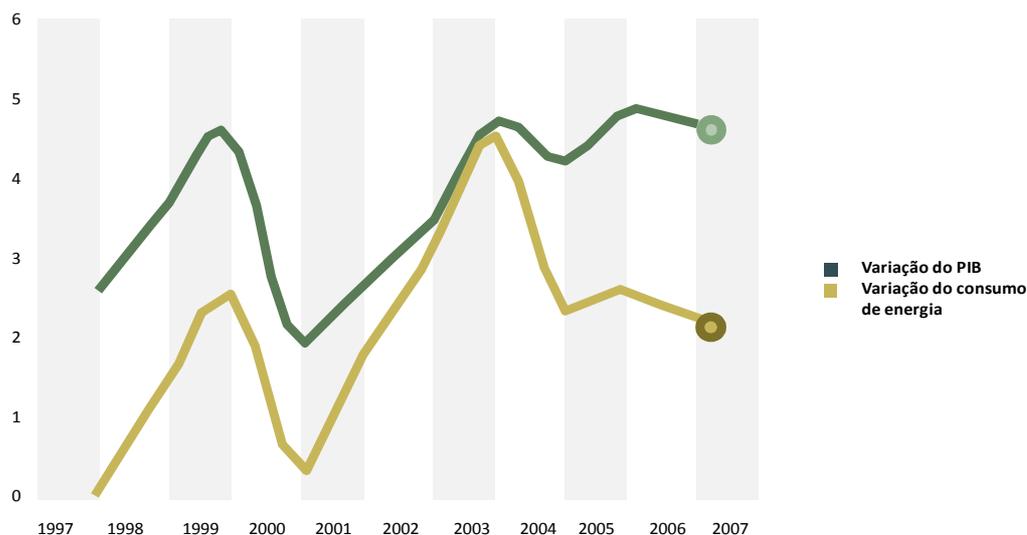
Como o consumo deve continuar a crescer e a disponibilidade de água pode até mesmo declinar, devido à contaminação ambiental. A atual situação de escassez de água no mundo pode evoluir para uma escassez grave de água, pelo menos em parte relevante do planeta. De acordo com dados das Nações Unidas, 54% da água acessível nos rios, lagos e aquíferos já estão sendo utilizados e estima-se que, no ritmo de crescimento atual, este percentual deve quase duplicar em 25 anos e chegar a 90% de toda a disponibilidade de água do planeta. Claro que a disponibilidade pode ser mantida ou até ampliada se houver inovações tecnológicas para aproveitamento de água salobra ou mesmo salgada, assim como, a redução da intensidade de consumo com maior eficiência na utilização dos recursos hídricos. Por conta disso, a demanda futura de água e a sua disponibilidade, embora incertas,

dependem de fatores mais gerais como a evolução da renda e da demanda de alimentos (por conta do uso da água na irrigação), principalmente nos países emergentes. A conservação dos recursos hídricos e a redução da intensidade do consumo dependem de hábitos e de tecnologia. A demanda por recursos naturais, de uma forma mais geral, também deve continuar crescendo tanto dos recursos não renováveis como os minérios, quanto os renováveis como os recursos florestais e paisagísticos, dando destaque especial para os recursos bióticos decorrentes da biodiversidade.

4. Expansão da demanda mundial de energia com mudança na matriz energética

A demanda mundial de energia, nas últimas décadas, vem crescendo a taxas moderadas, mas inferiores à expansão da economia, na medida em que acompanhou a redução na intensidade energética. Mesmo com a estrutura produtiva pesada dos países emergentes, em rápida expansão, a demanda de energia se eleva de forma moderada, mas continuada. Com redução da taxa de crescimento a partir de 2003, descolou a taxa de expansão do PIB (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Taxa de crescimento anual do PIB e do consumo de energia no mundo - 1997-2007



Fonte: ANEEL, 2010.

O consumo *per capita* de energia é muito desigual no mundo e isso permite supor que a maioria dos países menos desenvolvidos ainda deve registrar aumento do consumo no futuro.

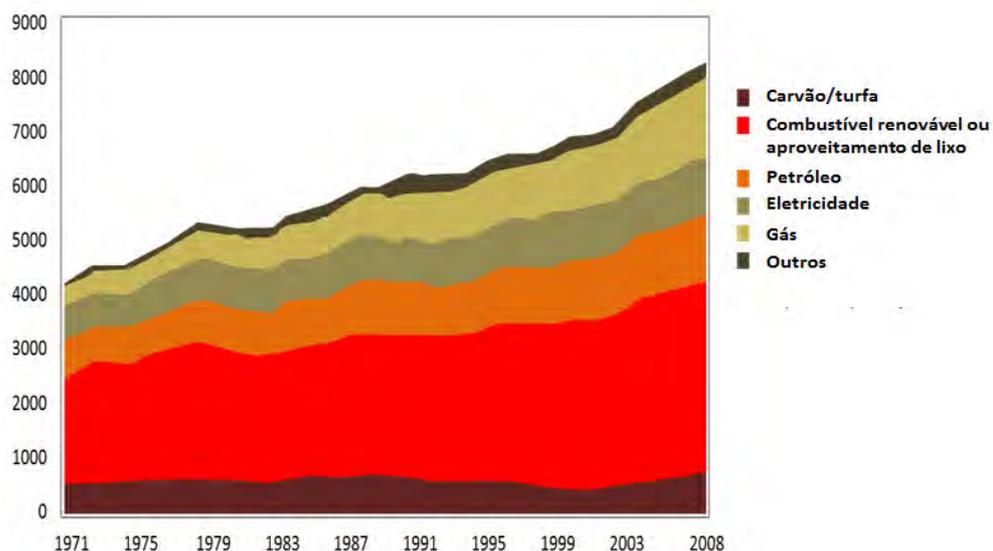
A evolução futura desta demanda depende do ritmo e da amplitude do movimento da economia e da renda global, particularmente nos países emergentes e com menor desenvolvimento. Nesses países ainda existe uma grande demanda reprimida de energia e estão implantando atividades industriais energo-intensivas que ampliam a demanda energética.

Mesmo com a melhoria da eficiência energética, tudo indica que no futuro a demanda mundial de energia continuará a crescer na razão direta do dinamismo da economia e do aumento de renda da população. A demanda de energia no futuro, segundo a AIE, deve aumentar em todos os tipos de fontes primárias que compõem a matriz energética, mas deve crescer mais rapidamente nas fontes renováveis, que não obstante, têm uma participação muito pequena na matriz energética.

Ao observar a oferta de energia no período de 1973 a 2008, as fontes renováveis praticamente estabilizaram sua participação relativa, em torno de 10%. Houve um pequeno aumento (de 0,1% para 0,7%) das fontes alternativas: eólica, solar e geotérmica, que estão registradas no gráfico abaixo como “outras fontes”. O gráfico 4 mostra como vem evoluindo a matriz nas últimas décadas e a manutenção da liderança incontestada das fontes fósseis: petróleo, gás natural e carvão mineral.

Essas fontes fósseis, embora tenham diminuído suas participações relativas no consumo total de energia, ainda representam, aproximadamente, 76,3% do total da energia produzida no mundo. O que tem ocorrido, na verdade, é uma mudança na distribuição entre as três fontes fósseis diferentes. Houve aumento na produção do carvão mineral (de 24,5% para 27%) e do gás natural que passou de 16% para 21,1% em 2008.

Gráfico 4 - Evolução do consumo mundial final de energia, por toneladas métricas - 1971/2008



Fonte: International Energy Agency (IEA), 2010.

A tendência consolidada no futuro reside no movimento de elevação da demanda e de mudança da matriz. O ritmo, a direção e a velocidade dependem da combinação de vários fatores, como por exemplo, o preço relativo depende das reservas fósseis, e também, das disputas políticas nas regiões de grande concentração, dos avanços tecnológicos nas fontes renováveis e das mudanças climáticas com seus impactos nas políticas e nas posturas dos atores sociais. São fatores que influenciam nos custos relativos das diversas fontes.

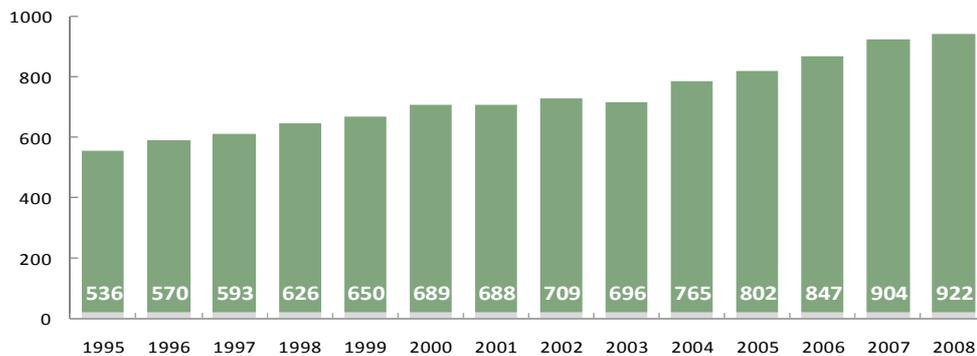
5. Movimento turístico internacional

O turismo é uma das atividades econômicas que mais cresce no mundo e acompanha a dinâmica da economia aliada à facilidade e ao preço dos transportes internacionais, assim como da disponibilidade de tempo livre de parcela importante da população que inclui os idosos (aposentados) em número crescente e com alto poder de compra.

Entre 2000 e 2008, de acordo com informações da Organização Mundial de Turismo (OMT), as viagens internacionais cresceram 4,2% ao ano. No ano de 2008, 922 milhões de turistas se deslocaram em busca de atrativos de diferentes naturezas e em diferentes partes do mundo. A estimativa da organização indica uma renda total das atividades turísticas de, aproximadamente, US\$ 5 trilhões, em 2008. Esse fluxo

turístico teve uma forte concentração na Europa, foram 53% de todos os desembarques de turistas no mundo. As Américas, incluindo Estados Unidos, Canadá, México e América Latina, atraíram, em 2008, 16% de todos os turistas (cerca de 147 milhões de pessoas).

Gráfico 5 - Fluxo turístico internacional, por milhões de pessoas - 1995-2008



Fonte: Organização Mundial do Turismo (OMT), 2009.

O segmento mostra uma tendência consolidada de expansão continuada, mas o ritmo, a velocidade e o perfil dos movimentos turísticos podem ser, significativamente, alterados por outras variáveis como a dinâmica da economia e da renda mundial, facilidades e custos reduzidos de transporte e de locomoção e a disponibilidade de tempo livre de parcela importante da população. O envelhecimento da população é um fator importante no movimento turístico pois define um perfil mais específico de turista.

Ao mesmo tempo, com a diversidade cultural e ecológica, tende a crescer o interesse dos cidadãos que buscam alternativas de turismo ambiental e antropológico. O turismo de lazer e de entretenimento e o turismo de negócios devem continuar dominantes no perfil futuro dos fluxos internacionais, mas tudo indica que a natureza e a cultura vão crescer e desempenharão importância relativa nesse movimento turístico

6. Expansão da economia verde

A combinação, em escala global, da consciência ambiental com os avanços tecnológicos propiciou o surgimento e a ampliação de novas atividades econômicas com baixo consumo de carbono (melhor aproveitamento e menor consumo dos recursos naturais, eficiência energética e utilização de fontes renováveis). A

chamada “economia verde” permite conciliar o desenvolvimento econômico e o atendimento das necessidades de consumo da crescente população mundial com a conservação do meio ambiente pela utilização de processos que poupam energia, sobretudo, as energias fósseis e não renováveis. Esse pode ser considerado um caminho possível para estimular o crescimento da economia sem exaurir ou degradar os recursos naturais do planeta. A economia verde amplia a eficiência produtiva e, ao mesmo tempo em que, vem crescendo em todo o mundo. Diferentemente da economia tradicional (classificada como economia marrom) que está intensamente focada no capital e propicia a exaustão dos recursos naturais, a economia verde usa energias renováveis. De acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) o segmento de energias renováveis emprega 2,3 milhões de pessoas em todo o mundo e o setor de petróleo e gás apresenta 2 milhões de postos ocupados.

Os investimentos em energias renováveis e o desenvolvimento de pesquisas para alteração da matriz energética mundial cresceram de forma acelerada nos últimos anos. Em 2009, mesmo com a crise econômica, foram investidos US\$ 162 bilhões no desenvolvimento de novas fontes energéticas, principalmente a energia eólica. Em todo o mundo tem ocorrido aumentos dos processos orgânicos de cultivo com a difusão de práticas agropecuárias de menor utilização de insumos e energéticos intensivos em carbono.

O Fórum Econômico Mundial para a América Latina, realizado em Cartagena, destacou a importância de atividades agrícolas sustentáveis e da preservação das florestas tropicais para manter a segurança climática. O Fórum defendeu, também, a economia verde como a alternativa para o continente. O ritmo e a amplitude da difusão da economia verde depende, evidentemente, da consciência global para com os problemas ambientais, dos acordos para redução da emissão de gases de efeito estufa, assim como, dos avanços tecnológicos para aumentar a eficiência de fontes alternativas de energia.

7. Tráfico internacional de drogas, contrabando, pirataria e armas

O crime organizado é uma rede global de atividades ilícitas e representa uma ameaça à sociedade e uma restrição à economia, bem como, é fator de

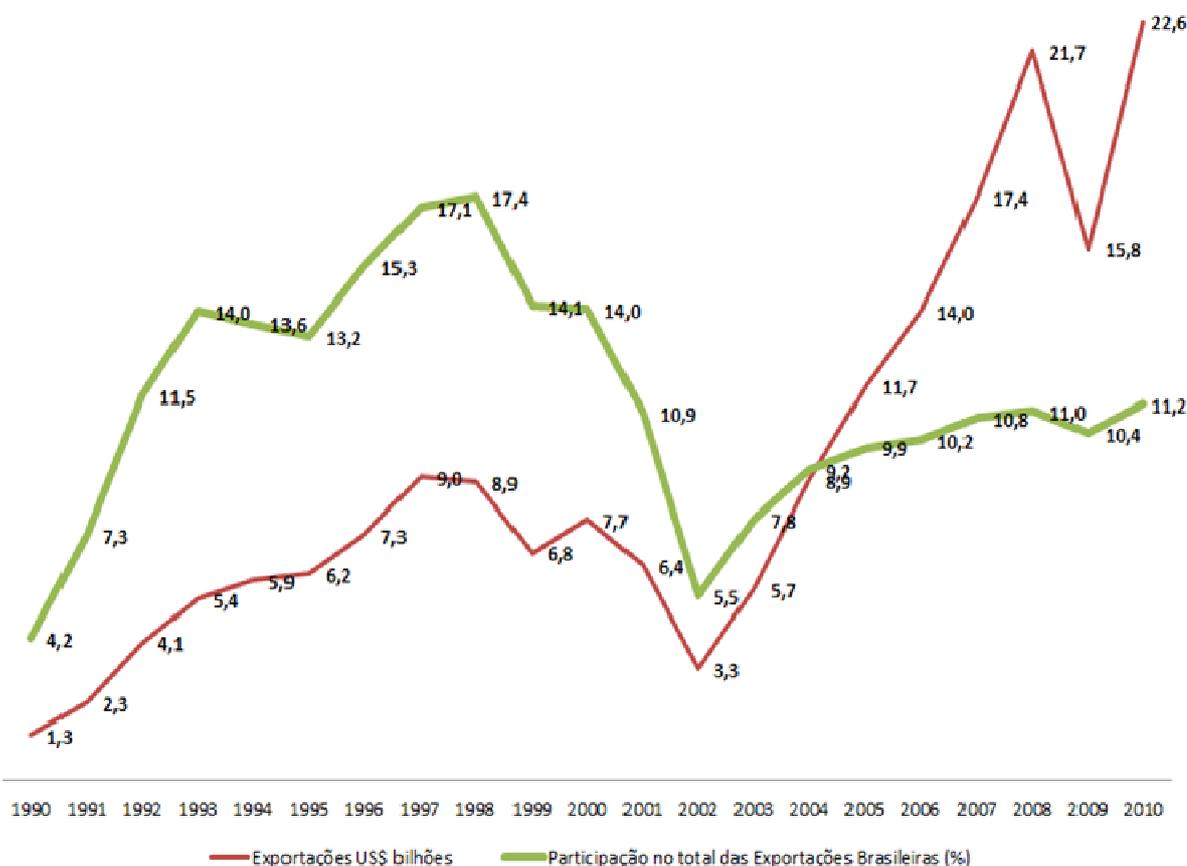
desagregação político-institucional. Esse tipo de atividade é um fenômeno multifacetado que combina tráfico de drogas, tráfico de pessoas e biopirataria, tráfico e venda ilegal de armas e lavagem de dinheiro. O crime organizado forma uma ampla e complexa cadeia de cultivo, produção, transporte e comercialização final de drogas nas cidades do mundo inteiro. Do pequeno agricultor da Bolívia ao consumidor final, a cocaína, para dar um exemplo, tem seu valor acrescido em mais de 50 mil vezes.

O narcotráfico, atividade de elevado rendimento, se destaca junto com o contrabando de armas como as ações mais utilizadas pelo crime organizado. Estimativas mostram que o consumo de drogas envolve cerca de 200 milhões de pessoas no mundo, quase 5% da população mundial de 15 a 64 anos. Apenas o comércio de cocaína, de acordo com o Relatório Mundial das Drogas, movimenta cerca de US\$ 88 bilhões de dólares por ano. Esse fenômeno tem enorme repercussão no Brasil, não só por ser grande consumidor, mas porque é, ao mesmo tempo, rota de distribuição. O estado de Mato Grosso, devido a sua posição geográfica, é usado pelos traficantes, como rota de tráfico, no transporte de drogas. E também, por estar próximo da Bolívia que é um dos países produtores da América Latina, juntamente com a Colômbia e o Peru.

8. Integração latino-americana

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) apesar de todos os problemas que decorrem de diferença da capacidade competitiva e dos desequilíbrios cambiais, promoveu uma ampliação significativa do comércio entre os países membros. Brasil e Argentina intensificam as trocas comerciais. De 1990 a 2010, as exportações brasileiras para o MERCOSUL cresceram de US\$ 1,3 bilhões para US\$ 22,6 bilhões a preços correntes. A participação do bloco comercial no total das exportações brasileiras mais do que dobrou (de 4,2%, em 1990 para 11,2%, em 2010). É certo que essa participação do bloco nas exportações brasileiras flutuou bastante no período. O ponto mais alto em 1998 quando alcançou 17,4% do total das vendas internacionais do Brasil (ver gráfico 6).

Gráfico 6 - Evolução das exportações brasileiras para o MERCOSUL - 1990-2010



Fonte: MDIC, 2011.

A ampliação da integração comercial do Brasil com o MERCOSUL e com os outros países da América do Sul depende de acordos bilaterais e de condições de competitividade e complementaridade econômica. Mas deve ser fortemente influenciada também pela infraestrutura econômica e pela logística que aproximam os países e reduzem custos de transporte. Assim, o nível de integração externa do Brasil com a América do Sul depende dos investimentos em infraestrutura e em logística no continente e dos investimentos estruturadores do próprio Brasil nas regiões de fronteira.

Os projetos da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da Sul-americana (IIRSA) compõem uma rede ampla de criação de vias de acesso e integração físico-territorial no continente e que beneficiam, especialmente, o estado de Mato Grosso. Existe, inicialmente, uma convergência dos países do continente

em torno da busca dessa integração, no entanto, ela depende principalmente da capacidade de investimento público do Brasil e de eventuais interesses privados que, por seu turno, dependem de condições de regulação e parceria com os governos dos países envolvidos.

1.3. Incertezas críticas

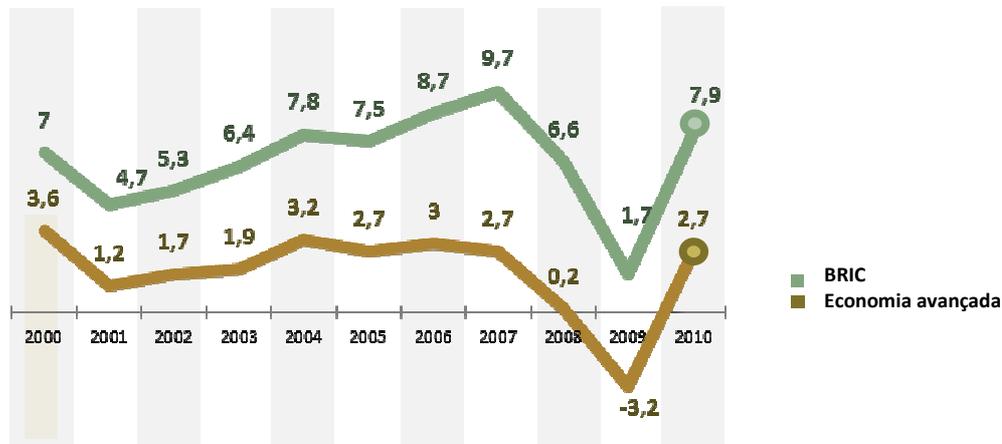
Parte dos condicionantes do futuro tem alto poder de determinação e não constitui variável de resultado (dependente) do contexto mundial. No entanto, ao contrário das tendências consolidadas, alguns deles têm uma evolução futura muito incerta que constituem as incertezas críticas do futuro da realidade mundial, cuja trajetória muda de acordo com os caminhos alternativos dessas incertezas. Foram identificadas as seguintes incertezas críticas:

1. Instabilidade e desequilíbrios estruturais na economia mundial

A crise da economia mundial de 2009, provocada pelo desmonte do sistema financeiro, deixou um rastro de desequilíbrios fiscais e cambiais que abre uma grande incerteza em relação ao futuro. Depois de cinco anos (2003 a 2007) de crescimento alto, para os padrões internacionais, a economia mundial derrapou em 2008 e entrou em uma recessão em 2009.

Embora tivesse sinalizado para uma retomada do crescimento em 2010 a uma taxa próxima de 4,8%, ocorreram contaminações por graves problemas fiscais nos Estados Unidos, Japão e Europa. O gráfico 7 mostra a evolução da taxa anual de crescimento no período e distingue as economias avançadas e o bloco de países do BRIC.

Gráfico 7 - Evolução da taxa real de crescimento anual, em percentual, das economias avançadas e do BRIC - 2000-2010



Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI), 2010.

Fica evidente que, durante todo o período analisado, os países do BRIC cresceram bem mais que a média dos países avançados, sendo a China o grande destaque deste movimento diferenciado que, de certa forma, puxou a média mundial para os patamares próximos de 4% ao ano.

A retração de 0,6% registrada pela economia mundial em 2009 contribuiu para um declínio de 3,2% do PIB nos países avançados, enquanto que os países do BRIC cresceram 1,7% no mesmo ano. Para 2010, os dados do gráfico ainda eram projeções que depois foram confirmadas com um crescimento médio de 4,8% da economia mundial, em grande parte, convivendo com retração nos países desenvolvidos.

Existiam sinais de recuperação da economia, já com crescimento positivo em 2010, mas convivia com alguns fatores graves de desequilíbrios que poderiam promover uma longa recessão mundial, ou mesmo uma crise no sistema financeiro. O ambiente econômico internacional ainda era de insegurança e estagnação em grandes nações da Europa em razão, principalmente, dos desequilíbrios estruturais nas economias, déficit fiscal e cambial e elevadas dívidas públicas. Por outro lado, surgiam pressões inflacionárias decorrentes do excesso de liquidez internacional provocada pelas políticas expansionistas das economias ricas, especialmente a dos Estados Unidos.

Os Estados Unidos, pivô da crise financeira e bancária de 2009, se arrastavam com um déficit orçamentário de US\$ 1,5 trilhões e o Tesouro americano carregava uma dívida de US\$ 14,3 trilhões, quase 90% do PIB. Esse buraco era financiado pelas reservas externa de alguns países ricos e de vários países emergentes, com destaque para a China (portadora de US\$ 1,16 trilhões de títulos), abalou a confiança dos mercados nos títulos da dívida norte-americana, principal ativo financeiro do mundo.

A China, por outro lado, é o principal responsável pela chamada “guerra cambial” que está provocando uma desorganização das regras e dos movimento do comércio internacional. A China, ao manter o cambio subvalorizado, ganha competitividade no comércio mundial, em um momento muito delicado de dificuldades da maioria dos países após a crise financeira de 2009. No entanto, o país que mais cresce no mundo vem sofrendo pressões inflacionárias provocadas pelo aumento dos custos de produção e dos preços mundiais de commodities. O governo chinês demonstra dificuldades de convergência para a meta de 4% em 2011.

O Japão, já combalido pela longa recessão e pela crise recente, teve agora o abalo destruturador do terremoto e do tsunami, cujos desdobramentos na economia são ainda imprevisíveis. De imediato, o incidente natural que abalou o Japão provocou um acidente nuclear de grandes proporções e ameaça a capacidade energética do país. A maioria países, na Europa, vive com grandes restrições fiscais que podem impedir uma efetiva retomada do crescimento econômico.

Este conjunto de fatores, combinados com iniciativas e medidas dos governos dos países centrais e as negociações no Grupo dos 20, pode levar a um ajuste para equacionar os fatores de desequilíbrio, com maior ou menor efeito de retração da economia. Mas se essas iniciativas fracassarem, pode ocorrer, ao contrário, um agravamento das dificuldades a ponto de provocar uma crise global com desvalorização dos títulos do tesouro norte-americano.

2. Negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC) para redução de barreiras comerciais

Em algumas décadas, houve uma intensificação do comércio internacional de mercadorias e serviços como resultado do processo de globalização que combinou o avanço tecnológico, a redução dos custos de transporte e a redução de barreiras alfandegárias entre os principais parceiros comerciais do mundo. Em 1994, foram acertadas regras, com a criação da Organização Mundial de Comércio (OMC), para conter iniciativas e decisões isoladas de protecionismo e *dumping* (prática desleal de comércio).

A OMC, desde então, tem organizado várias rodadas de negociações para ampliar a redução de barreiras alfandegárias no comércio internacional. Os resultados têm sido modestos com o fracasso de várias reuniões na busca de um acordo, mesmo que parcial, de liberalização comercial. Com a crise econômica de 2008/2009 as dificuldades por um entendimento para redução de barreiras tendem a aumentar. Voltam, em grande parte, os riscos de medidas isoladas de protecionismo, diante de uma retração do comércio internacional. A OMC informou, a esse respeito, que 32 países aplicaram taxas para se protegerem de *dummping* no primeiro semestre de 2010. Foram abertas pela OMC, neste ano, 181 (cento e oitenta e uma) investigações de práticas protecionistas³. E como diz Rajat Gupta, presidente da Câmara de Comercio Internacioal (CCI), “guerras cambiais podem rapidamente se tornar guerras comerciais e, como nos anos trinta, isso pode levar a uma drástica queda da atividade econômica mundial nos próximos anos”.

Além das dificuldades de entendimento entre os parceiros, tem ocorrido também principalmente entre: os Estados Unidos, os países europeus e os emergentes, várias manifestações políticas antiglobalização durante os eventos de negociação, como em Seattle, em 1999 que levaram ao cancelamento do encontro. Mais recentemente, o encontro realizado em Hong Kong não apresentou um entendimento concreto. O máximo que se conseguiu foi um acerto de última hora

³ O Brasil também tem sido acusado de práticas protecionistas e de *dummping* que estão sendo analisadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC), decorrentes de subsídios ao setor

que definiu o ano de 2013 como data para o fim dos subsídios à exportação e a medidas equivalentes. Houve, além disso, uma manifestação de disposição dos Estados Unidos para apoiar o acordo de redução dos subsídios à agropecuária a qual pressionou a Europa ao condicionar sua iniciativa à aceitação europeia.

Embora não passe de uma declaração, foi importante quando se considera que maior dificuldade de acordo nas rodadas da OMC reside na questão dos subsídios e das barreiras tarifárias aos produtos agropecuários por parte dos países industrializados. Esse acordo enfrenta uma grande resistência dos europeus, principalmente da França. Os países em desenvolvimento, liderados pelo Brasil, têm pressionado para um entendimento que leve a uma diminuição dessas barreiras, e ressaltam, com respaldo do Banco Mundial, o impacto positivo que ocorreria nas economias mais pobres produtoras de bens agrícolas.

A Europa está empenhada na proteção da agricultura ineficiente dos seus agricultores e argumenta que se trata de elemento central da sua cultura e de conservação do ambiente rural. Por outro lado, exige, como contrapartida, grandes e desproporcionais concessões dos países em desenvolvimento na eliminação de barreiras em áreas em que são dominantes, como a tecnologia da informação e produtos de alto conteúdo tecnológico.

Mesmo com todas as dificuldades políticas e considerando a disposição dos países, manifestada em Hong Kong pela eliminação dos subsídios à exportação de produtos agropecuários, podem ocorrer novos avanços futuros nas negociações da OMC. Fica a possibilidade de novos entendimentos diplomáticos para preparação de acordos futuros de redução de tarifas e subsídios, principalmente quando se considera o fortalecimento do G-20 nos ciclos de negociação.

Os países desenvolvidos, de forma relativamente independente nessas negociações, vêm criando novas formas de controle de importações que introduzem barreiras não tarifárias; trata-se de condicionalidades fitossanitárias, sociais e ambientais que dificultam as exportações de países com menor desenvolvimento.

industrial pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) através do financiamento de exportações com créditos a juros inferiores às taxas de mercado.

Essas regras não são consideradas como restrição comercial às importações porque tratam de elementos relativos à qualidade e a segurança dos produtos, assim como, as condições de produção segundo critérios sociais e ambientais. Parece existir uma correlação entre as barreiras alfandegárias e estas barreiras não tarifárias, na medida em que os países desenvolvidos tendem a recorrer a esse mecanismo para compensar eventuais perdas de competitividade decorrente da redução das restrições alfandegárias.

1.4 Cenários Alternativos

Os cenários são o resultado da combinação das tendências consolidadas, que devem ter o mesmo comportamento no futuro, com hipóteses formuladas para as incertezas críticas. Como seus desdobramentos futuros são incertos, a única forma de antecipar os mesmos é a formulação de hipóteses que, em todos os casos, devem ser plausíveis. A combinação iria refletir-se nas variáveis de resultado ao definir os diferentes comportamentos futuros com base no conjunto de hipóteses. Dessa forma, o que vai definir as alternativas de futuro no contexto internacional ao abrir futuros diferentes, serão as hipóteses das duas incertezas críticas enunciadas acima.

Incerteza crítica 1 - Instabilidade e desequilíbrios estruturais na economia mundial

Ao considerar a análise dos fatores que definem o futuro desta incerteza crítica, feita acima, duas hipóteses podem ser formuladas:

- a. Medidas combinadas entre as grandes economias do mundo levam ao equacionamento lento e gradual dos desequilíbrios estruturais: fiscais e cambiais que poderiam possibilitar uma recuperação da economia mundial (equilíbrio instável);
- b. Dificuldades políticas e incapacidade de gestão dos fatores de instabilidade e de desequilíbrio econômico levam a uma crise mundial com recessão nas grandes economias e com repercussões negativas nos países emergentes, inclusive a China.

Incerteza crítica 2 - Negociação da OMC para redução das barreiras comerciais

Ao considerar a análise dos fatores que definem o futuro dessa incerteza crítica, feita acima, duas hipóteses podem ser formuladas:

- a. Redução ampla das barreiras tarifárias, tanto dos produtos agropecuários como dos bens industriais e de serviços e que propiciariam o aumento das barreiras não tarifárias (especialmente ambientais e sociais);
- b. Redução tímida e parcial das barreiras tarifárias e manteria as barreiras não tarifárias com reação protecionista localizada em alguns países.

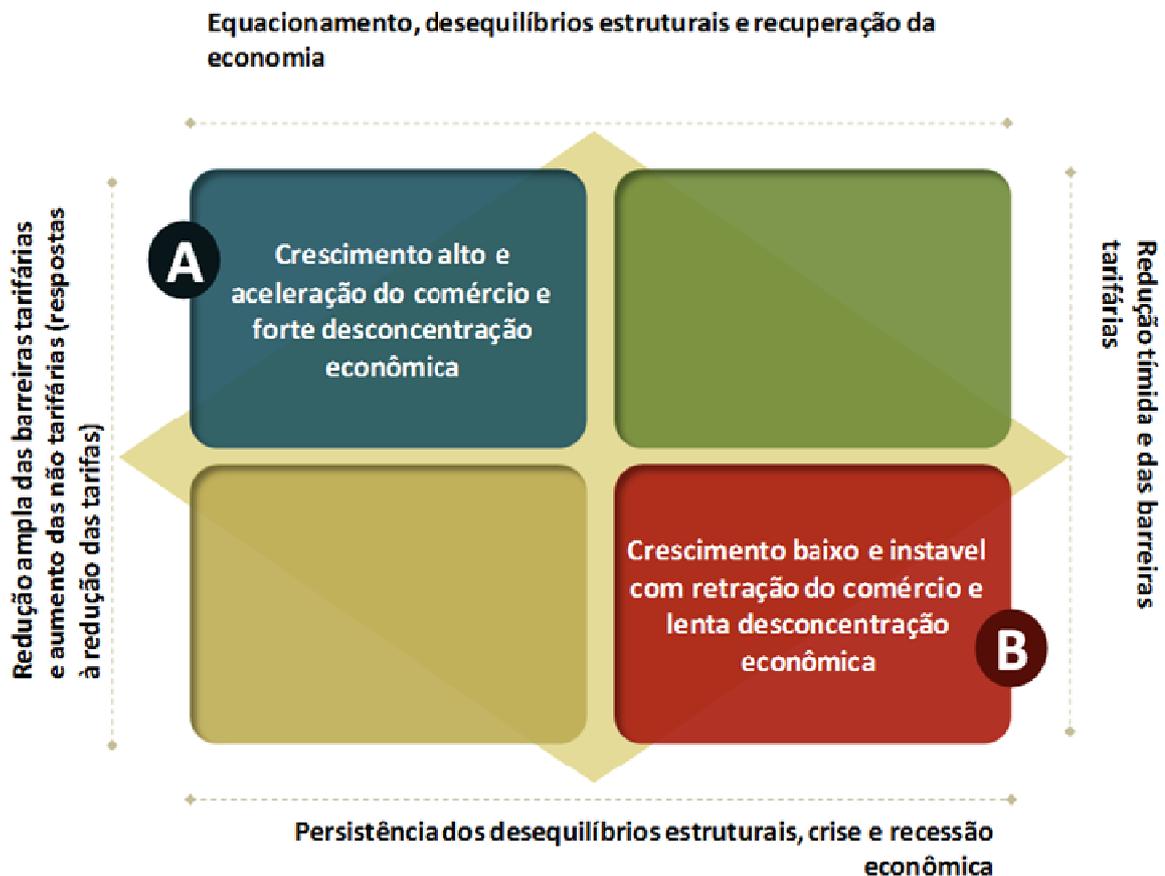
Os cenários alternativos do contexto internacional são os produtos das combinações dessas hipóteses das incertezas críticas somado ao desempenho antecipado das tendências consolidadas, com seus desdobramentos sobre as variáveis de resultado quando influenciadas pelas diferentes hipóteses. Como mostra, de forma esquemática, o diagrama abaixo que destaca as duas combinações polarizadas de maior consistência interna e, nesse momento, chega-se aos dois cenários mundiais: O Cenário A resulta da combinação de “Redução ampla das barreiras tarifárias e aumento das não tarifárias” com “Equacionamento dos desequilíbrios estruturais com recuperação da economia”. E o Cenário B é produto da combinação de “Redução tímida e das barreiras tarifárias, manutenção das não tarifárias e localizado protecionismo” com “Persistência dos desequilíbrios estruturais, crise e recessão econômica”.

Ao introduzir, nestas combinações, o comportamento previsível das tendências consolidadas e ao analisar os impactos das duas vertentes das hipóteses sobre as variáveis de resultado, formam-se os dois cenários mundiais:

Cenário A – Mundo dinâmico e multipolar

A economia mundial se recupera lentamente da crise e dos desequilíbrios estruturais (fiscais e cambiais), graças às medidas duras e partilhadas e retoma um movimento moderado de crescimento com estabilidade, com desconcentração territorial e com fortalecimento da base econômica dos países emergentes. O comércio mundial se

intensifica e amplia, favorecido pela redução ampla das barreiras alfandegárias e mesmo o aumento das barreiras não tarifárias que termina contribuindo para ampliar os problemas sociais e ambientais nos países de crescimento recente.



A configuração de uma estrutura de poder multipolar facilita os entendimentos, influenciados pela presença mais ativa dos grandes países emergentes (BRIC) e leva ao fortalecimento das instituições multilaterais (Nações Unidas) e regionais com atuação nas áreas ambiental, cultural e social, e também, incluem o tratamento das emissões de gases de efeito estufa com impacto no clima. Se puder combinar a aceleração das inovações tecnológicas em várias áreas, inclusive a geração de novas fontes de energia e a ampliação do mercado de crédito de carbono é possível iniciar a redução dos efeitos antrópicos sobre o efeito estufa.

De qualquer modo, os fatores inerciais dos impactos das últimas décadas começam a gerar alterações climáticas que já produzem efeitos e, provavelmente, se estenderão pelos próximos 20 (vinte) anos, mesmo que sejam moderados e

localizados com elevação da temperatura média, alteração do ciclo de chuvas e formação de catástrofes naturais.

As inovações tecnológicas tendem a acentuar as desigualdades entre as nações, na medida em que o conhecimento e a base científico-tecnológica se concentram nos países industrializados, mas instituições multilaterais criam mecanismos de compensação para neutralizar a marginalização dos mais pobres. Parte dos países emergentes consegue acompanhar os avanços científico-tecnológicos em áreas específicas de maior vantagem e facilidade de desenvolvimento, incluindo biotecnologia e novas fontes de energia.

O crescimento alto da economia, entre 2011 e 2031, em torno de 3,9% ao ano na média global e sua desconcentração com acelerado impulso nos países emergentes, destaque ainda para China e Índia, são acompanhados de uma forte ampliação da demanda de alimentos, água e energia.

Na medida em que se eleva a renda global de países ainda com grande pobreza e desnutrição, amplia-se, significativamente, a demanda mundial por alimentos: grãos, proteínas e com aceleração do comércio de carnes. Por outro lado, essa demanda se amplia também por conta de iniciativas multilaterais para enfrentamento da subnutrição e da pobreza em países com menor desenvolvimento. Essa demanda será atendida pelas nações com grande potencial produtivo, inclusive o Brasil que incorporam novas tecnologias as quais aumentam, significativamente, a produtividade agrícola mesmo em regiões afetadas por mudanças climáticas.

Por razões semelhantes, amplia-se também, nas próximas décadas, a demanda de água e de recursos hídricos para consumo humano e, particularmente, para a irrigação da qual precisam para produzir alimentos e atender o consumo com expansão global (vale lembrar que, atualmente, a irrigação utiliza, praticamente, 70% da água consumida no mundo). Avanços tecnológicos e medidas de proteção dos mananciais (gestão dos recursos hídricos e recuperação), em grande parte estimuladas por instituições multilaterais, conseguem atender a esta crescente demanda de água e aumentam também a eficiência no uso ao incorporar técnicas de reciclagem e tratamento de água salgada.

A demanda de energia também aumenta bastante, embora as novas tecnologias permitam a conservação e uma maior eficiência energética, na medida em que os países emergentes operam em grande parte com estruturas industriais energo-intensivas e registram uma ampliação do consumo das famílias com demanda reprimida. Os avanços tecnológicos na área energética também permitem a ampliação das novas fontes renováveis e alternativas, com leve alteração na matriz energética (aumento da participação relativa do etanol, da energia eólica e solar). A velocidade da economia é maior que o ritmo na melhoria tecnológica dessas novas fontes que ainda continuam com preços pouco competitivos com as fontes fósseis; em todo caso, as medidas para redução das emissões de gases de efeito estufa elevam os custos das energias tradicionais (a energia nuclear como fonte de geração em grande escala deve perder a preferência por um período, influência do desastre no Japão, mas voltará a ser uma alternativa ao final do período).

Também deve-se ampliar, no futuro, o fluxo turístico internacional. Na medida em que a renda da população se eleva e as inovações nos transportes e nas comunicações se ampliam, reduzem-se os custos e tempo de deslocamento. Além disso, o envelhecimento da população nos países ricos e nos emergentes estimula atividades voltadas para o lazer, o entretenimento e o desenvolvimento cultural. A combinação desses fatores deve acelerar o movimento de turistas em todo o mundo e ampliar a busca pelo turismo ecológico e cultural.

Tabela 1 - Síntese das variáveis macroeconômicas do cenário de referência (A) mundial

Variáveis selecionadas	Histórico		Transição	Cena 1					Cena 2	Cena 3
	2000	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2020	2031
PIB mundial (bilhões US\$ correntes)	28.297,0	45.515,0	62.190,9	66.388,7	70.870,0	75.830,9	81.139,1	87.021,6	123.484,9	248.649,0
PIB (bilhões US\$ de 2008)	44.510,2	53.730,6	63.708,8	65.938,6	68.246,5	70.805,7	73.460,9	76.399,4	92.951,5	137.591,0
Variação real anual do PIB mundial (%)	3,2%	3,8%	4,8%	3,5%	3,5%	3,8%	3,8%	4,0%	4,0%	4,0%
Comércio mundial (trilhões US\$ correntes)	7,89	12,89	17,76	19,22	20,90	22,84	25,06	27,63	46,04	133,70
Comércio mundial (% PIB)	27,9%	28,3%	28,6%	29,0%	29,5%	30,1%	30,9%	31,8%	37,3%	53,8%
Comércio mundial (trilhões US\$ de 2008)	12,55	16,40	19,32	20,28	21,40	22,68	24,16	25,85	37,11	80,12
Variação real do comércio mundial (%)	5,6%	5,5%	10,0%	5,0%	5,5%	6,0%	6,5%	7,0%	7,5%	8,0%
Inflação mundial (%)	3,2%	3,4%	2,77%	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%
Taxa de juros reais de longo prazo (%)	2,1%	2,1%	1,9%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
Preços do petróleo (tipo <i>brent</i> US\$/barril)	28,4	53,4	76,2	81,3	86,8	92,9	99,4	106,6	151,3	304,7

Fonte: Multivisão, 2011.⁴

Cenário B – Desorganização e retração econômica

A economia mundial atravessa um longo período de instabilidade com recessão das grandes nações e com crescimento moderado nos países emergentes que estão contidos pela retração geral da economia. A dificuldade na implementação de políticas compartilhadas leva à manutenção dos elevados déficits fiscais e acentua os conflitos comerciais e cambiais. São fatores que comprometem a confiança na economia norte-americana e nos títulos do Tesouro dos Estados Unidos. O comércio mundial sofre uma retração com limitações nas reduções de tarifas e reações protecionistas de alguns países. A estrutura econômica mundial evidencia uma moderada desconcentração, na medida que alguns países emergentes, especialmente, a China crescem com taxas superiores à média mundial.

Mesmo com a recessão e as dificuldades políticas, o crescimento diferenciado do BRIC contribui para a redefinição da estrutura de poder mundial e forma um sistema

⁴ Tabela elaborada com dados de diferentes fontes: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Agência Internacional de Energia (AIE).

multipolar. Os Estados Unidos ainda são a nação mais poderosa do mundo mas estão com grandes dificuldades econômicas e perdem a hegemonia que tiveram no passado. As instituições multilaterais, especialmente as Nações Unidas, se fortalecem politicamente, mas com carência de recursos para ações ousadas nas áreas social e ambiental.

Os entendimentos em relação ao controle das emissões de gases de efeito estufa geram resultados muito limitados, apesar da estrutura multipolar, na medida em que os países estão mais concentrados na gestão econômica com suas implicações sociais e políticas. Em todo caso, avanços tecnológicos em diferentes áreas, particularmente nas novas fontes de energia, permitem a introdução de processos produtivos que independem de governos, neles está incluído a ampliação do mercado de crédito de carbono, que moderam as emissões. Isso, contudo, não impede que ao longo dos próximos 20 anos ocorram moderadas mudanças climáticas, com elevação da temperatura média e alteração no ciclo de chuvas, que gerarão impactos negativos nas atividades competitivas da agropecuária nos países tropicais.

Mesmo com um crescimento baixo da economia mundial, em torno de 1,4% ao ano na média global, entre 2011 e 2031, a demanda global de alimentos, água e energia deve ampliar-se de forma moderada na medida em que os países emergentes, com demanda reprimida, cresçam mais que a média mundial e a população consiga elevar sua renda.

A retração da economia internacional, mesmo com um melhor desempenho dos emergentes, tende a manter bolsões de pobreza e a conter o movimento de ampliação da demanda de alimentos em escala planetária. A demanda cresce de forma moderada e concentrada nos países emergentes, destaque para a China e a Índia com populações muito grandes e melhorias de renda da população. A capacidade de ação das instituições multilaterais neste terreno também é limitada para conter os gastos e implantar projetos de combate à fome e à pobreza no mundo. O ritmo moderado de ampliação da demanda de alimentos é perfeitamente atendido pelos grandes produtores, inclusive o Brasil, mesmo quando passam por problemas de produtividade decorrentes das mudanças climáticas. As inovações

tecnológicas na agropecuária ajudam a compensar parte desta perda de produtividade.

A demanda por água para irrigação ou consumo humano também deve se expandir de forma moderada e concentrada, pelas mesmas razões da demanda de alimentos, principalmente no que se refere ao uso agrícola da água, para reforçar a irrigação. No entanto, em várias partes do planeta deve ocorrer déficit de água, até porque a disponibilidade de recursos hídricos declina por conta do efeito combinado de mudanças climáticas e da degradação das fontes renováveis.

A demanda de energia aumenta de forma mais tímida, pelo efeito combinada do baixo crescimento econômico com as novas tecnologias que permitam conservação e uma maior eficiência energética. A expansão da demanda de energia também será puxada pelos emergentes que ampliam atividades energo-intensivas e registram uma ampliação do consumo das famílias com demanda reprimida. A matriz energética nos próximos dez anos não sofre alterações relevantes, na medida em que os preços das fontes fósseis não se ampliam muito, mesmo com os conflitos políticos em regiões produtoras, já que a demanda é limitada. De qualquer forma, os avanços tecnológicos na área energética também permitem uma pequena ampliação das novas fontes renováveis e alternativas, etanol, eólica e solar (a energia nuclear perde espaço na matriz energética, por influência do desastre no Japão), além disso, com medidas tímidas no controle da emissão de gases de efeito estufa, não se elevam os custos de produção e utilização das fontes convencionais.

O fluxo de turismo segue uma lenta e inercial expansão, na medida em que a renda dos grandes países se retrai, mesmo com a ampliação dos transportes e da comunicação mundial. O que dá sustentação, em todo caso, ao turismo mundial é o envelhecimento da população nos países ricos e emergentes que busca atividades de lazer, entretenimento e desenvolvimento cultural. Dentro do fluxo turístico, em todo caso, devem crescer o ecológico e o turismo cultural.

Tabela 2 - Síntese das variáveis macroeconômicas do cenário (B) mundial

Variáveis selecionadas	Histórico		Transição	Cena 1					Cena 2	Cena 3
	2000	2005		2010	2011	2012	2013	2014		
PIB mundial (bilhões US\$ correntes)	28.297,0	45.515,0	62.190,9	65.766,8	69.712,9	74.069,9	78.884,4	84.209,1	118.107,7	237.821,5
PIB (bilhões US\$ de 2008)	44.510,2	53.730,6	63.708,8	64.983,0	66.445,1	68.106,2	69.979,2	72.078,5	84.577,8	119.305,3
Varição real anual do PIB mundial (%)	3,2%	4,6%	4,8%	2,0%	2,3%	2,5%	2,8%	3,0%	3,3%	3,5%
Comércio mundial (trilhões US\$ correntes)	7,89	12,89	17,76	19,31	21,00	22,84	24,84	27,01	41,08	95,05
Comércio mundial (% PIB)	27,9%	28,3%	28,6%	29,4%	30,1%	30,8%	31,5%	32,1%	34,8%	40,0%
Comércio mundial (trilhões US\$ de 2008)	12,55	16,40	19,32	20,28	21,30	22,36	23,48	24,66	31,47	51,26
Varição real do comércio mundial (%)	-	7,8%	10,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
Inflação mundial (%)	3,2%	3,4%	2,77%	3,75%	3,75%	3,75%	3,75%	3,75%	3,75%	3,75%
Taxa de juros reais de longo prazo (%)	2,1%	2,1%	1,9%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%
Preços do petróleo (tipo <i>brent</i> US\$/barrel)	28,4	53,4	76,2	80,6	85,4	90,8	96,7	103,2	110,4	118,4

Fonte: Multivisão, 2011⁵.

⁵ Dados de partida de diferentes fontes: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Agência Internacional de Energia (AIE).

II. CENÁRIOS DO BRASIL

O Brasil é um dos países que forma, junto com Rússia, Índia e China, o grupo denominado de BRIC. Os quatro países, dentro do bloco, são anunciados como as grandes nações do futuro e o Brasil é o que registra a menor taxa de crescimento econômico, embora apresente aspectos político-institucionais mais favoráveis, tais como: um sistema democrático consolidado, a continuidade de políticas por mais de uma década, grande unidade nacional com unificação linguística e diversidade cultural unificada e instituições sólidas e confiáveis.

No terreno econômico, contudo, o Brasil enfrenta fortes estrangulamentos, e sem os quais poderia apresentar respostas mais significativas de crescimento em inúmeras oportunidades. Se considerar a dinâmica da economia mundial e a emergência de um crescente consumo interno, em contextos como os da década passada, a economia brasileira registrou taxas de crescimento mais expressivas, entretanto, sempre inferiores à média dos demais países emergentes.

Três fatores contiveram o crescimento econômico brasileiro. O primeiro foi o elevado endividamento dos governos das três esferas governamentais que transferiram parte da poupança privada para financiamento do setor público. O segundo fator foi os entraves microeconômicos que tendem a inibir o investimento privado devido ao enorme custo (o chamado Custo Brasil) e o terceiro, em parte decorrente das restrições fiscais, foi a existência de grandes estrangulamentos na infraestrutura econômica.

Até 2009, acompanhando o ciclo expansivo mundial e depois de mais de dez anos de estabilidade macroeconômica, a economia brasileira iniciou um movimento de crescimento econômico estimulada pela emergência da chamada “nova classe média” com alto poder de consumo. A crise de 2009 interrompeu o dinamismo da economia brasileira, mas o Brasil conseguiu um desempenho positivo no meio da retração econômica global. No ano de 2009 a economia brasileira sofreu uma retração de 0,2% (crescimento negativo) mas no ano seguinte já se recuperou com um crescimento de 7,5%. Este desempenho foi possível devido à combinação de dois fatores positivos: a liquidez do sistema bancário e financeiro e a

implimentação de políticas anticíclicas pelo governo. O PIB brasileiro, em 2010, foi de R\$ 3,67 trilhões ou US\$ 2,09 trilhões e um PIB *per capita* de R\$ 10.813,00. Porém, a economia brasileira enfrentou, nesse ano, novas dificuldades, particularmente, a retomada da inflação e as restrições fiscais dos anos anteriores.

Apesar da redução significativa da pobreza nestes últimos anos, o Brasil ainda é um país com grandes desigualdades sociais, bem como regionais, pela excessiva concentração econômica no Sudeste. Este grave problema social constitui também um potencial de dinamismo futuro com base no mercado interno e com demanda fortemente reprimida, mas que também exige elevados investimentos em infraestrutura social. Merece destaque neste estrangulamento, os níveis de escolaridade e a baixa qualidade do ensino no Brasil que inibem a competitividade da economia e conservam elevados graus de desigualdade social.

O Brasil é um país com muitas potencialidades de desenvolvimento futuro, mas padece de estrangulamentos e apresenta problemas que podem dificultar e/ou inibir o dinamismo econômico. O ambiente social e mesmo as condições dos recursos naturais ainda sofrem grandes pressões antrópicas, apesar da qualidade das políticas públicas.

Os fatos portadores de futuro, para pensar o futuro do Brasil, foram organizados segundo o grau de incerteza e a capacidade de determinação sobre o conjunto da realidade: **tendências consolidadas** que indicam os processos cujo movimento futuro parece já definido e, relativamente, certo (lembrar sempre que o futuro é incerto e que trata-se de hipóteses consideradas plausíveis de consolidação do movimento), **variáveis de resultado** que são aquelas cujo movimento futuro depende de outras variáveis determinantes, sejam tendências consolidadas, sejam incertezas críticas e **incertezas críticas** que são os condicionantes (ou variáveis em transformação) cujos desdobramentos futuros são impossíveis de prever.

O capítulo dos cenários do Brasil está dividido em quatro partes. As três primeiras explicitam os condicionantes segundo o grau de incerteza e de determinação e o quarto apresenta os cenários que são resultados das combinações das hipóteses das incertezas críticas.

2.1 Tendências consolidadas

A análise dos processos e dos fatos, portadores de mudança na realidade brasileira, permitiu identificar um conjunto relevante e com grande influência no futuro, mas que, segundo a interpretação já tem sua trajetória relativamente determinada. As tendências consolidadas do futuro da realidade mundial são as seguintes:

1. Política macroeconômica no Brasil

A economia brasileira tem um grande potencial de crescimento e dinamismo que, no entanto, depende bastante da orientação da política macroeconômica. Ao longo de mais de 10 anos, com alguns momentos curtos de afrouxamento, houve uma continuidade das bases dessa política, principalmente, no que se refere ao controle da inflação. O tripé formado pelo superávit primário, pelo câmbio flutuante e pelo rigor monetário tem sido a base da política macroeconômica. No entanto, o sucesso tem cobrado um preço: a política macroeconômica inibiu o crescimento da economia e gerou alguns estrangulamentos que podem ameaçar a própria estabilidade e, sobretudo, está impedindo o crescimento da economia brasileira.

A nova Presidente da República, nos seus discursos iniciais, destacou a necessidade de rigor na gestão fiscal para evitar a volta da inflação. Tudo indica, no entanto, que a manutenção do ajuste fiscal e do rigor no controle da inflação é uma tendência que deve persistir e predominar nos próximos 20 anos.

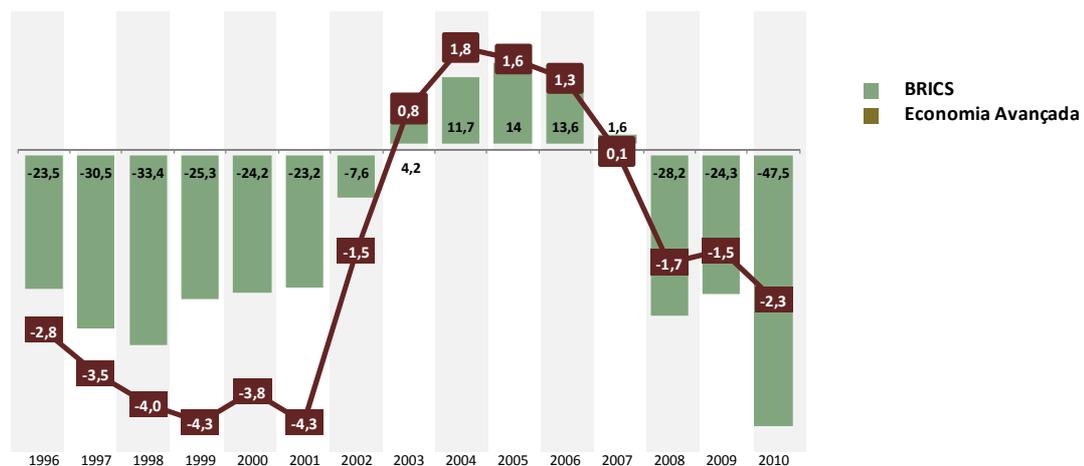
O Governo Dilma Rousseff iniciou-se com algumas dificuldades importantes na gestão macroeconômica, a começar pela pressão inflacionária dos últimos meses que é resultado dos níveis altos de demanda interna e do excesso de gastos públicos nos anos anteriores, parte dos quais como política anticíclica diante da crise mundial. O Banco Central vem administrando com elevação das taxas de juros e o mercado já previu a elevação da taxa de inflação para 6,34%, bem perto da meta governamental (6,5%).

Se considerar a escala da dívida pública e a rigidez do orçamento fiscal brasileiro, esta liberalidade nos gastos correntes públicos deixou uma herança delicada para o Governo da Presidente Dilma Rousseff. Na visão do Banco Central, esses recursos são inflacionários na medida que expandem, significativamente, o crédito e desfaz o

trabalho tanto do Banco Central como do Ministério da Fazenda na contenção da demanda agregada. Além de provocarem uma sobrevalorização do real com relação ao dólar reduzem as exportações de bens e serviços e, conseqüentemente, aumentam o déficit em transações correntes.

Por conta disto, o saldo da balança comercial que vinha subindo, aceleradamente desde 2000, iniciou um movimento de declínio nos últimos anos e chegou a atingir, em 2010, menos da metade do que tinha alcançado em 2006 (US\$ 20,2 bilhões em relação a US\$ 46,4 bilhões, em 2006). O resultado foi o aumento do déficit em transações correntes que alcançou, em 2010, US\$ 47,5 bilhões que equivalentes a 2,3% do PIB, sendo quase o dobro do registrado em 2009 (US\$ 24,3 bilhões ou 1,5% do PIB), como mostra o gráfico 8.

Gráfico 8 - Evolução das transações correntes do balanço de pagamentos brasileiro, por US\$ bilhões e percentual do PIB - 1996-2010



Fonte: Ministério da Fazenda, 2010.

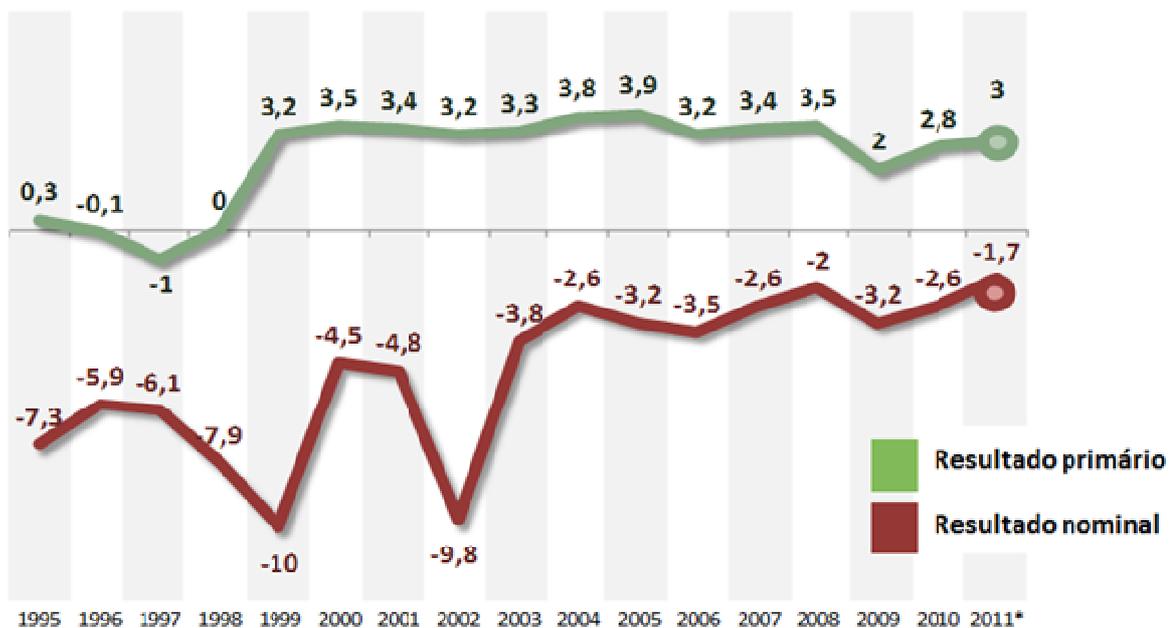
Embora as sinalizações orçamentárias do Governo não mostrem grande rigor fiscal, ao longo do primeiro semestre, o Banco Central promoveu elevações da taxa de juros para conseguir uma aproximação das metas de inflação previstas para 2011. O último aumento dos juros, elevou a taxa Selic⁶ para 12% ao ano, ainda abaixo das

⁶ Taxa Selic é a taxa básica de juros da economia brasileira apurada no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) mediante o cálculo da taxa média ponderada e ajustada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e cursadas no referido

expectativas do mercado frente à intensidade das pressões inflacionárias. O grande problema decorre das restrições orçamentárias e fiscais provenientes da rigidez em vários componentes dos gastos correntes, principalmente, a Previdência Social e a folha de pagamentos.

As contas públicas brasileiras vêm enfrentando o persistente problema de déficits nominais, que eram compensadas por superávits primários, alimentados pela elevação da carga tributária. Em 2009, o superávit primário caiu para 2% do PIB, bem abaixo da média dos anos anteriores e elevou o déficit nominal para 3,2% do PIB. Houve uma recuperação em 2010, mas, mesmo assim, o déficit nominal foi de 2,6% do PIB (os dados de 2011 são uma previsão do Governo).

Gráfico 9 - Resultados primário e nominal do setor público, percentual do PIB - 1995-2011



Fonte: Ministério da Fazenda, 2010. (*) Previsão.

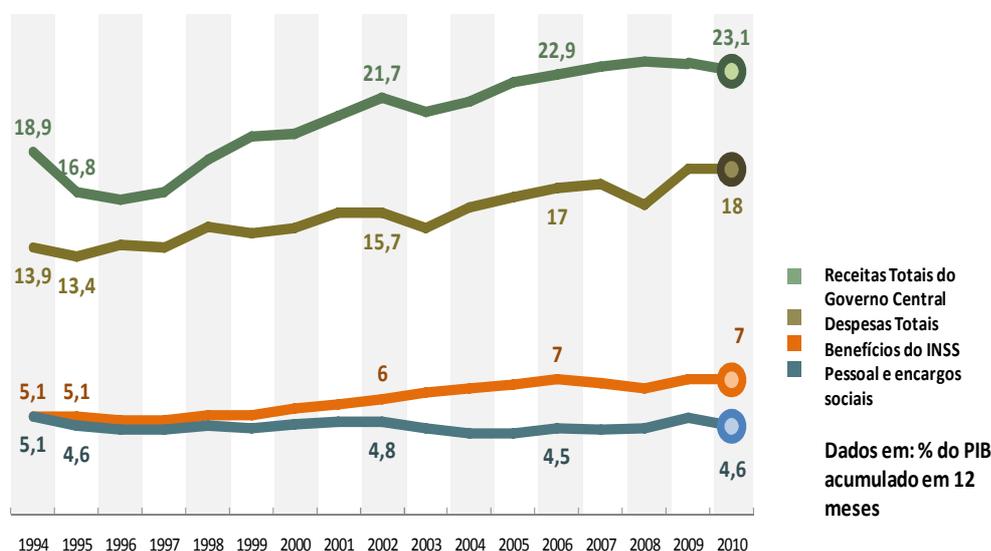
O resultado foi o aumento da dívida pública que fechou, em 2010, com R\$ 1,47 trilhão equivalente a 40,2% do PIB brasileiro. Esta situação compromete a capacidade de investimento no presente e pode representar uma restrição no futuro, além de demandar medidas de ajuste para redução de gastos e ampliação do

sistema ou em câmaras de compensação e liquidação de ativos, na forma de operações compromissadas (BACEN, 2011).

superávit primário. Nesse sentido o Governo pretende fazer um corte de R\$ 50 bilhões no orçamento do ano de 2011 que incluem cortes em investimentos em obras previstas no PAC.

Como dizem os analistas, o grande problema fiscal do Brasil reside, hoje, no amplo e contínuo crescimento dos gastos correntes públicos que vem subindo acima do crescimento econômico e a rigidez na contenção de gastos e despesas governamentais, particularmente em itens como os salários dos servidores públicos e previdência social. Como participação da receita total, os gastos com servidores públicos: ativos e inativos que vinham declinando desde 1995 (quando representavam 37,6% e chegou ao ponto mais baixo em 2006, quando atingiu 22,9%), voltou a crescer em 2009 e correspondeu a 25,1% da receita líquida. Já como percentual do PIB, nos últimos anos apresentou um leve declínio, mas permaneceu acima de 4,5%, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 10 - Evolução das finanças públicas do Brasil, por percentual do PIB acumulado em 12 meses - 1994-2010



Fonte: Ministério da Fazenda, 2010.

Atos recentes do governo tentam minimizar essa tendência de expansão pela suspensão de novas contratações e realização de concursos públicos, no ano de 2011. Mas há uma grande rigidez à baixa em termos absolutos, embora possam reduzir como percentual do PIB e da receita corrente.

As despesas com a previdência social vêm comprometendo também parcelas crescentes da receita líquida do Estado. Em 2010, o déficit da Previdência Social chegou a 1,24% do PIB que correspondeu a R\$ 45,4 bilhões. A União gastava em 1995, com a aposentadoria dos funcionários públicos, R\$ 15,1 bilhões. Esse valor, em 2009, quase quintuplicou e passou para R\$ 67 bilhões. O gráfico acima mostra que, em 2010, os benefícios da Previdência Social representavam 7% do PIB brasileiro, quase dois pontos percentuais acima do registrado em 1995.

O aumento das despesas e do déficit da Previdência, mesmo depois de alguns pequenos ajustes, tem várias causas, mas a principal delas consiste na redução rápida da relação entre contribuintes e beneficiários, mesmo com a evolução recente do número de trabalhadores com carteira assinada.

Diante desse quadro de dificuldades fiscais e de pressão inflacionária, o Governo vem demonstrando firmeza na gestão macroeconômica, principalmente, no que se refere à política monetária de juros altos para conter a inflação, embora alguns analistas considerem que o Banco Central ainda está muito tímido nas iniciativas.

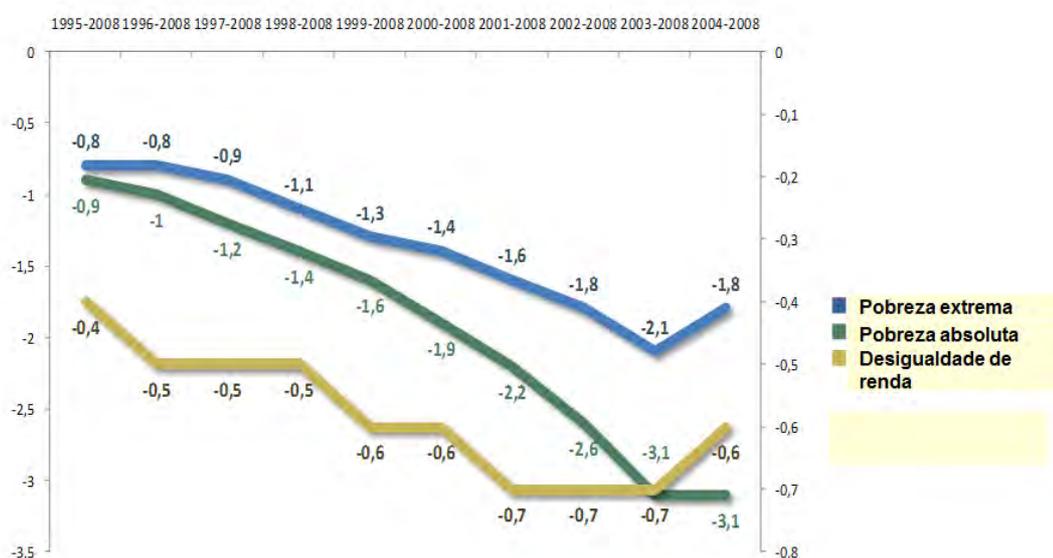
Com base nas considerações acima, parece claro que a tendência consolidada será a manutenção da política macroeconômica focada no tripé: superávit primário, câmbio flutuante e rigor monetário. Em todo caso, o movimento real da economia brasileira, a taxa de crescimento, a capacidade de investimento público, a inserção competitiva no mercado internacional, entre outros fatores, dependem da política macroeconômica, mas também de outros componentes que estão fora do controle governamental, inclusive o contexto internacional.

2. Política social no Brasil

A preocupação com a pobreza e as desigualdades sociais no Brasil entraram definitivamente na agenda política do país, embora ainda predomine medidas e instrumentos de caráter compensatório, como o Bolsa Família. De qualquer forma, nos últimos anos, houve declínio importante da pobreza e da miséria (ou indigência), como resultado do efeito combinado do crescimento da economia, do aumento real do salário mínimo e das políticas sociais compensatórias.

Ao longo dos últimos 13 (treze) anos (1995/2008), os índices de pobreza e de pobreza extrema no Brasil declinaram continuamente, embora com taxas diferenciadas nos intervalos, com uma pequena inflexão no intervalo 2004/2008, a redução mais acentuada ocorreu no período de 2003-2008. Segundo dados do IPEA, a pobreza (até meio salário mínimo *per capita*) caiu 2,1% ao ano nesse intervalo e a extrema pobreza (até um quarto de salário mínimo *per capita*) 3,1% ao ano. A renda *per capita* utiliza teve como base o salário mínimo.

Gráfico 11 - Taxa anual de variação do Índice de Gini (desigualdade de renda) e percentual da pobreza absoluta e extrema - 1995/2008

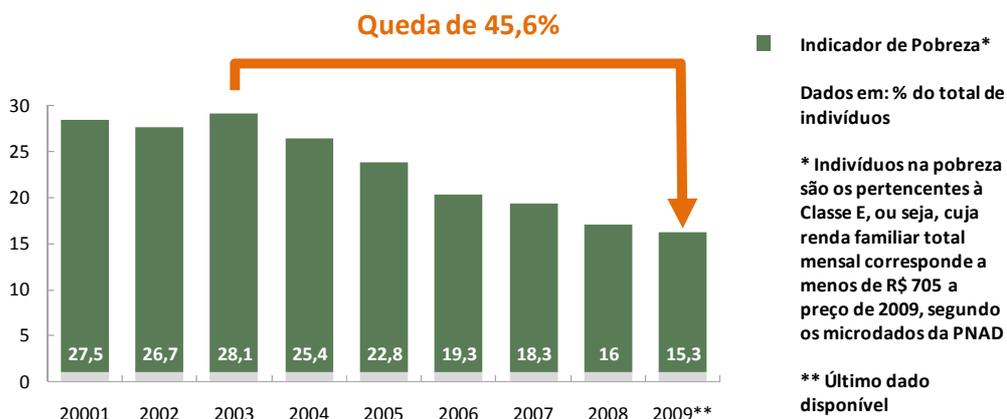


Fonte: IPEA, 2010.

A desigualdade de renda, medida pelo índice de Gini também declinou continuamente no período e teve a redução mais acentuada no intervalo 2000 - 2008 (igual ao registrado entre 2003 - 2008).

Se for considerado, por outro lado, o aumento real do salário mínimo no período (aumento de 57,3% no período de 2002 - 2010), a queda da pobreza medida em reais deflacionados, é mais intensa ainda. Com base em dados da PNAD (até 2009), o estudo do Ministério da Fazenda mostra que a pobreza (percentual de indivíduos de famílias com renda total mensal inferior a R\$ 705,00, a preços de 2009) caiu de 27,5%, em 2001 para 15,3%, em 2009.

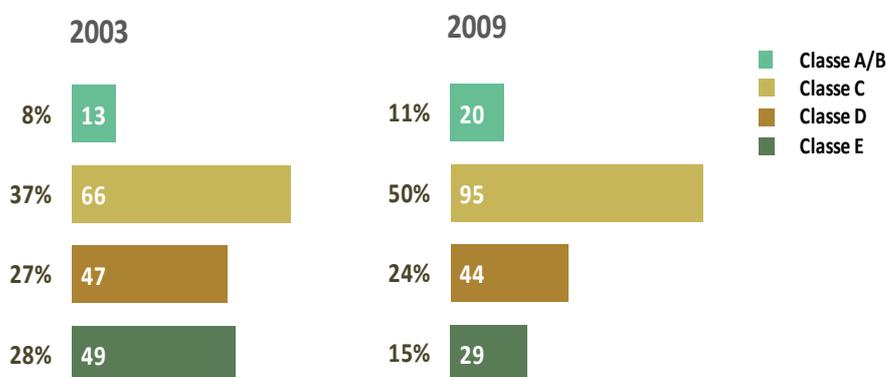
Gráfico 12 - Evolução dos indicadores de pobreza no Brasil - 2001-2009



Fonte: Ministério da Fazenda, 2010.

Esse movimento coincide com uma alteração mais ampla na estrutura de renda do Brasil à qual está associada a formação da chamada “nova classe média” brasileira, com tendência alta para o consumo de bens e serviços. De 2003 a 2009, houve um aumento da classe C, de 65 (sessenta e cinco) milhões de pessoas em 2003 passou para 95 (noventa e cinco) milhões em 2009. Esse aumento correspondeu a uma elevação da participação da classe C no total da população de 37% para 50%. Essa ampliação teve correspondência direta da passagem de parcela significativa da classe D para C, assim como, houve uma elevação de parcela da classe E para a D, como mostra o gráfico abaixo. Nessa faixa de renda dos mais pobres, houve uma redução de 20 milhões de pessoas, de modo que a participação deles no total da população caiu de 28% para 15%.

Gráfico 13 - Distribuição da população, percentual da população e milhões de indivíduos, por classes de renda no Brasil - 2003-2009



Fonte: Ministério da Fazenda, 2010.

Embora os resultados tenham muito a ver com o ritmo de crescimento da economia e com o aumento real do salário mínimo, as políticas sociais contribuíram também para a redução da pobreza, mesmo quando predominavam as medidas compensatórias. Mas, tudo indica que está em formação uma percepção geral, no Brasil, da relevância de políticas sociais, mas que elas devem ser complementadas com estratégias estruturais de enfrentamento das causas fundamentais da pobreza brasileira. Dessa forma, no futuro, deve haver alguma combinação das duas políticas que lidam com os níveis de pobreza e desigualdades no Brasil que devem incluir a oferta de serviços sociais básicos para as populações de menor renda.

3. Política externa e de comércio exterior do Brasil

O Brasil tem uma tradição de política externa independente e com grande competência na defesa dos interesses nacionais e dos princípios de não intervenção. Nos últimos anos, esta orientação política foi acompanhada de uma postura ativa da diplomacia brasileira na formação de alianças com países emergentes e em desenvolvimento, com características ideológicas. De qualquer forma, o Brasil passou a assumir posições de liderança em fóruns internacionais, principalmente, na formação do grupo denominado G20. Esse grupo é a ampliação do antigo G7 com a entrada em cena dos emergentes.

Com a participação direta do Presidente da República, o Brasil se envolveu em todas as grandes questões globais e postulou, abertamente, um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. O novo Governo da Presidente Dilma parece decidido a manter a posição de destaque do Brasil na cena política internacional, mas tem incorporado elementos do tradicional pragmatismo do Itamarati. Foi dado destaque à defesa dos direitos humanos no plano internacional e parece apostar no assento do Brasil nas Nações Unidas pelo caminho das necessárias mudanças naquela organização.

Tudo indica que, com pequenas diferenças de estilo, o Brasil deve continuar, nas próximas décadas a participar, ativamente, nas negociações diplomáticas: bilateral e multilateral e aproveitara oportunidades de parcerias no comércio internacional. Na medida em que o Brasil aumenta o seu peso relativo na economia internacional, como um país do bloco BRIC, o Brasil passa a exercer influências em negociações

que podem fortalecer o Grupo G20 e os interesses brasileiros nos fóruns internacionais.

4. Capacidade de gestão

A capacidade de gestão pública no Brasil constitui um fator muito importante para o desenvolvimento futuro visto que significa eficácia e eficiência na execução de políticas e projetos e na implementação dos recursos públicos. Ao longo dos últimos 20 (vinte) anos, o sistema público brasileiro passou por algumas mudanças que incluíram uma renovação importante nos quadros técnicos e gerenciais e acompanhou a formação de uma nova mentalidade na prestação de serviços públicos.

Um fato importante na reorganização da gestão pública no Brasil foi a consolidação do Ministério Público e a constituição dos sistemas de controle externo, particularmente, os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios. Se excluir eventuais excessos de controle e certa fragmentação no acompanhamento da gestão pública, a tendência tem sido de um rigor gerencial maior e uma melhoria de governança na União e nos Estados. O que, em um primeiro momento, pode representar um travamento da gestão com comprometimento da eficiência e da eficácia deve contribuir, a longo prazo, para uma melhoria da gestão pública brasileira.

Essa combinação de fatores deve levar, nos próximos 20 anos, a uma melhora continuada da capacidade de gestão pública federal, embora ainda persistam desperdícios, má aplicação dos recursos e corrupção. O controle externo tende a se ampliar e a assumir uma postura mais proativa que promove a melhoria gerencial e a governança pública. Esta parece ser uma tendência consolidada para as próximas décadas.

5. Natureza e eficácia da política fundiária

O Brasil tem uma estrutura fundiária bastante concentrada, principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste, onde o tamanho médio das propriedades era, em 2006 (Censo Agropecuário), de 397,2 hectares. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, o Brasil tinha 329,94 milhões de hectares de terra ocupados

por aproximadamente 5,17 milhões de estabelecimentos produtivos que desenvolviam atividades agropecuárias. Desse total de estabelecimentos, 84,4% eram constituídos por unidades de agricultura familiar, mas que ocupavam, apenas, 24,3% das áreas cultivadas e produziam 30% do total da produção agropecuária brasileira.

Nas áreas de fronteira agrícola do país, exatamente no Norte e parte do Centro-oeste, além da concentração da propriedade existe um problema grave que decorre da insuficiência nas titulações de terras e parte delas foi ocupada ao longo dos anos, com alta incidência de assentamentos não regularizados. Segundo dados do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), 27,3% dos imóveis rurais do Brasil que correspondem a 15,8% da área total ocupada por imóveis rurais, até 2003, não tinham títulos de posse. Além disso, existem vários casos de propriedades registradas por mais de um dono, terras ocupadas há mais de 50 anos, porém ainda não regularizadas em cartório, terras regularizadas em cartório, mas que foram invadidas por novos exploradores, invasão de terras indígenas e invasão de unidades de conservação. Essas indefinições nos registros de imóveis, especialmente a ausência de titulação da terra rural, provocam insegurança e instabilidade no campo e desestimulam os investimentos e a modernização da agricultura, e ainda, impedem o financiamento para investimentos e capital de giro.

Nas últimas décadas, o Brasil implementou uma política fundiária voltada principalmente para dar acesso à terra aos trabalhadores sem terra, e, mais recentemente, vem realizando um esforço concentrado para titular as propriedades na Amazônia Legal. Tudo indica que, nos próximos anos, essa política seja mantida com aumento da sua eficácia tanto para estimular a agricultura familiar e a instalação de assentamentos de reforma agrária quanto no equacionamento do problema de titulação.

2.2 Variáveis de resultado

Da mesma forma como foi elaborado para os cenários mundiais, foram identificados nos condicionantes do futuro o conjunto daqueles cujos comportamentos futuros dependem de outras variáveis determinantes. Como variáveis de resultados do futuro do Brasil (condicionantes dependentes), foram identificadas as seguintes

variáveis que vão aparecer mais na descrição final dos cenários que na sua determinação:

1. Investimentos na infraestrutura e na produção

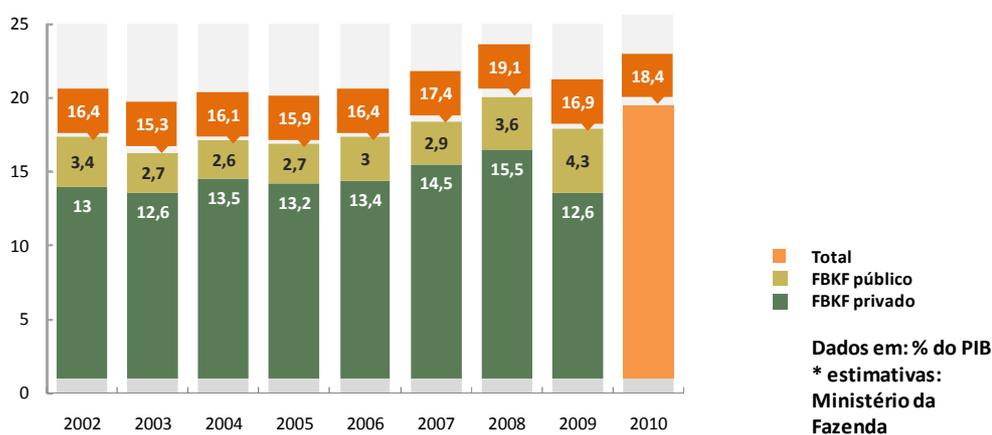
O volume e a distribuição dos investimentos públicos dependem da forma como será tratada, nos próximos anos, a situação fiscal da União com impacto na sua capacidade de investimento que atualmente está bastante baixa. Embora seja decorrência de uma decisão política de alocação de recursos, existe um grande consenso nacional em torno da necessidade de investimentos públicos na infraestrutura econômica, mesmo compartilhando-os com o setor privado através de Parceria Público Privada (PPP).

Na infraestrutura econômica reside um dos grandes estrangulamentos da economia brasileira e que já mostra pontos graves de saturamento que comprometem a competitividade da economia nacional. Já se manifesta nos transportes, incluindo portos e aeroportos, e pode se agravar no futuro no segmento de energia, cujos investimentos têm prazos de maturação bastante longos. Em relação aos transportes, a Confederação Nacional do Transporte (CNT) constatou em pesquisa realizada em 2010 que apenas 14,7% das rodovias avaliadas encontravam-se em ótimas condições de tráfego, 26,5% foram consideradas em boas condições, 33,4% estavam em condições regulares, 17,4% eram ruins, enquanto 8% delas eram consideradas em péssimas condições. Além do mais, a distribuição espacial das estradas com melhores condições de tráfego apresenta uma grande desigualdade entre as regiões brasileiras. É preciso, neste aspecto, destacar que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste levam grande desvantagem nas condições de suas estradas.

O estudo mostra limitações nos transportes ferroviários de carga e, principalmente, nos portos que não estão suportando o crescimento das exportações. O estudo da CNT indica que o sistema portuário brasileiro evidencia necessidades de investimentos de, aproximadamente, US\$5 bilhões para realizar melhoria dos acessos, renovação de equipamentos, adequação das instalações e qualificação dos sistemas de informação.

Nos últimos anos, a contribuição do setor público para a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) esteve abaixo de 4% do PIB. Houve, em 2009, uma exceção e foi realizado um esforço para compensar a queda do investimento privado por conta da crise. Naquele ano, a FBCF do setor público alcançou 4,3% do PIB quando a FBCF do setor privado ficou em apenas 12,6%. Em termos absolutos, o nível mais alto da FBCF registrado nos últimos foi em 2008, pode-se considerar que foi um ano de grande elevação do PIB (ver gráfico 14). A maior parte do investimento público foi realizada por empresas estatais e alcançou 1,9% do PIB, em 2009, mas que, ao longo dos anos não passou de 2% do PIB (o dado de 2010 ainda é estimativa do Banco Central que não destaca a participação do setor público).

Gráfico 14 - Formação bruta de capital fixo: público e privado com percentual do PIB - 2002-2010



Fonte: Ministério da Fazenda – 2010.

De um modo geral, o Brasil tem sido marcado, ao longo de várias décadas, pela baixa taxa de investimento total, tanto público quanto privado e quase sempre abaixo de 20% do PIB. A poupança nacional mantém-se restrita e parte relevante dessa poupança destina-se a financiar o endividamento do setor público, com elevada carga tributária e baixo investimento.

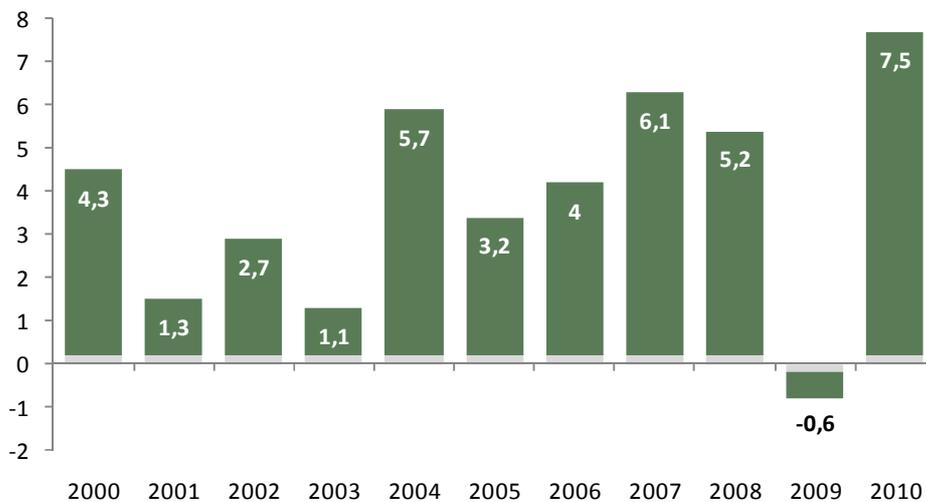
O investimento privado é movido por outros fatores, mas também depende de três variáveis centrais: da estabilidade da economia (considerada uma tendência consolidada), da competitividade sistêmica do país, em grande parte dependente dos investimentos em infraestrutura de apoio e do ambiente microeconômico, com destaque para o marco regulatório dos setores estruturadores. Assim, o

desempenho futuro desses investimentos será resultado do comportamento das variáveis determinantes.

2. Dinâmica econômica

A economia brasileira vinha recuperando-se, em ritmos moderados de crescimento, na segunda metade da década passada, mas o processo foi interrompido pela crise financeira mundial. Como baixa vulnerabilidade externa, o Brasil conseguiu sair-se, relativamente bem, do primeiro impacto da crise e iniciou, em 2010, a retomada do dinamismo econômico. Depois de um crescimento de 6,1% em 2007, e de 5,2% em 2008, o PIB nacional caiu 0,6%, em 2009, mas retomou o crescimento de 7,5% registrado em 2010. É importante considerar, que este crescimento representa o resultado, em parte, a recessão do ano de 2009.

Gráfico 15 - Taxa de crescimento anual do PIB do Brasil - 2000-2010



Fonte: Ministério da Fazenda – 2010.

No entanto, como já foi referido, esse movimento foi acompanhado por uma pressão inflacionária, mas houve pronta resposta do Banco Central que elevou a taxa de juros. O certo é que o ritmo de crescimento da economia brasileira, nas próximas décadas, é uma variável bastante dependente do ambiente econômico e comercial mundial, da estabilidade macroeconômica e das definições no ambiente microeconômico interno.

2.3 Incertezas críticas

Parte dos condicionantes do futuro tem alto poder de determinação e não constitui variável de resultado (dependente) do Brasil. No entanto, ao contrário das tendências consolidadas, alguns deles têm uma evolução futura muito incerta, estas constituem as incertezas críticas do futuro da realidade brasileira, cuja trajetória muda de acordo com os caminhos alternativos destas incertezas. Foram identificadas as seguintes incertezas críticas:

1. Ambiente Microeconômico

A economia brasileira apresenta dois fatores de grande importância para o seu crescimento futuro: estabilidade econômica e reduzida vulnerabilidade externa. No entanto, existem fatores microeconômicos que elevam os custos e propiciam insegurança aos investidores, inibem os investimentos privados para aproveitar as potencialidades do país.

Dentre os principais fatores de desestímulo microeconômico destacam-se: a elevada carga tributária de um sistema muito complexo, os elevados encargos sociais e trabalhistas que penalizam a folha de pagamentos e o custo final dos produtos, a insegurança jurídica diante de definições contraditórias frente a contratos e as indefinições e imprecisões nos marcos regulatórios de alguns setores oligopolizados da economia brasileira. Estes são fatores determinantes, junto com os estrangulamentos da infraestrutura econômica, do chamado “Custo Brasil” que comprometem a competitividade da economia nacional.

O primeiro problema microeconômico reside nos elevados encargos trabalhistas decorrentes do sistema de proteção ao trabalho no Brasil, mesmo tendo apresentado alguns avanços nas relações capital/trabalho, a legislação trabalhista é percebida como deficiente pelas duas partes envolvidas na relação. Por um lado, a legislação trabalhista gera elevados encargos aos salários do trabalhador formal, penaliza o empregador, compromete a competitividade da economia e inibe os investimentos produtivos. Por outro lado, acarreta perdas nos valores nominais dos salários dos trabalhadores. É com os ganhos salariais que o trabalhador participa no

mercado de consumo e quanto mais baixos forem os salários, menor a capacidade de compra do trabalhador com menores as vendas no mercado.

Além disso, o custo indireto do trabalho desestimula a formalização dos empregos e reduz a receita do sistema previdenciário. Segundo afirma José Pastore, as contribuições sociais, as licenças, as remunerações por tempo não trabalhado e as incidências cumulativas das mesmas geram um custo adicional de 103,46% no valor nominal do salário. Também estima-se que cada trabalhador brasileiro transfere para o Estado o equivalente ao que ganha em quatro meses de trabalho, por ano, arrecadados sob forma de impostos e contribuições.

Existem diferentes iniciativas e negociações no Congresso Nacional para a realização de uma reforma trabalhista que diminua o custo do trabalho, mas favorecendo o investimento e o emprego formal. Este é um tema, portanto, muito controverso, envolve forças e interesses fortes e divergentes o que dificulta a sua tramitação. Dentre as reformas que estão sendo discutidas merecem destaque: a flexibilização das regras de contrato que incluem: o banco de horas, a suspensão provisória do contrato de trabalho, a redução dos encargos sociais e a ampliação dos contratos por prazo determinado.

O segundo problema microeconômico reside na elevada carga tributária e na complexidade do sistema tributário que inibem os investimentos, na medida em que, elevam os custos de produção e, portanto, reduzem a capacidade competitiva das empresas. O Estado brasileiro se apropria de uma parcela relevante da poupança nacional quando efetua uma carga tributária equivalente a 36,56% do PIB, dados de 2008, e portanto, reduz a capacidade de investimento do empresariado. Da mesma forma, a elevada carga tributária brasileira compromete a competitividade da economia na medida em que se constitui parte dos custos de produção e, assim, exerce dois efeitos nefastos para a economia. O primeiro é quando retira poupança que poderia ser alocada em investimento e o segundo é quando aumenta os preços finais dos produtos brasileiros, dificultando a concorrência no mercado de exportações e importações.

Além da carga tributária pesada, o sistema tributário é um complicado emaranhado de impostos e taxas, muitos com efeito cumulativo, que atrapalha a contabilidade

das empresas e gera um custo adicional de gestão. A necessidade de uma reforma tributária é um dos grandes consensos políticos do Brasil e converge para três grandes aspectos: a redução do número de impostos e da complexidade do sistema; a eliminação dos impostos em cascata, com desoneração do investimento e o aumento da base para reduzir a carga tributária o que influenciará na redução da informalidade da economia.

No entanto, a reforma tributária envolve muitos interesses conflitantes e encontra resistência no próprio Governo que manifesta receio na redução da arrecadação. Também afloram conflitos federativos que levam à disputa entre os Estados e a Federação, e também, entre os próprios Estados. Como, por exemplo, a controvérsia gerada em torno da responsabilidade pela arrecadação do ICMS: se na origem ou não destino da operação de compra e venda.

A insegurança jurídica é outro fator de inibição dos investimentos pelo que representa de imprevisibilidade do sistema judiciário brasileiro, pois oferece decisões em diferentes escalas contraditórias e produz distorções do ambiente socioeconômico que inibem a retomada dos investimentos produtivos no Brasil. O comportamento dos agentes econômicos depende da segurança e da previsibilidade em relação à legislação e às regras dos contratos. A insegurança decorre de vários fatores combinados, dentre os quais destacam-se: o enorme e desconhecido volume de leis e decretos, medidas provisórias e portarias carregadas de contradições e imprecisões que dificultam a ação do judiciário e evidenciam entendimentos divergentes, com decisões conflitantes das cortes no Brasil.

As decisões conflitantes, e muitas vezes não rigorosamente fiéis às leis, geram insegurança jurídica e desconfiança da sociedade e dos agentes econômicos nos contratos e regras de relacionamento. Por outro lado, a prática da apelação continuada torna o sistema jurídico extremamente lento e excessivamente caro. De acordo com estimativas de alguns juristas, a morosidade da Justiça custa ao país US\$ 20 bilhões por ano. Ainda que, a Súmula Vinculante, em 2004, determine que uma decisão da alta instância deve ser acatada em todos os outros níveis e, com isso, tenha reduzido as custas e os protelamentos dos processos jurídicos, o sistema ainda continua muito complexo e oneroso.

Finalmente, é importante considerar, no ambiente microeconômico, a previsibilidade do marco regulatório das atividades econômicas em áreas e segmentos oligopolizados. Como são segmentos de retorno a longo prazo e dependentes de regras legais, os investidores devem ter confiança na sua estabilidade, principalmente, após a privatização de segmentos e serviços importantes, tais como: petróleo, energia elétrica, telecomunicações, aviação comercial, etc. e que são, hoje, controlados por agências reguladoras. As agências são instituições com autonomia para garantir regras de mercado, evitar falhas do oligopólio, de modo a assegurar a competitividade e proteger o consumidor final.

No entanto, ainda existem controvérsias em torno das atribuições e da independência dessas agências, tais como: o poder de concessão de serviços públicos, ligações com as políticas governamentais, relações com estatais que existem em alguns segmentos, influência política na indicação dos membros da agência, duração do mandato dos dirigentes e outras mais. Essas controvérsias e algumas mudanças de direção no formato das agências reguladoras provocam imprecisões no marco regulatório e geram inseguranças no setor privado.

A estes problemas do ambiente microeconômico devem ser acrescentados ainda o grau de corrupção praticado no setor público e nos negócios que causam incertezas e elevam os custos de operação das empresas, e também, a complicada burocracia das regras de funcionamento empresarial.

2. Escolaridade, inovação e qualificação profissional

O nível de escolaridade e a qualificação da força de trabalho, componentes centrais de competitividade na economia, fazem com que o Brasil seja, ainda, um país frágil na disputa internacional, quando comparado aos emergentes e às nações de médio desenvolvimento. Os indicadores de educação do Brasil são inferiores aos da maior parte dos concorrentes potenciais do país e, vale o mesmo, para o padrão de qualificação profissional. A posição futura do Brasil, na disputa competitiva, vai depender da intensidade e da velocidade com que estes dois aspectos serão tratados na formação dos recursos humanos.

Embora o Brasil venha registrando, ao longo dos últimos anos, melhora no nível de escolaridade e na taxa de alfabetização, ambas ainda são muito baixas e os ritmos de crescimento se mostram extremamente lentos. Na educação reside, provavelmente, a maior fragilidade do Brasil contemporâneo. Esse fator compromete a sua competitividade, desperdiça o seu potencial de recursos humanos e limita a produtividade de seu capital físico e, também, do capital natural, ao mesmo tempo em que mantém as desigualdades sociais que têm por base o acesso diferenciado à educação e à informação.

A taxa de analfabetismo no segmento da população com 15 anos ou mais de idade vem caindo. Era 13,3% em 1999 e, em 2009, houve redução para 9,7%, mas esse percentual representava um contingente de 14,1 milhões de pessoas. A taxa de analfabetismo funcional (pessoas com até 3 anos de estudo) ampliava esse contingente em 20,3%. Ao analisar dados da PNAD de 2009, percebe-se que, embora continuem os problemas nesse setor, o país vem alcançando algumas melhorias nas últimas décadas e ampliou o acesso à escola, especialmente, na educação infantil para crianças de 0 a 5 anos de idade, que passou de 23,3% em 1999, para 38,1% em 2009.

O maior aumento de frequência à escola foi obtido, de acordo com dados da PNAD de 2009, pelo segmento de crianças entre 6 e 14 anos, quando praticamente se universalizou o acesso ao ensino fundamental, com cobertura de 97,6%. Entre os adolescentes, na faixa etária dos 15 aos 17 anos, a cobertura escolar atingiu 85,2%. Foi, porém, nesta faixa que apareceram as maiores distorções idade/série, pois apenas 50,9% deles encontravam-se frequentando a série compatível à sua idade. Ficou patente a grande fonte de desigualdade que se estabelece pelo acesso à educação, entre os mais ricos e mais pobres na população.

Em 2009, entre os 20% mais pobres, apenas 32,0% desses adolescentes encontravam-se cursando o ensino médio, já entre os 20% mais ricos, este percentual atingia 78%. Isto sem que se leve em consideração a qualidade do ensino ofertado pelas escolas onde estudam os mais pobres e os mais ricos, o que evidencia como a renda familiar influencia no acesso à educação.

No que diz respeito à qualidade do conhecimento adquirido pelos estudantes do ensino fundamental e médio, de acordo com a avaliação do IDEB, no ensino fundamental, a nota média obtida pelos alunos do ensino fundamental, nos anos iniciais passou de 3,8 em 2005 para 4,6, em 2009. A meta a ser alcançada em 2021 deveria atingir 6,0. Este seria o nível que equipararia o Brasil ao de países desenvolvidos. Já os alunos dos anos finais do ensino fundamental, que obtiveram média 3,5 em 2005, passaram à média de 4,0. Para esse grupo a meta para 2021 é menos ambiciosa, deve atingir 5,5. Os alunos do ensino médio regular, que obtiveram média de 3,4, em 2005, atingiram média 3,6, em 2009. A meta para 2021 é a média 5,2. Isto demonstra o fato de que, quanto mais elevado o nível do ensino, mais baixas as médias e menores as expectativas de obtenção de médias muito superiores às atuais.

O Brasil apresentou médias muito baixas quando analisou os anos de estudo concluídos por sua população, especialmente, quando comparados aos de outros países nos mesmos níveis de desenvolvimento. Em 2009, o brasileiro de 15 anos ou mais de idade tinha, em média, 7,5 anos de estudo, o que demonstrava a não conclusão do ensino fundamental obrigatório que é de 9 anos. Apenas 15,2% das pessoas com idade entre 18 e 24 anos tem 11 anos de estudo e, dentre elas, apenas 10,7% continuavam estudando, em 2009. Desse percentual, 48,1% cursavam ensino superior (eram 22,1% em 1999), o que influenciou, consideravelmente no mercado de trabalho, pois quanto maiores os níveis de escolaridade maiores as possibilidades de melhores oportunidades de emprego qualificado.

Existe uma inércia que dificulta uma mudança forte neste segmento: escolaridade e qualidade da aprendizagem, embora em um prazo mais longo, de 20 anos, possa vir a ocorrer avanços importantes, desde que se concentrem investimentos de pesos e tenha uma gestão competente para mudar o quadro da educação no Brasil.

Situação semelhante ocorre no terreno da inovação e do desenvolvimento científico e tecnológico. O Brasil apresenta uma clara defasagem tecnológica em algumas áreas e em alguns setores produtivos, mas tem ampliado bastante os investimentos e possui importantes centros de excelência em pesquisa com padrão internacional.

Quando comparado com países desenvolvidos e emergentes, o Brasil ainda investe relativamente pouco em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e tem um destaque limitado na produção de conhecimento, mas desenvolve clara liderança em alguns segmentos como a agropecuária tropical e a prospecção de petróleo em águas profundas, além de acompanhar avanços importantes em pesquisas básicas de: microbiologia, genética, nanotecnologia e biotecnologia.

Nas últimas décadas, o Brasil vem melhorando continuamente sua capacidade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, tanto nas universidades, quanto nos institutos de pesquisa setoriais, como a EMBRAPA. É inegável, contudo, que diferentes estudos que formam o ranking mundial das melhores Universidades, nenhuma Universidade brasileira, aparece entre as cem de melhor qualidade e nível de ensino. No ranking da *The-Times Higher Educations*, que utiliza 13 critérios de análise⁷, a Universidade de São Paulo (USP) é a única que aparece entre as duzentas melhores, mesmo assim, numa posição muito baixa (178º lugar). A China e a Coreia do Sul têm, cada uma delas, duas universidades entre as cem melhores e Singapura tem uma na 40ª posição, segundo o *The World Univesity Ranking* de 2011-2012.

De acordo com informações do Ministério da Ciência e Tecnologia, em 08 (oito) anos quase que dobrou o número de pesquisadores no sistema de C&T. Foram 110.871, em 2000, mas em 2008 já constavam 210.716. O que representa, com base na população estimada para o país em 2007, que existiriam, aproximadamente, 1.145 pesquisadores para cada milhão de habitantes. Em média, 72% de todos os pesquisadores estão vinculados a universidades, enquanto que as empresas contam com 24% do total de pesquisadores do Brasil. Este fator vem acarretando uma modesta interação da produção científica com as atividades empresariais, mas reduz a velocidade da inovação tecnológica.

Embora venha ampliando o número total de pesquisadores ocupados, nos últimos anos, a posição relativa do Brasil frente a outros países não foi alterada de forma

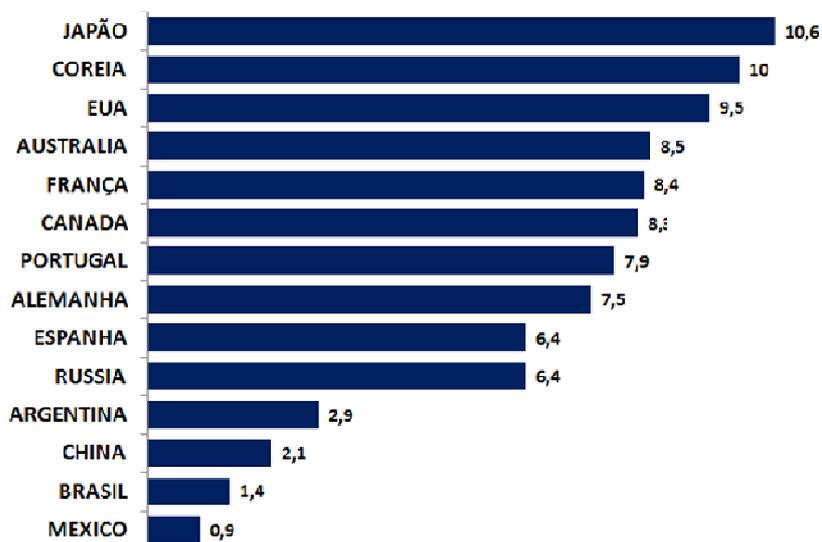
⁷ Entre os critérios utilizados incluem: relação professor/aluno, percentual de doutores no corpo docente, número de professores e alunos estrangeiros, produção de conhecimento e citações em revistas internacionais.

significativa. Os dados mostram, desse modo, que o Brasil ainda está muito longe de alcançar o desempenho semelhante aos de outros países emergentes, especialmente, os países asiáticos como a Coreia do Sul e a Índia.

Quando se estabelece uma comparação com outros países, inclusive, com patamares de desenvolvimento econômico semelhantes ao brasileiro, pode-se observar que, enquanto em 2008, o Brasil tinha 1,4 pesquisadores em equivalência de tempo integral para cada mil pessoas ocupadas, este percentual representava apenas a metade do que dispunha a Argentina (com 2,9 pesquisadores em equivalência de tempo integral para cada grupo de mil pessoas ocupadas), como mostra o gráfico 16.

O nível de desempenho do Brasil, neste setor equivale a um sexto do desempenho apresentado pela Coreia do Sul (10 pesquisadores para cada grupo de mil pessoas ocupadas). Pode-se destacar que a Coreia do Sul situa-se um pouco acima dos Estados Unidos e bem próxima ao Japão. O nível do Brasil está inferior ao da China (2,1 pesquisadores por mil pessoas ocupadas) e aos da Rússia e da Espanha (ambas com 6,4 pesquisadores por mil pessoas ocupadas).

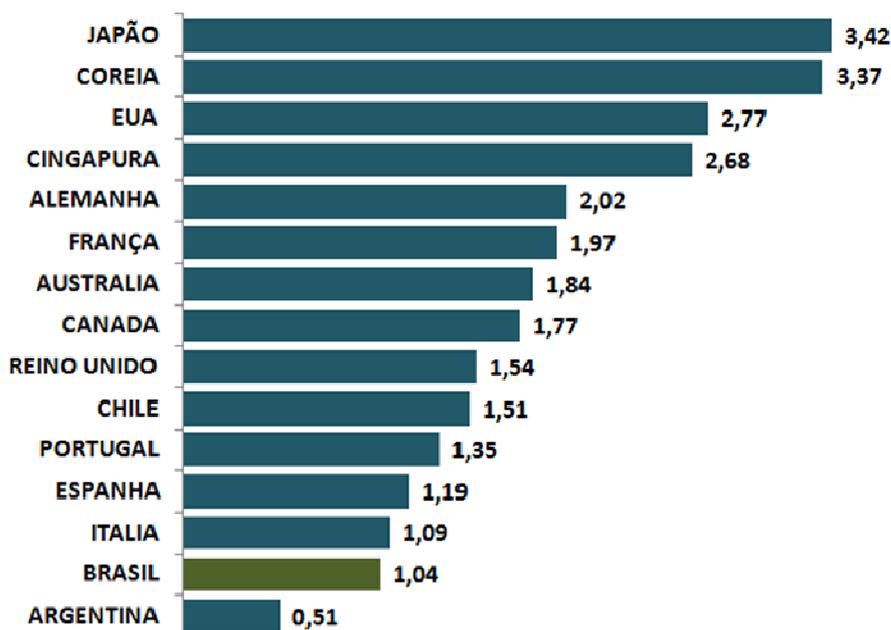
Gráfico 16 – Pesquisadores, por mil pessoas ocupados, em países selecionados - 2008



Fonte: Ministério de Ciência e Tecnologia – 2010.

Essa posição reflete o modesto investimento realizado pelo Brasil em ciência e tecnologia. Em 2008, investiu, apenas, um pouco mais de 1% do PIB em pesquisa e em desenvolvimento tecnológico. Este percentual representou menos de um terço do que investiu a Coreia (investimento de 3,37% do PIB) ou o Japão (investimento de 3,42% do PIB) e, mesmo assim, o país investiu mais do que a Argentina, o México e a Rússia (Gráfico 17).

Gráfico 17 – Investimentos, percentual do PIB, em C&T nos países selecionados - 2008



Fonte:Ministério de Ciência e Tecnologia – 2010.

A produção científica dos brasileiros representada por artigos publicados em revistas internacionais especializadas em ciência e tecnologia classificou o país em 15º lugar no *ranking* internacional, com uma produção equivalente a 1,92% de toda a produção mundial do gênero, mas contudo, ficou em posição inferior à: China, Coréia do Sul, Rússia e Índia. No volume de registro de patentes, o Brasil ficou classificado em 10º.lugar, posição abaixo do Reino Unido (9º.lugar), Rússia (8º.lugar), porém bem abaixo da produção da China, da Coréia do Sul, do Japão e dos Estados Unidos.

Os dados mostram que, embora ainda com grande defasagem em relação aos países desenvolvidos, o Brasil apresenta tendência de crescimento de sua capacidade de produção científico-tecnológica e de inovação, mas ainda está bem aquém dos grandes avanços que ocorrem em escala global. Fatores que podem comprometer a sua capacidade competitiva futura. Merece destaque, no entanto, a postura empreendedora de alguns segmentos empresariais, pois várias empresas têm implementado inovações e desenvolvido novas tecnologias para enfrentar a pressão da competitividade internacional. O setor industrial mostrou uma evolução do percentual de empresas inovadoras que passou de 31,5% em 2000, para 33,5%

em 2005 e atingiu 38,1% em 2008. Foi nesse ano que investiram, aproximadamente, R\$ 53,9 bilhões em inovação, sendo que só a indústria de transformação investiu R\$ 43,4 bilhões.

O desempenho futuro da educação, da qualificação profissional e da inovação tecnológica no Brasil pode vir a ser muito diferente do estágio atual. Tudo depende das políticas públicas dos governos: federal e estaduais em educação e em ciência e tecnologia, particularmente, do volume de recursos que serão destinados à ampliação e à melhoria da qualidade.

3. Gestão ambiental no Brasil

O Brasil conta com uma das mais abrangentes e rigorosas legislações de controle e conservação do meio ambiente que incluem as formações de várias e importantes unidades de conservação no território nacional. No entanto, a capacidade de gestão e a força política de implementação dessas medidas têm sido bastante limitadas devido a restrições de recursos financeiros e humanos. De qualquer forma, a consciência ambiental e as preocupações das instituições públicas brasileiras com a natureza vêm reforçando a política ambiental.

A baixa efetividade da gestão ambiental no controle e na redução das pressões antrópicas no Brasil decorre do fato do Estado não contar com instituições e instrumentos fortes para o exercício eficaz da proteção ao meio ambiente. Isso faz com que o país padeça de graves problemas ambientais, tanto no espaço urbano quanto nas áreas de fronteira, e também, com processos de desmatamento e de queimadas. O Brasil está entre os maiores emissores de gases de efeito estufa do planeta e perde a maior riqueza da biodiversidade do mundo.

Mesmo assim, nos últimos anos, ocorreram avanços importantes na gestão ambiental com melhoria nas relações entre a economia e o meio ambiente. No que se refere ao desmatamento, por exemplo, pode-se notar uma redução importante da área total desmatada, especialmente na Amazônia Legal, onde se concentra este problema. De acordo com informações do INPE, entre os anos de 2008 e 2009, houve uma redução do desmatamento anual da Amazônia de 42,2%, para 12.911 quilômetros quadrados, em 2008, e para 7.464 quilômetros quadrados em 2009. A

estimativa para 2010 era um declínio de 6.451 quilômetros quadrados. No período de 2008 a 2009, Mato Grosso reduziu o desmatamento em 79,0%, maior percentual de redução do desmatamento do período.

A abrangência e, principalmente, a efetividade da gestão ambiental brasileira no futuro constitui, contudo, uma grande incerteza pois dependem de várias iniciativas na indicação das prioridades a serem atingidas. A política ambiental, para constituir um mecanismo efetivo de reorientação das relações da economia com o meio ambiente, deve ser proativa e indutora de mudanças nas tecnologias, nos processos produtivos, no tratamento dos efluentes, no manejo dos recursos naturais e na racionalização dos processos energéticos.

4. Política regional no Brasil

O Brasil tem uma grande desigualdade regional, embora com uma integração plena das regiões brasileiras no que se refere ao conjunto do território nacional. Devido à essa desigualdade, ao longo do tempo, foram definidas várias políticas e instrumentos para desconcentrar a riqueza e promover a convergência dos indicadores sociais.

O Governo do Brasil vem definindo, ao longo dos anos, diferentes concepções de política regional a começar pelo conceito de eixos de integração. Buscava articular o território em grandes frentes de competitividade para com a economia mundial, até a mais recente Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Essa política divide o território brasileiro em conjuntos diferenciados, segundo a renda e o dinamismo econômico, para orientar as iniciativas e projetos governamentais no território nacional.

Do ponto de vista dessa concepção estratégica, parece claro que existe no Brasil uma convergência no sentido de implementar uma estratégia que combine a integração territorial com a redução das disparidades regionais. A efetividade dessa política, contudo, depende da prioridade que for definida pelo governo federal e, também, pela efetividade dos instrumentos disponíveis para realizar os objetivos propostos. A integração territorial deve ser reforçada, porque depende de implantação de projetos de infraestrutura e logística que articulem as regiões em

uma concepção nacional estratégica. A própria integração territorial deve promover uma redistribuição da economia nas regiões com uma desconcentração da economia e da população com dinamismo de polos diferenciados no território nacional.

O que parece incerto, contudo, é o grau de efetiva implementação de políticas estruturadoras que enfrentem as desigualdades regionais em diferentes escalas e aproveitem as potencialidades de cada região.

2.4 Cenários Alternativos

Os cenários são o resultado da combinação das tendências consolidadas, que devem ter o mesmo comportamento no futuro, com hipóteses formuladas para as incertezas críticas. Como seus desdobramentos futuros são incertos, a única forma de antecipar os mesmos é a formulação de hipóteses que, em todo caso, devem ser plausíveis. Esta combinação termina por refletir-se nas variáveis de resultado e define os diferentes comportamentos futuros, com base no conjunto de hipóteses já formuladas e desta forma é o que vai definir as alternativas de futuro do Brasil para abrir futuros diferentes.

Incerteza crítica 1 - Ambiente Microeconômico

Ao considerar a análise dos fatores, realizada acima, que definem o futuro desta incerteza crítica, podem ser formuladas duas hipóteses:

- a. Realizar amplas reformas microeconômicas (trabalhistas, tributárias, previdenciárias e jurídicas) e consolidar um sistema de regulação com fortalecimento das agências reguladoras;
- b. Realizar reformas microeconômicas (trabalhistas, tributárias, previdenciárias e jurídicas) parciais e incompletas com persistência de imprecisões no sistema de regulação e fragilidade das agências reguladoras.

Incerteza crítica 2 – Escolaridade, inovação e qualificação profissional

Ao considerar a análise dos fatores, feita acima, que definem o futuro desta incerteza crítica, podem ser formuladas duas hipóteses:

- a. Melhoria significativa da educação e intensificação da inovação e de uma disseminação tecnológica que sejam amplas e aceleradas com avanços destacados nas tecnologias de ponta com moderado domínio nacional e qualificação da mão de obra;
- b. Moderada e seletiva expansão da educação e inovação e disseminação tecnológica seletiva que apresente avanços moderados mas com forte domínio nacional e limitada qualificação da mão de obra.

Incerteza crítica 3 – Gestão ambiental brasileira

Ao considerar a análise dos fatores, feita acima, que definem o futuro desta incerteza crítica, podem ser formuladas duas hipóteses:

- a. Gestão eficaz no controle e fiscalização do meio ambiente e proativa com orientação dos investimentos, das tecnologias e do mercado para promover a sustentabilidade ambiental;
- b. Gestão dispersa e inconsistente com moderada eficácia no controle e fiscalização (reativa), mas ineficaz para reconhecer a potencialidade dos recursos naturais.

Incerteza crítica 4 – Política regional

Ao considerar a análise dos fatores, feita acima, que definem o futuro desta incerteza crítica, podem ser formuladas duas hipóteses:

- a. Implementação de uma nova política regional estruturada que levaria em conta as disparidades regionais, intra e inter-regional, em todas as regiões do País nas escalas mesorregional, microrregional e local, consideraria uma visão territorial e não apenas setorial, complementada pela concepção de integração territorial com base na infraestrutura e na logística regionalizada;
- b. Implementação apenas parcial e desestruturada de política regional que levaria em conta as disparidades regionais, intra e inter-regional, em toda as regiões do País, nas escalas mesorregional e microrregional, poderia

predominar a concepção de integração territorial com base na infraestrutura e na logística regionalizada.

Os cenários alternativos do Brasil são o produto da combinação das hipóteses destas quatro incertezas críticas, somados ao desempenho antecipado das tendências consolidadas, com seus desdobramentos sobre as variáveis de resultado, influenciadas pelas diferentes hipóteses.

Como mostra, de forma esquemática, o diagrama abaixo, ao destacar as três combinações polarizadas e de maior consistência interna, chega-se a dois cenários do Brasil: O cenário A resulta da combinação de “Melhoria significativa da educação e intensificação da inovação e da disseminação tecnológica ampla e acelerada com avanços destacados nas tecnologias de ponta e moderado domínio nacional”, “Amplas reformas microeconômicas e consolidação de um sistema de regulação”, “Eficaz controle e fiscalização do meio ambiente”, e “Política regional enfrentando as disparidades”. Esta combinação interna no Brasil tem maior consistência com o cenário mundial de alto crescimento, abertura de mercados e desconcentração econômica mundial (Cenário A mundial).

E o cenário B é produto da combinação de “Moderada e seletiva expansão da educação e da inovação e disseminação tecnológica seletiva e avanços moderados com moderado domínio nacional”, “Reformas microeconômicas parciais e incompletas com persistência de imprecisões no sistema de regulação”, “Disperso e inconsistente controle ambiental” e “Parcial política regional focada na integração”. Esta combinação interna no Brasil tem maior consistência com o cenário mundial de baixo crescimento e com a retração dos mercados e leve desconcentração econômica mundial (Cenário B mundial).

Cenário A - Voando em céu de brigadeiro (Dinamismo e qualidade de vida)

Nos próximos 20 anos, o Brasil entrará em um ciclo virtuoso de crescimento econômico com redução das desigualdades e da pobreza e, também, de desconcentração regional da economia. O Brasil assumirá uma posição de liderança política regional e de peso nos espaços políticos globais, ao mesmo tempo em que

se consolidará como um grande parceiro internacional de alta competitividade econômica.

Ao mesmo tempo, com base em políticas ousadas e eficazes no terreno social e ambiental, o Brasil registrará uma melhora significativa da qualidade de vida da população e uma redução importante das pressões antrópicas, apesar do crescimento da economia, graças aos avanços tecnológicos e aos mecanismos de sustentabilidade.

Ao considerar que esta combinação interna tende a ser mais consistente com o cenário mundial de crescimento equilibrado e dinamização do comércio mundial (Cenário A), o Brasil se beneficiará de condições externas favoráveis que potencializarão seu próprio desempenho interno. Caso contrário, o Brasil terá que se mover no ambiente definido pelo cenário B. Teria que enfrentar restrições e dificuldades que, como consequência, reduziriam o ritmo e a intensidade do dinamismo e dos avanços sociais e regionais do Brasil, como definido no cenário A.

O desempenho da economia brasileira, com crescimento médio alto de 5,5% aa, no período 2011 - 2030, estará vinculado ao resultado combinado da estabilidade econômica (manutenção da política macroeconômica) com a implementação de reformas microeconômicas de peso: trabalhistas, tributárias, previdenciárias e jurídicas e o fortalecimento das agências reguladoras que estimularão o investimento privado e, portanto, a ampliação da taxa de investimento no País. Nos próximos 20 anos esta taxa deverá avançar de 18,7% do PIB em 2010 para algo próximo a 25,4% do PIB em 2030. Se essas condições foram mantidas, ao final de 2030 o PIB nacional deverá alcançar a cifra de R\$ 9,5 trilhões a preços de 2008.



O ciclo de crescimento da economia, mesmo com uma reforma tributária que reduza a carga tributária, permitirá a ampliação dos investimentos públicos em infraestrutura, educação, ciência e tecnologia, assim como, nas políticas sociais e regionais. A melhoria da capacidade de gestão do Governo também contribuirá para aumentar a eficiência e a efetividade das políticas e dos investimentos públicos. Os investimentos em infraestrutura no País, fundamentais para elevar a competitividade da economia, deverão contar também com a participação do setor privado, favorecido pelo ambiente microeconômico, particularmente, os marcos reguladores desses setores.

Dessa forma, nos próximos vinte anos, o nível de escolaridade do Brasil elevar-se-á a patamares próximos ao dos países desenvolvidos e será consolidada sua posição na pesquisa científica em áreas estratégicas, principalmente biotecnologia e novas fontes energéticas. A intensificação da inovação e da disseminação tecnológica ampla e acelerada ampliará a produtividade dos principais setores produtivos do País, especialmente na agropecuária, na energia e na saúde pública. Nestas áreas, além dos avanços tecnológicos, o Brasil precisará obter o domínio de conhecimentos em nível internacional.

Na medida em que reforçar a competitividade da economia e viabilizar acordos bilaterais e multilaterais de comércio internacional, o Brasil ampliará a sua integração externa se abrir a economia com redução de restrições ao comércio e aos investimentos externos. Nos próximos 20 anos, o Brasil confirmará sua posição de grande atrativo para investimentos externos em parceria com o empresariado brasileiro.

A implementação de políticas sociais estruturadoras (universalização do acesso e descentralização de serviços básicos sociais) complementada com medidas compensatórias deverá reduzir as desigualdades sociais no Brasil e, assim, contribuirá para o sucesso no enfrentamento contra o crime organizado. Esses elementos ampliarão o mercado interno e, ao mesmo tempo, formarão um ambiente de confiança dos investidores.

Os investimentos em infraestrutura distribuir-se-ão no território brasileiro de modo a ampliar a integração nacional e, ao mesmo tempo, estimular a desconcentração econômica. Entre os grandes projetos de infraestrutura e logística, estarão incluídas vias de acesso que serão articuladas com países da América Latina, nos termos dos projetos do IIRSA. O Brasil integrar-se-á fortemente com os países vizinhos para dinamizar a economia do continente.

Por outro lado, a implementação de uma política de combate às disparidades regionais intra e inter-regional complementar a integração territorial com investimentos que reorganizarão a base produtiva e a capacidade competitiva das regiões.

No que se refere ao meio ambiente, o aumento da eficácia da política ambiental brasileira deverá regular e orientar o perfil e a escala dos investimentos e, conseqüentemente, as relações da economia com os recursos naturais que refrearão as pressões antrópicas de um crescimento alto da economia. Ainda assim, mesmo com este dinamismo econômico, o Brasil registrará uma diminuição das pressões antrópicas e a recuperação de áreas degradadas. O desenvolvimento e a introdução de novas tecnologias sustentáveis, a reorientação da base produtiva e a mudança na matriz energética permitirão um crescimento com baixo impacto ambiental.

O quadro a seguir apresenta para o contexto do Cenário A, descrito acima, a evolução das variáveis macroeconômicas mais relevantes.

Tabela 3 - Síntese das variáveis do cenário de referência (A) do Brasil

Variáveis selecionadas	Histórico		Transição	Cena 1					Cena 2	Cena 3
	2000	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2020	2031
População (milhões de habitantes)	169,6	179,9	190,7	192,9	195,0	197,1	199,1	201,0	208,7	219,3
Taxa anual de crescimento demográfico	4,3%	1,18%	1,18%	1,14%	1,10%	1,05%	1,01%	0,97%	0,75%	0,50%
PIB brasileiro em % do PIB mundial	2,3%	1,9%	3,4%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,9%	4,9%
PIB brasileiro (milhões R\$ de 2008)	2.278.699	2.614.403	3.252.843	3.383.091	3.525.420	3.684.003	3.869.439	4.084.539	5.377.377	9.499.009
Variação real anual do PIB do Brasil (%)	4,3%	2,8%	7,5%	4,00%	4,21%	4,50%	5,03%	5,56%	5,65%	5,85%
Taxa de câmbio médio	1,83	2,43	1,76	1,65	1,70	1,75	1,80	1,85	1,98	2,10
Inflação - IPCA médio (%)	7,04%	5,70%	5,95%	6,45%	5,50%	5,00%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Investimento - FBCF (% do PIB)	16,8%	15,9%	18,4%	18,8%	19,1%	19,5%	19,8%	20,2%	21,9%	25,4%
Variação real do investimento (%)	6,2%	3,6%	19,6%	6,10%	6,25%	6,50%	7,00%	7,50%	7,50%	7,50%
Exportações brasileiras (% PIB)	10,0%	15,1%	11,2%	11,4%	11,7%	11,9%	12,2%	12,4%	13,7%	16,2%
Importações brasileiras (% PIB)	11,7%	11,5%	12,1%	12,2%	12,3%	12,4%	12,5%	12,6%	13,1%	14,1%
Saldo das transações externas (%)	-1,8%	3,6%	-1,0%	-0,84%	-0,69%	-0,54%	-0,39%	-0,24%	0,51%	2,01%
Consumo privado (% PIB)	64,3%	60,3%	60,6%	60,93%	60,48%	60,03%	59,58%	59,13%	57,13%	52,63%
Consumo do governo (% PIB)	19,2%	19,9%	21,2%	21,1%	21,1%	21,0%	21,0%	20,9%	20,4%	19,9%
PIB per capita (R\$ de 2008)	13.436	14.536	17.055	17.538	18.077	18.694	19.439	20.323	25.772	43.310
Saldo em transações correntes	-3,8%	1,58%	-2,3%	-0,9%	-0,6%	-0,3%	-0,2%	-0,2%	-0,4%	-0,6%
Poupança doméstica	20,6%	14,4%	20,7%	19,7%	19,7%	19,8%	20,0%	20,4%	22,4%	26,1%
Poupança pública (NFSP)	3,6%	3,0%	2,5%	2,4%	2,3%	2,2%	2,1%	2,0%	1,5%	1,3%
Poupança privada	24,2%	17,4%	23,2%	22,1%	22,0%	22,0%	22,1%	22,4%	23,9%	27,3%
Relação dívida/PIB (%)	47,7%	46,7%	40,2%	38,8%	37,6%	36,6%	35,5%	34,2%	28,6%	23,2%
Taxa SELIC (média anual %)	16,19%	19,12%	10,66%	12,50%	11,75%	11,00%	10,75%	10,50%	10,00%	10,00%
Carga tributária bruta (% PIB)	33,18%	37,37%	34,88%	34,63%	34,38%	34,13%	33,88%	33,63%	32,38%	29,88%
Investimento Externo Direto-IED (bilhões de US\$)	14,00	15,10	48,70	49,35	50,89	55,34	60,53	63,94	79,59	141,41

Fonte⁸: Multivisão, 2011.

⁸ Os dados foram obtidos em diferentes fontes : IBGE, IPEA, Banco Central e MDIC.

Cenário B – Navegando em mar hostil (baixo crescimento econômico e social)

O Brasil poderá manter-se, nas duas próximas décadas, com um crescimento econômico modesto, em torno de 3,4% ao ano, em uma disputa competitiva difícil com grandes potências e com países emergentes. Conviverá com a persistência de violência urbana e com a concentração regional. Mesmo assim, a pobreza e as desigualdades sociais continuarão declinando, embora em ritmo baixo, na medida em que forem mantidas as políticas sociais (estruturantes e compensatórias), mesmo com menor capacidade de gasto.

Por outro lado, o Brasil poderá vir a perder importância no contexto mundial e no comércio internacional, conquistadas até aqui pelo seu peso e postura diplomática, com presença ativa nas relações multilaterais de poder que deverão predominar nas próximas décadas.

Esta combinação interna tem maior consistência com cenário mundial de instabilidade e recessão nas grandes nações e persistência de barreiras alfandegárias que inibem o comércio internacional (Cenário B), gerando mais dificuldades econômicas ao Brasil devido a condições externas desfavoráveis. Caso contrário, o Brasil teria que mover-se no ambiente definido pelo cenário A (com grandes vantagens) que melhorariam as condições do cenário nacional, mas, por outro lado, o Brasil perderia posição relativa no ciclo dinâmico da economia e do comércio internacional.

Com a manutenção da política macroeconômica, a economia assegurará a estabilidade, com ajuste fiscal que leva a um movimento lento de redução dos déficits e dos índices de endividamento público, mas serão tímidas e parciais as reformas microeconômicas: trabalhistas, tributárias, previdenciárias e jurídicas e o fortalecimento das agências reguladoras inibirão o investimento privado e, portanto, a ampliação da taxa de investimento no país. Nesta média dos 20 anos, a taxa deverá avançar de 18,7% do PIB em 2010 para apenas 19,1% do PIB em 2031. Nessas condições ao final de 2031, o PIB nacional deverá alcançar o valor de R\$ 6,4 trilhões, a preços de 2008.

Como resultado da situação fiscal e da manutenção de um ambiente microeconômico desfavorável, os investimentos públicos manter-se-ão contraídos em infraestrutura, educação, ciência e tecnologia, assim como, nas políticas sociais e regionais. Mesmo com a melhoria na capacidade de gestão do Governo que otimizará os gastos e contribuirá para aumentar a eficiência e a efetividade das políticas. O setor privado também não se animará a investir em infraestrutura econômica e, de modo, o Brasil continuará a sofrer estrangulamentos importantes na sua competitividade externa. A integração continental do Brasil, através dos projetos do IIRSA, avançará muito lentamente com a manutenção das restrições nos transportes.

De qualquer forma, a qualidade de vida da população brasileira deverá continuar melhorando, embora em ritmo lento devido ao moderado crescimento da economia e, portanto, do emprego, da renda e das limitações de capacidade de gasto público para os segmentos de infraestrutura social.

Desta forma, nos próximos vinte anos, o nível de escolaridade do Brasil elevar-se-á lenta e tardiamente e, embora consolide a posição em algumas áreas da pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico e as inovações serão ainda moderadas. A limitação de recursos financeiros deverá proporcionar políticas mais seletivas na educação e na inovação tecnológica. O Brasil ainda poderá ter a liderança da produtividade econômica em alguns setores, como a agropecuária, no qual detém o domínio do conhecimento internacional.

Como conviverá ainda com estrangulamentos na competitividade econômica, o Brasil terá dificuldades de abertura mais ampla da sua economia como lidar com acordos comerciais bilaterais e manter algumas importantes barreiras alfandegárias. Assim, nos próximos 20 anos, o Brasil poderá vir a perder um pouco da atratividade para o capital externo, principalmente pela expansão mais contida do seu mercado interno.

A política regional do Governo Federal manterá, predominantemente, a concepção de integração territorial com base na infraestrutura e logística regionalizada, embora tenha que administrar escassez de recursos. Desse modo os projetos voltados diretamente para a redução das desigualdades regionais terão pouca força e

eficácia, de modo que persistirão ainda concentração econômica e desigualdades no território brasileiro.

As pressões antrópicas sobre o meio ambiente serão detectadas de forma desigual no território, com degradação em alguns biomas e recursos naturais, mesmo que a economia brasileira não tenha crescimento significativo. Ocorre que a gestão ambiental será dispersa e inconsistente com moderada eficácia no controle e fiscalização das atividades econômicas. Além disso, os avanços tecnológicos compatíveis com o meio ambiente não serão difundidos, no conjunto da economia nacional, como seria necessário.

Tabela 4 – Síntese das variáveis macroeconômicas do cenário de referência (B) do Brasil

Variáveis selecionadas	Histórico		Transição	Cena 1					Cena 2	Cena 3
	2000	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2020	2031
População (milhões de habitantes)	169,6	179,9	190,7	192,9	195,0	197,1	199,1	201,0	208,7	219,3
Taxa anual de crescimento demográfico	1,18%	1,18%	1,18%	1,14%	1,10%	1,05%	1,01%	0,97%	0,75%	0,50%
PIB brasileiro em % do PIB mundial	2,3%	1,9%	3,4%	3,7%	3,7%	3,5%	3,4%	3,3%	3,0%	2,8%
PIB brasileiro (milhões R\$ de 2008)	2.278.699	2.614.403	3.252.843	3.363.583	3.478.464	3.597.468	3.720.655	3.848.222	4.556.697	6.401.954
Variação real anual do PIB do Brasil (%)	4,3%	3,2%	7,5%	3,40%	3,42%	3,42%	3,42%	3,43%	3,44%	3,46%
Taxa de câmbio médio	1,83	2,43	1,76	1,65	1,70	1,80	1,90	2,00	2,25	2,50
Inflação - IPCA médio (%)	7,04%	5,70%	5,95%	6,45%	5,00%	4,50%	4,50%	4,25%	4,25%	4,25%
Investimento - FBCF (% do PIB)	16,8%	15,9%	18,4%	18,5%	18,6%	18,7%	18,8%	18,9%	19,4%	20,4%
Variação real do investimento (%)	10,0%	15,1%	11,2%	11,1%	11,0%	10,9%	10,8%	10,7%	10,2%	9,2%
Exportações brasileiras (% PIB)	11,7%	11,5%	12,1%	11,9%	11,7%	11,5%	11,3%	11,1%	10,1%	8,1%
Importações brasileiras (% PIB)	-1,8%	3,6%	-1,0%	-0,89%	-0,79%	-0,69%	-0,59%	-0,49%	0,01%	1,01%
Saldo das transações externas (%)	64,3%	60,3%	60,6%	61,13%	60,88%	60,63%	60,38%	60,13%	58,88%	56,38%
Consumo privado (% PIB)	19,2%	19,9%	21,2%	21,2%	21,3%	21,3%	21,4%	21,4%	21,7%	22,2%
Consumo do governo (% PIB)	13.436	14.536	17.055	17.437	17.837	18.255	18.691	19.147	21.839	29.189
PIB <i>per capita</i> (R\$ de 2008)	-3,8%	1,58%	-2,3%	-0,9%	-0,6%	-0,3%	-0,2%	-0,2%	-0,4%	-0,6%
Saldo em transações correntes	20,6%	14,4%	20,7%	19,4%	19,2%	19,0%	19,0%	19,2%	19,9%	21,1%
Poupança doméstica	3,6%	3,0%	2,5%	2,6%	2,6%	2,7%	2,7%	2,8%	3,0%	3,5%
Poupança pública (NFSP)	24,2%	17,4%	23,2%	22,0%	21,8%	21,7%	21,7%	21,9%	22,9%	24,6%
Poupança privada	47,7%	46,7%	40,2%	39,1%	38,7%	38,5%	38,4%	38,4%	41,5%	54,7%
Relação dívida/PIB (%)	16,19%	19,12%	10,66%	12,50%	11,75%	11,00%	10,75%	10,25%	10,00%	9,50%
Taxa SELIC (média anual %)	9,15%	13,42%	4,71%	6,05%	6,75%	6,50%	6,25%	6,00%	5,75%	5,25%
Carga tributária bruta (% PIB)	33,2%	37,4%	34,9%	35,2%	35,3%	35,5%	35,6%	35,8%	36,5%	38,0%
Investimento Externo Direto-IED (bilhões de US\$)	14,00	15,10	48,70	51,63	49,78	46,62	43,72	41,04	33,07	16,20

Fonte⁹: Multivisão, 2011⁹ Os dados foram obtidos em diferentes fontes : IBGE, IPEA, Banco Central e MDIC.

III. CENÁRIOS DE MATO GROSSO

Mato Grosso é um dos estados mais ricos e diversificados do Brasil. Com três (três) dos mais importantes biomas do país, no entanto, vem experimentando, nas últimas décadas, um movimento acelerado crescimento econômico que estão acompanhados de rápido crescimento demográfico. Mato Grosso alcançou em 2009, com base na moderna agropecuária, em grande parte voltada para exportação, um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 57,2 bilhões de reais. Desse modo, no decorrer de décadas de crescimento econômico e com forte migração, o estado de Mato Grosso convive com problemas sociais e, principalmente, ambientais, embora apresente indicadores sociais quase sempre acima da média nacional.

Este crescimento da economia do Estado ainda persiste nestes primeiros dez anos do século XXI. A economia de Mato Grosso, de 2002 a 2007, cresceu em média 7,73% ao ano, quase dois pontos percentuais acima da média brasileira e que elevou a participação de Mato Grosso na economia brasileira (de 1,22%, no ano 2000 para 1,7%, em 2008). Com relação à região Centro-Oeste, região de alto crescimento, o PIB de Mato Grosso representa, atualmente, quase 20% da economia regional. O desempenho das últimas décadas promoveu um aumento da renda e da riqueza no Estado que elevaram o PIB *per capita*, em 2008, para R\$ 17.102,00.

O agronegócio é a base da economia mato-grossense, desse modo, a agropecuária representa quase 30% do PIB estadual, enquanto que o setor industrial contribui com cerca de 17% (média do período 2002 a 2007), mas em um movimento de declínio continuado nos últimos anos. Com uma forte integração externa, Mato Grosso é um dos estados brasileiros de maior presença no mercado internacional por suas exportações de *commodities*, principalmente grãos. Em 2009, o Estado exportou 31% do PIB mato-grossense, porém no geral, limitou-se à exportação de bens primários.

A modernização econômica do Estado tem provocado, contudo, conflitos sociais e, principalmente, elevada pressão antrópica com degradação dos recursos florestais e hídricos de Mato Grosso. O agronegócio associado ao desmatamento e ao uso intensivo do solo se expandiu no Estado. Embora tenha ocorrido, nos anos recentes, um declínio da taxa de desmatamento dos recursos florestais de Mato Grosso, as pressões antrópicas ainda constituem um problema sério para o Estado.

Mato Grosso é um estado com grandes potenciais econômico e social decorrentes de sua riqueza em recursos florestais e hídricos, com grandes reservas de biodiversidade, como também, uma diversidade cultural com múltiplas manifestações. Apesar da forte pressão antrópica, Mato Grosso ainda se destaca pelas riquezas naturais e minerais que ainda não estão, devidamente, aproveitadas.

A alta produtividade da agropecuária esconde, contudo, grandes estrangulamentos na infraestrutura e na logística de Mato Grosso. Da mesma forma, esta vantagem convive com um baixo adensamento produtivo e limitada agregação de valor dos produtos primários que reduzem o potencial de renda e emprego da economia mato-grossense. Esses problemas e limitações podem inibir o ciclo de dinamismo e de desenvolvimento do Estado para as próximas décadas, embora existam sinais, com projetos de infraestrutura, que indicam um redirecionamento da economia estadual e que ampliam a competitividade e a incipiente agregação de valor aos produtos primários.

Pelas características de forte integração externa, o futuro do Estado dependerá também da evolução futura do Brasil, com suas políticas e os investimentos, assim como, do comportamento que venha apresentar, nas próximas décadas, a economia mundial e, como parte dela, o mercado internacional de alimentos e *commodities*.

Para uma reflexão que permita antecipar o futuro de Mato Grosso, os fatos portadores de futuro estão organizados segundo o grau de incerteza e a capacidade de determinação sobre o conjunto da realidade: **tendências consolidadas** indicam os processos cujos movimentos futuros parecem definidos e relativamente certos (lembrando sempre que o futuro é incerto, trata-se de hipóteses consideradas plausíveis, de consolidação do movimento), **variáveis de resultado** são aquelas cujo movimento futuro depende de outras variáveis determinantes, sejam tendências

consolidadas sejam incertezas críticas e **incertezas críticas** são os condicionantes (ou variáveis em transformação) cujos desdobramentos futuros são difíceis de antecipar.

Este capítulo, que apresenta os Cenários Alternativos de Mato Grosso, está dividido em quatro partes, as três primeiras explicitam os condicionantes segundo o grau de incerteza e determinação e o quarto apresenta os cenários, resultado da combinação das hipóteses das incertezas críticas, com a descrição dos futuros prováveis e alternativos do estado de Mato Grosso.

3.1 Tendências consolidadas

Da análise dos processos em curso na realidade de Mato Grosso, foi identificado um conjunto relevante de fatos portadores de mudança com grande influência no futuro, mas que, segundo a interpretação, já têm sua trajetória relativamente determinada. São as seguintes as tendências consolidadas do futuro da realidade mato-grossense.

1. Crescimento demográfico e fluxo migratório

Mato Grosso tinha, em 2010, uma população de 3,03 milhões de habitantes, quase cinco vezes o número de habitantes que possuía em 1970. Ao longo das últimas quatro décadas, a população mato-grossense registrou uma taxa de crescimento de 4,1% ao ano. A cada década, a expansão demográfica foi declinando e alcançou o maior crescimento no período 1970/1980 com uma taxa anual média de 6,7% e que coincidiu com a abertura das vias de acesso e a expansão agropecuária no Estado.

Na década de 80, o aumento da população foi de 5,6% ao ano, caiu para 2,7% anuais na década de 90, mas situou-se em 1,9% ao ano no período de 2000 a 2010. Nesta última década, o crescimento da população brasileira foi de apenas 1,08% ao ano. A desaceleração demográfica confirma-se quando ao analisar o crescimento por quinquênio. No período entre 2005 a 2010, a população de Mato Grosso cresceu apenas 1,56% ao ano, pouco acima da média do Centro-Oeste com 1,5%, e bem acima do Brasil com apenas 0,79% ao ano (Relatório Mato Grosso em números - 2010).

O crescimento diferenciado de Mato Grosso evidencia a persistência do movimento migratório, mesmo em ritmo bem menos intenso que nas décadas anteriores. Dados da PNAD de 2009, mostram que 40,4% da população residente em Mato Grosso era formada por migrantes, nascidos em outros estados da Federação ou no exterior. Mesmo na região Centro-Oeste, com grande atração de imigrantes, Mato Grosso se destaca com a maior presença de população nascida fora do Estado. Em toda região, segundo dados da PNAD, em 2009, cerca de 30,5% dos residentes no Centro-Oeste eram imigrantes. Excetuando o Distrito Federal, no qual os imigrantes representam 51,3% da população, Mato Grosso é o estado do Centro-Oeste com maior densidade de imigrantes. A maioria é originária da região Sul, aproximadamente, 12% de todos os imigrantes, seguida pela região Sudeste com 9,6% e Nordeste com 7,9%. Percentuais maiores que dos outros estados da região Centro-Oeste, que representam 7,8% do total de imigrantes.

A expansão demográfica do Estado tem sido acompanhada de uma acelerada urbanização. Quase 81,9% da população, em 2010, vivia em cidades e, praticamente, dobrou a taxa de urbanização de 1970 até hoje. O percentual da população urbana, nos últimos dez anos, tem mantido uma relativa estabilidade e indica um movimento lento de aproximação da média brasileira, estimada em 84,8% para 2010.

Para as próximas duas décadas, deverá considerar como tendência consolidada a desaceleração do crescimento demográfico de Mato Grosso, embora continue com taxas superiores à média nacional porque continuará o movimento migratório em busca de oportunidades econômicas no Estado.

2. Inovação e desenvolvimento tecnológico

A agropecuária de Mato Grosso tem um alto nível tecnológico como resultado de anos de pesquisa da EMBRAPA e da postura inovadora do empresariado. O agronegócio de Mato Grosso destaca-se com uma produtividade elevada e situa a produção do Estado entre as mais avançadas da agropecuária tropical. O desenvolvimento tecnológico da agropecuária mato-grossense, contudo, não manifesta-se no conjunto das atividades econômicas do Estado. Na atividade

agrícola encontram-se pequenos agricultores e agricultores familiares que têm dificuldades de acesso a tecnologias avançadas que propiciam maior produtividade.

O sistema de inovação do Estado conta com unidades de pesquisa da EMBRAPA: Embrapa Soja e Embrapa Agrossilvipastoril, mas a capacidade de pesquisa do Estado, medida pelo número de pesquisadores ativos, ainda é baixa quando comparada com a média regional. Com efeito, o número de pesquisadores de Mato Grosso, cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), passou de 831, em 2004 para 1.511, em 2008. Isto representou um crescimento de 16,12%, dobro do registrado pela região Centro Oeste (8,71%); de qualquer forma, em 2008, os pesquisadores de Mato Grosso representavam 17,5% do total total de 8.607 pesquisadores da região, cuja maioria atuava no Distrito Federal (3.052, em 2008).

O Brasil, no mesmo período, ampliou o número de pesquisadores, registrados no CNPq, em 28,55%. Isto demonstra, comparativamente, que o crescimento de pesquisadores em Mato Grosso vem se ampliando em um ritmo mais lento do que o nacional. Se calcular os pesquisadores por milhão de habitantes, Mato Grosso apresenta uma posição ainda mais fraca na Região. Perde para Mato Grosso do Sul, embora ganhe de Goiás. Em 2008, Mato Grosso tinha 502 pesquisador por milhão de habitantes, menos da metade do registrado na média nacional que era de 1.213 pesquisadores por milhão de habitantes.

Em todo caso, o Governo do Estado tem efetuado esforços superiores, ao dos outros estados do Centro-Oeste, para o desenvolvimento científico e tecnológico. De acordo com informações do Ministério de Ciência e Tecnologia, em 2005 o estado de Mato Grosso investiu R\$ 32,84 milhões o que correspondia a 0,61% da receita total do Estado. Este valor mais que dobrou, em termos correntes, em 2009, e chegou a aproximadamente R\$ 80,3 milhões. É importante considerar que, em termos percentuais, houve um aumento, porque esse valor correspondia a 0,91% da sua receita total em 2009, embora ainda seja muito pouco. Em termos relativos, foi inferior a 1% da sua receita estadual, porém Mato Grosso supera, de longe, Mato Grosso do Sul e Goiás. Se for compará-lo, proporcionalmente, ao PIB o estado de Mato Grosso superou até mesmo o Distrito Federal que, registrou 0,11% investidos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Tudo indica que a capacidade de inovação do agronegócio deverá consolidar-se nas próximas décadas, ao mesmo tempo em que o sistema de ciência e tecnologia de Mato Grosso se fortalecerá com a consolidação das instituições de ensino e pesquisa e aumento do total de pesquisadores ativos no Estado. Embora a amplitude e, principalmente, a sua propagação no sistema econômico dependam de outros fatores de ordem econômica, política e cultural o sistema de ciência e tecnologia do Estado deve continuar melhorando.

3. Contrabando de drogas e armas nas fronteiras

O contrabando mundial de drogas e armas deve continuar sendo um problema de âmbito global com um movimento intenso entre os países produtores e os consumidores e a América Latina é uma grandes fornecedora e consumidora de drogas e, também, compradora de armas. Como foi referido nos cenários mundiais, este fenômeno se manifesta de forma intensa em estados brasileiros que fazem fronteira com países que tendem a utilizar o território desses estados para tráfico e logística de distribuição de drogas e armas.

O tráfico de drogas se espalha pelas fronteiras, além de utilizar portos e aeroportos. Vale ressaltar que 02 (dois) estados, na região Centro-Oeste, possuem fronteira seca: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. São usados como entradas principais de diferentes tipos de drogas, especialmente cocaína e seus derivados. O município de Cáceres é o espaço de maior penetração dos traficantes. Nos últimos anos, foram realizadas várias operações conjuntas da polícia de Mato Grosso com a polícia federal e tropas militares no bloqueio ao tráfico de fronteira. As operações efetuaram várias prisões e apreensões de droga, veículos e armas dos traficantes.

O tráfico de armas entra no Centro-Oeste acompanhando o tráfico de drogas pela fronteira de países vizinhos da América do Sul como Paraguai, Bolívia e Peru. Mato Grosso do Sul é um dos pontos importantes de penetração de armas e drogas que também passam pelo território mato-grossense. De acordo com estudo da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre tráfico de armas da Câmara de Deputados, em Mato Grosso, o município de Cáceres aparece como um ponto de passagem do comércio ilegal de armas proveniente dos países vizinhos.

Nas próximas décadas, tudo indica que esse movimento deve manter-se como uma tendência consolidada e pressionar as regiões de fronteira do Brasil com os vizinhos da América do Sul.

Medidas de controle de fronteira com repressão ao tráfico de drogas e à entrada de armas no Brasil podem reduzir a presença dos traficantes no território brasileiro. Mesmo assim, a fronteira de Mato Grosso ainda será uma área de tensão, de insegurança e de violência por causa do contrabando.

4. Mobilização e participação social da população no controle social

O nível de organização da população de Mato Grosso em seus diferentes segmentos sociais vêm crescendo nas últimas décadas e conduzem a uma ampla participação social nas questões de interesse público.

Parte desta participação manifesta-se na formulação das políticas e na constituição de espaços de gestão social e mobilizam segmentos sociais no controle das políticas públicas. Tudo indica que este nível de organização da sociedade mato-grossense se amplie e, principalmente, se consolide nas próximas décadas ao buscar canais de participação nos debates e nas decisões que expressem as diferentes percepções e interesses dos atores sociais de Mato Grosso.

5. Política de incentivo fiscal

Como todos os governos estaduais, o estado de Mato Grosso utiliza diferentes instrumentos de incentivos financeiros e, principalmente, fiscais para atrair investimentos privados e que são orientados, principalmente, para os setores industriais e de serviços. O Governo de Mato Grosso, entre os mecanismos de fomento ao investimento no Estado, conta com dois instrumentos: o Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial (FUNDEIC). É um fundo de financiamento voltado para micro e pequenas empresas industriais, comerciais e de turismo. O Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial (PRODEIC) é um programa de incentivo fiscal que consiste no abatimento da parte do ICMS devido pelas empresas. Criado pela Lei nº 8.938 de 22/07/08, o FUNDEIC procura complementar o incentivo fiscal com financiamento direto de até 80% dos investimentos em construção civil, máquinas, equipamentos e instalações para micro e pequenas

empresas. Com isso, pretende fortalecer a diversificação da estrutura produtiva e a redução das importações, na medida em que prioriza projetos que substituam importações e agreguem valor às cadeias de negócios.

O PRODEIC é mais antigo e foi criado em 2003 pela Lei 7.958/2003. Segue o modelo dos incentivos fiscais dos governos estaduais com concessão de benefício fiscal às empresas até o valor do ICMS devido, para tanto, as beneficiárias devem ter projetos aprovados pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Empresarial (CEDEM) que prevê investimentos para expansão, modernização e diversificação das atividades econômicas. O programa tem o objetivo de estimular investimentos, inovação tecnológica das estruturas produtivas e aumento da competitividade estadual, assim como, a geração de emprego e renda. Nos critérios de concessão do incentivo consta também a contribuição dos projetos para a redução das desigualdades sociais e regionais no Estado.

No entanto, existe uma tendência consolidada de eliminação da capacidade dos estados da Federação que oferecerem descontos na arrecadação do ICMS como forma de incentivo fiscal. Isso é considerado como uma forma de “guerra fiscal” e o Supremo Tribunal Federal (STF) adotou uma resolução que impede as isenções fiscais através da legislação federal que trata do ICMS. Ao julgar 14 (catorze) ações estaduais, o Superior Tribunal Federal proibiu a concessão dos referidos incentivos sem convênios entre os Estados. No futuro, de acordo com a resolução da alta corte, benefícios fiscais só poderão ser concedidos com base em convênio entre os estados e com autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

Por outro lado, as diferentes propostas de reforma tributária, em discussão no Congresso, contemplam reformulações na estrutura de impostos com impacto direto no ICMS e nas possibilidades de concessão de incentivos fiscais pelos estados. Embora a reforma tributária ainda seja muito incerta, tudo indica que os mecanismos de incentivos fiscais dos Estados da Federação devem perder força e viabilidade legal.

3.2 Variáveis de resultado

Parte dos condicionantes do futuro de Mato Grosso tende a ser muito dependente de outras variáveis do sistema, tanto as tendências consolidadas quanto incertezas

Cenários Alternativos de Mato Grosso: 2011- 2031

críticas. Assim, mesmo sendo incertas, as alternativas de comportamento no futuro são decorrentes do desempenho de outras variáveis também incertas, mas determinantes. Como variáveis de resultado do futuro de Mato Grosso (condicionantes dependentes), foram identificadas as seguintes variáveis que vão aparecer na descrição final dos cenários como desdobramento das tendências consolidadas e das incertezas críticas.

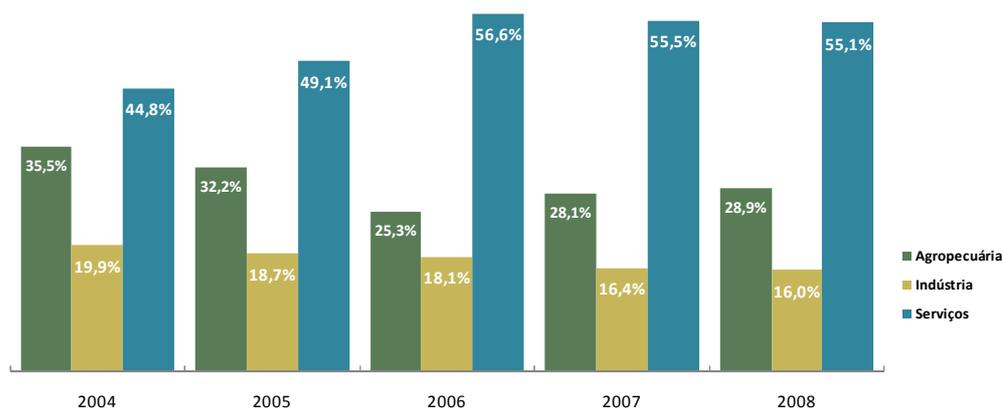
1. Diversificação da estrutura produtiva e adensamento das cadeias

O dinamismo da economia de Mato Grosso, nas últimas décadas, ocorreu com base em uma expansão significativa do agronegócio, particularmente, a produção de grãos e a pecuária com alta produtividade. Com uma participação elevada no PIB do Estado, o agronegócio, particularmente, a agropecuária tem sido o motor da economia mato-grossense e, em grande parte, voltado para exportação. A economia do Estado ainda está fortemente concentrada na agropecuária que representou quase 30% do PIB estadual, um dos percentuais mais altos do Brasil. O setor industrial contribuiu com menos de 17% do PIB e a indústria de transformação representou apenas 8% da economia mato-grossense. Estes números refletem uma industrialização limitada no Estado e, por consequência, uma baixa agregação de valores à economia, na qual predomina a agropecuária moderna e de alta produtividade.

De qualquer forma, a agropecuária vem reduzindo um pouco a sua participação na economia mato-grossense e, na medida em que, o setor serviços se ampliou, em grande parte como resultado da irradiação do setor primário na demanda de serviços urbanos. O grande salto do setor serviços na economia do Estado ocorreu em 2006, quando elevou sua participação para quase 57% do PIB estadual, ainda assim, um percentual muito baixo quando comparado com outros estados do Brasil. A expansão da agropecuária, em termos absolutos, depende da própria dinâmica da economia. Uma variável que resulta da combinação de diversos condicionantes, como a gestão ambiental. Mas, no que se refere à participação na estrutura produtiva e no Valor Agregado Bruto (VAB) da economia do Estado, a tendência é de declínio da agropecuária, na medida em que a economia se diversificar.

Por outro lado, a indústria de transformação, dentro do setor industrial, é a mais relevante atividade embora tenha declinado sua contribuição de 2004 para 2008 em quase três pontos percentuais que foram compensados pelo aumento da participação do setor de serviços, como mostra o gráfico 18.

Gráfico 18 – Participação dos setores de atividades na formação do PIB de Mato Grosso - 2004-2008



Fonte: Contas Regionais, IBGE, 2010.

O baixo adensamento das cadeias produtivas e da base industrial do Estado manifestaram-se também nas exportações. Dentre o total exportado, os produtos básicos representaram 91,5% e os bens industrializados chegaram a apenas 8,5% do total em 2009 de acordo com o Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior / Secretária de Comércio Exterior (MDIC/SECEX).

Na indústria de transformação, o gênero de maior destaque foi a Indústria de produtos alimentícios, responsável por 48% do pessoal ocupado, dados de 2008 do “Mato Grosso em Números”, edição 2010. E nela estava incluído o processamento industrial de bens agropecuários. O segundo grande gênero da indústria de transformação foi a fabricação de produtos madeireiros, com 17% do emprego industrial do Estado.

Nos últimos anos, contudo, ocorreram investimentos importantes no beneficiamento de grãos com implantação de unidades industriais que agregam valores e diversificação produtiva na área de alimentos. Foram registrados crescimentos na avicultura e suinocultura e no turismo. Vale destacar que na última reunião do

Conselho Estadual de Desenvolvimento Empresarial (CEDEM), realizada em 29 de março de 2011, foram aprovados projetos de 99 (noventa e nove) empresas industriais para incentivar o investimento de, aproximadamente, R\$ 295 milhões. Dentre as empresas que receberam incentivo, 12 (doze) processam e beneficiam soja (óleo comestível, óleo degomado e outros subprodutos). Isto vai projetar Mato Grosso como o maior produtor de óleo comestível do Brasil, de acordo com informações da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia (SICME).

A estimativa da Secretaria indica que, por meio dos incentivos, já foram investidos em Mato Grosso quase R\$ 5 bilhões para 300 (trezentas) empresas que geraram mais de 149.000 (cento e quarenta e nove mil) empregos diretos e indiretos. Fatores que induziriam o Estado para uma economia agroindustrial sob a coordenação da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia/Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial (SICME/PRODEIC).

A mineração é uma atividade de grande potencial, embora a indústria extrativa mineral tenha um peso limitado na economia mato-grossense, mas que deve reiniciar um ciclo de expansão no futuro. Trata-se de uma atividade primária, de baixo valor agregado, mas que pode favorecer diversificação produtiva, além de ter, em alguns segmentos, complementaridade com a agropecuária. Estudos recentes identificaram centenas de pontos de afloramento mineral na região: ouro, cobre, prata, ferro, e até mesmo, cálcio e calcário. Desde 2004, início dos estudos na região, segundo o DNPM, já foram feitos mais de US\$ 70 milhões em investimentos privados na exploração mineral no Estado

O Governo espera a mobilização de investimentos de bilhões de reais no estado de Mato Grosso neste início de segunda década. A maioria voltada para a agroindústria, especialmente produção de etanol, bebidas e beneficiamento de grãos e de frutos, inclusive castanha de caju. Na produção de etanol merecem destaques os projetos da Indústria Cluster Bioenergia, cerca de R\$ 2,8 bilhões em 03 (três) destilarias e plantação de 180 mil hectares de cana-de-açúcar. O Grupo de Empresários com US\$ 3 bilhões, com 85 mil hectares de cana-de-açúcar e 10 mil de eucalipto e a BrencoPoliduto e Usina com investimento de R\$ 2,8 bilhões.

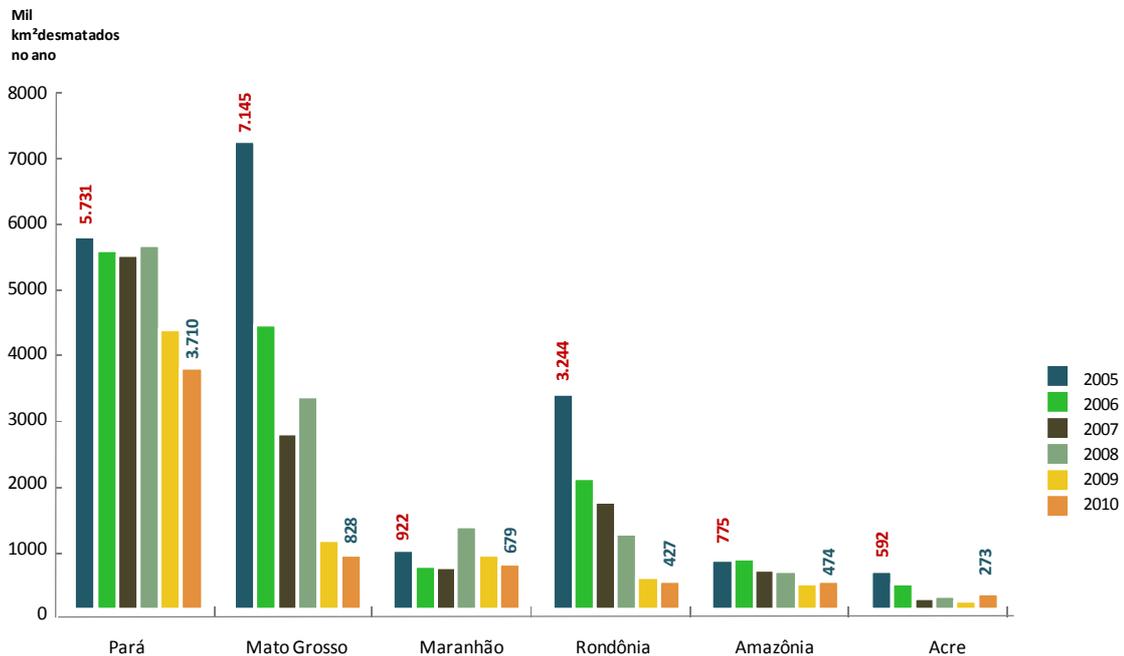
A expectativa dos técnicos do Governo e de observadores é de um processo continuado de beneficiamento dos produtos primários, principalmente, da agropecuária. O ritmo e a amplitude dependerão da postura do empresariado ao aproveitar as oportunidades e os incentivos governamentais. A tendência que se consolida é a de diversificação da estrutura produtiva com adensamento das cadeias dominantes, mas a escala e a amplitude desse processo estarão sujeitas às condições de competitividade da economia de Mato Grosso e da postura do empresariado mato-grossense, além da evolução das condições microeconômicas e de regulação no Estado.

2. Degradação ambiental e esgotamento dos recursos naturais

O crescimento e a modernização da economia mato-grossense vêm provocando uma grande pressão antrópica sobre os ecossistemas de Mato Grosso. O desmatamento tem sido o mais grave das alterações nesses ecossistemas. É o resultado direto da expansão do agronegócio, foi nessa atividade que o estado de Mato Grosso destacou-se, até recentemente, como um dos estados com os mais intensos desmatamentos no Brasil. O resultado é a redução dos recursos florestais e da biodiversidade, assim como, as degradações de bacias ou sub-bacias hidrográficas com o assoreamento dos rios, e também, a degradação pela carga de agrotóxicos. Isto aumentou os conflitos pelo uso das águas e pela compactação e erosão do solo.

Em 2005, estimativas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) indicaram um desmatamento total em Mato Grosso de 7,15 milhões de quilômetros quadrados, superior ao estado do Pará. Desde então, houve uma redução significativa do desmatamento no território mato-grossense e, desde 2007, ficou abaixo do Pará, como mostra o gráfico 19. Embora o desmatamento ainda seja um problema grave no Estado, em 2010, foram desmatados, aproximadamente, 828 mil quilômetros quadrados, pouco mais de 10% do nível mais alto que foi registrado em 2005. O desmatamento em Mato Grosso ainda é o segundo maior dentre os estados da Amazônia Legal, mas foi o que teve a mais acelerada redução no período de 2005 a 2010.

Gráfico 19 - Evolução do desmatamento nos principais estados da Amazônia Legal - 2005-2010

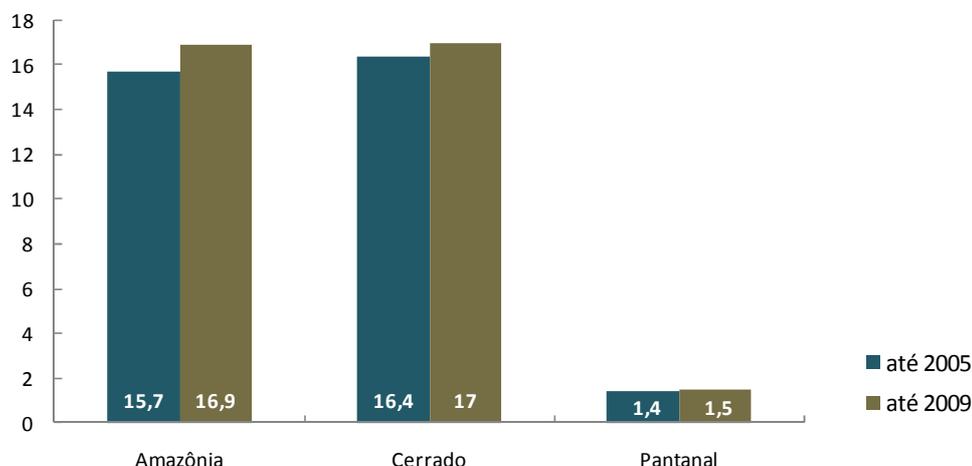


Fonte: INPE, 2010.

Segundo dados do IBGE, até 2009 foram desmatados nos três biomas de Mato Grosso, um total de 35,36 milhões de hectares que correspondem a 39,2% da área total do Estado. Em termos absolutos e acumulados até 2009, o desmatamento no Cerrado foi quase igual ao registrado no bioma Amazônia, em torno de 16,9 milhões de hectares, como mostra o gráfico 20. É interessante considerar, contudo, que 96% desta área desmatada até 2009, já tinham sido desmatadas até 2005, o que poderá refletir uma redução significativa para os anos seguintes. Em termos percentuais da área total dos biomas, o Cerrado teve desmatado 47,1% da cobertura florestal, a Amazônia 35,2% e o Pantanal 24,1%.

Entretanto, no início do ano de 2011, aparentemente como resultado da incerteza diante da aprovação do Código Florestal pelo Congresso Nacional, o desmatamento em Mato Grosso alcançou 480,3 quilômetros quadrados nos meses de março e abril, o que poderia indicar uma reaceleração das taxas de desmatamento no Estado. Ocorre que o projeto do Código Florestal poderá conceder uma espécie de anistia para as terras já desmatadas.

Gráfico 20 – Desmatamento nos biomas, milhões de hectares, de Mato Grosso - 2005/2009



Fonte: INPE, 2010.

Tudo indica, contudo, que este foi um evento ocasional, decorrente da indefinição legal, mas que não deve constituir uma inversão da tendência. Embora, nas próximas décadas, ainda que as pressões antrópicas no meio ambiente de Mato Grosso persistam, o movimento deverá ser declinante como resultado do efeito combinado da gestão ambiental com a introdução de novas tecnologias e mudança da estrutura produtiva. O ritmo e a intensidade das futuras pressões antrópicas, particularmente o desmatamento, dependerão da abrangência e eficiência destes fatores reguladores (gestão ambiental, inovação tecnológica e estrutura produtiva) que orientarão as condições dos investimentos para o crescimento da economia de Mato Grosso.

3. Integração com os mercados mundial de alimentos e de energia

Mato Grosso já possui uma posição destacada no mercado mundial de alimentos e, em menor medida, de energia, na medida em que ainda se limita à produção de etanol para o mercado interno. O Estado contribuiu, em 2010, com 5,52% das exportações brasileiras ao vender, aproximadamente, US\$ 8,45 bilhões. A maior parte das exportações mato-grossenses é de produtos alimentícios, principalmente grãos para atender à crescente demanda mundial.

No que se refere à energia, o estado de Mato Grosso já é um exportador de hidroeletricidade para o resto do Brasil e vem ampliando sua capacidade para

produzir biocombustível, principalmente, o etanol que poderá encontrar espaços crescentes no mercado internacional, mas vai depender, é claro, da infraestrutura e também da organização deste mercado global.

No futuro, a posição do estado de Mato Grosso no mercado mundial de alimentos e de energia deverá consolidar-se, mas a amplitude dessa participação dependerá das condições de competitividade da economia mato-grossense que, por seu turno, dependerão da qualidade da infraestrutura econômica, da logística e das políticas da União no comércio exterior. Claro que a amplitude desta demanda mundial negociada de forma global dependerá dos cenários mundiais, dentro dos quais destaca-se a incerteza relativa dos acordos internacionais para reduzir as barreiras alfandegárias.

4. Capacidade de investimento público do estado de Mato Grosso

Com uma economia exportadora de *commodities*, Mato Grosso sofre uma restrição fiscal pela perda de receita dos seus produtos vendidos no exterior, mesmo considerando a compensação da Lei Kandir. A Lei Kandir que define formas de compensação financeira pela receita que o Estado teria com as exportações de *commodities*, não compensado adequadamente o que Mato Grosso deixou de arrecadar com a desoneração. A isso se agrega o fato de que a agropecuária tem um peso significativo na economia do Estado e é um setor que gera menor contribuição fiscal que a indústria e os serviços.

De qualquer forma, a receita corrente do Estado alcançou, em 2008, um percentual de 15,8% do PIB, bem acima da média de grandes estados brasileiros, mesmo os mais industrializados como São Paulo (neste mesmo ano, a receita de São Paulo foi de 10,7% do PIB), de acordo com dados da Secretaria do Tesouro Nacional. No entanto, o desempenho de Mato Grosso do Sul chegou a quase 30% do PIB, portanto, o dobro do registrado pelo Governo Mato-grossense. O estado de Goiás teve um resultado levemente superior ao de Mato Grosso.

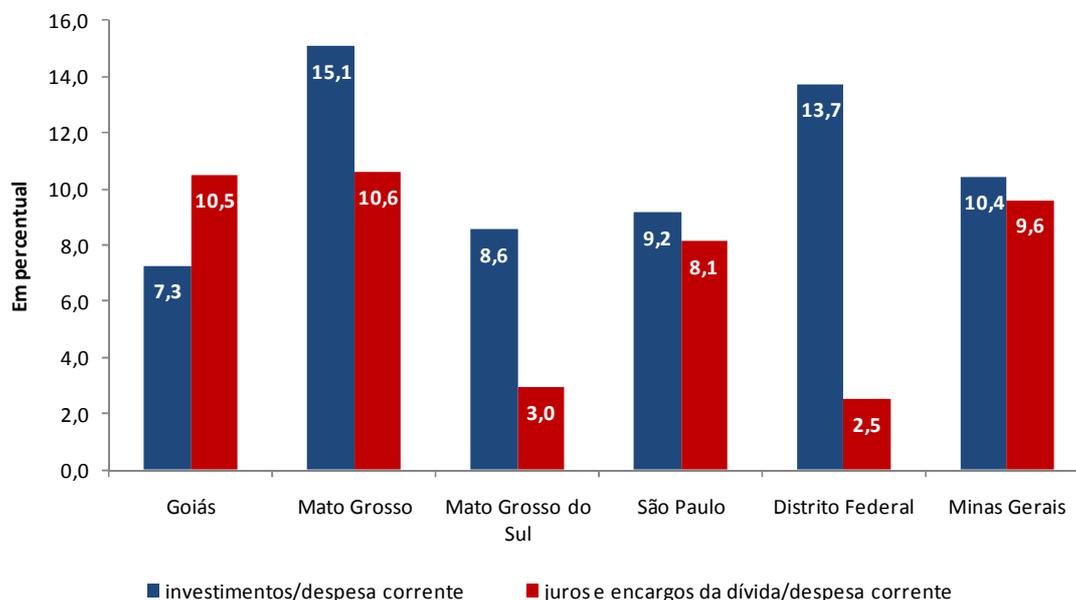
Quando se analisa a receita corrente *per capita*, os resultados dos estados selecionados estão muito próximos, exceção para o Distrito Federal que tem características que não permitem compará-lo com os demais. Em todo caso, o desempenho de Mato Grosso, com R\$ 2.837,16 por cidadão, é bem superior ao de Goiás e muito próximo ao registrado por Mato Grosso do Sul.

A evolução recente da capacidade fiscal do estado de Mato Grosso mostrou uma elevação da receita como percentual do PIB até 2006 e, a seguir, um declínio leve até 2008. Os dados ainda não oficiais mostram, por outro lado, que houve uma queda importante em 2009, mas sobretudo em 2010. Ao mesmo tempo, em valores nominais de 2004 a 2008, a receita *per capita* do Governo de Mato Grosso vem subindo, continuamente.

A capacidade de investimento, no futuro, do Governo Estadual dependerá da sua receita corrente, particularmente da arrecadação própria que decorre da dinâmica da economia e da estrutura produtiva, mas também, da eficiência e eficácia na gestão fiscal e na gestão dos gastos.

Em 2009, o Governo de Mato Grosso investiu aproximadamente R\$ 1,17 bilhões de reais que representaram 15,1% do total das despesas naquele ano. Foi um desempenho superior aos outros estados do Centro-Oeste e mesmo de grandes estados como São Paulo e Minas Gerais, como mostra o gráfico 21. É importante considerar, por outro lado, que o Estado foi o que teve, em 2009, o maior percentual com gastos para pagamento de juros e amortização da dívida no grupo de estados comparados. Foi 10,6% da despesa corrente.

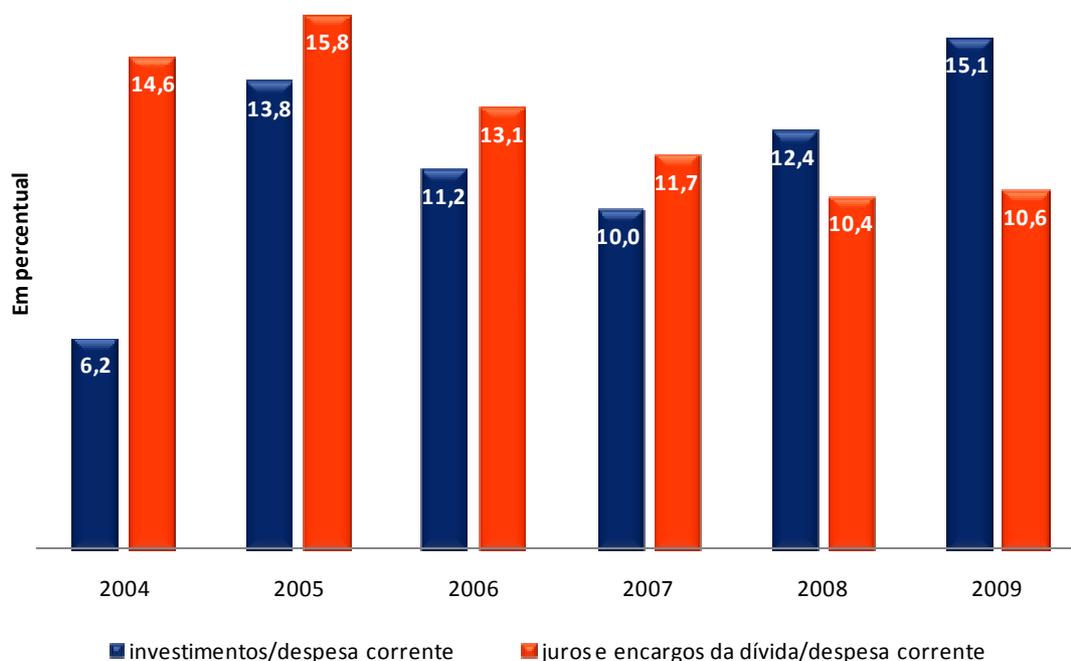
Gráfico 21 - Percentual dos investimentos e do custo da dívida na despesa corrente de Mato Grosso e estados selecionados – 2009



Fonte: STN, 2010.

Nos últimos anos, Mato Grosso aumentou os investimentos ao mesmo tempo em que reduziu o pagamento de dívidas (como percentual da despesa corrente), conforme mostra o gráfico 22. Até 2007, os desembolsos destinados aos pagamentos de juros e amortizações superavam os investimentos públicos do Governo de Mato Grosso.

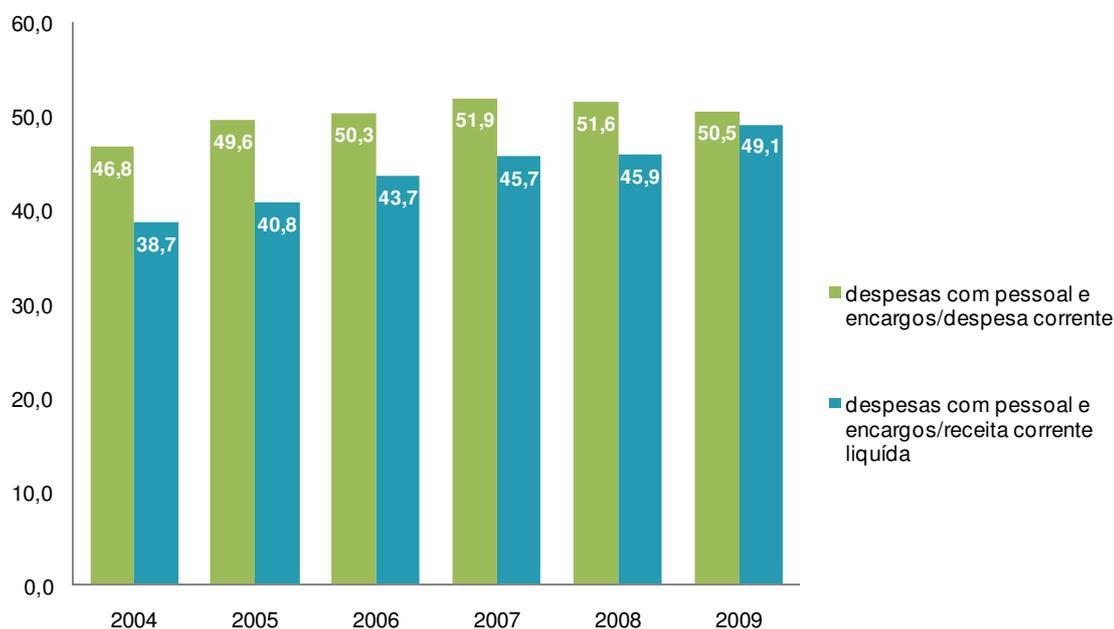
Gráfico 22 - Participação dos investimentos e do custo da dívida na despesa corrente de Mato Grosso – 2004-2009



Fonte: STN, 2010.

Mato Grosso tem ampliado o volume de investimentos, em termos absolutos e percentuais da despesa corrente, apesar de, no mesmo período, ter elevado o comprometimento dos gastos com pagamento de pessoal e encargos. Com efeito, como mostra o gráfico 23, a despesas com pessoal e encargos corresponderam, em 2009, a 49,1% da receita corrente líquida, quase onze pontos percentuais acima do registrado em 2004.

Gráfico 23 - Participação das despesas com pessoal e encargos na despesa corrente e receita corrente líquida em Mato Grosso – 2004-2009



Fonte: STN, 2010.

O desempenho futuro da capacidade fiscal e de investimento do Governo de Mato Grosso é incerto porque depende de variáveis com alta incerteza como: a dinâmica da economia, a eventual mudança da estrutura produtiva e, evidentemente, da capacidade de gestão das finanças públicas que influenciam na arrecadação e otimizam a utilização dos recursos disponíveis.

5. Escala e dinâmica do mercado interno

O mercado interno de Mato Grosso, com população pequena e uma renda média, não tem escala para criação de uma base produtiva de bens e serviços voltados para as demandas do Estado. Mato Grosso tem uma economia fortemente exportadora. Exporta 31,06% do PIB com vendas para todo Brasil, o que diminui a orientação produtiva para o mercado interno relativamente restrito.

Em todo caso, o Estado tem um PIB *per capita* elevado. Foi de R\$ 17.927,00, em 2008, acima da média nacional, embora abaixo da média do Centro-Oeste por conta do valor elevado do Distrito Federal. Além disso, Mato Grosso tem uma renda bem menos concentrada que a média do Brasil e da maioria dos estados brasileiros que

foi estimado em 0,4762, em 2009 que cria um mercado interno desconcentrado com poder de compra de parcela elevada da população.

O reduzido encadeamento das cadeias produtivas diminui o valor agregado e inibe o efeito de transbordamento dessas cadeias na economia, no emprego e na renda da população. Grande parte dos empregos indiretos a montante (empresas fornecedoras de insumos e serviços industriais) das cadeias produtivas dessas atividades se realiza fora do Estado, contendo o impacto da expansão dos negócios em Mato Grosso, como resultado, a expansão da renda é menor, moderando a ampliação do mercado interno.

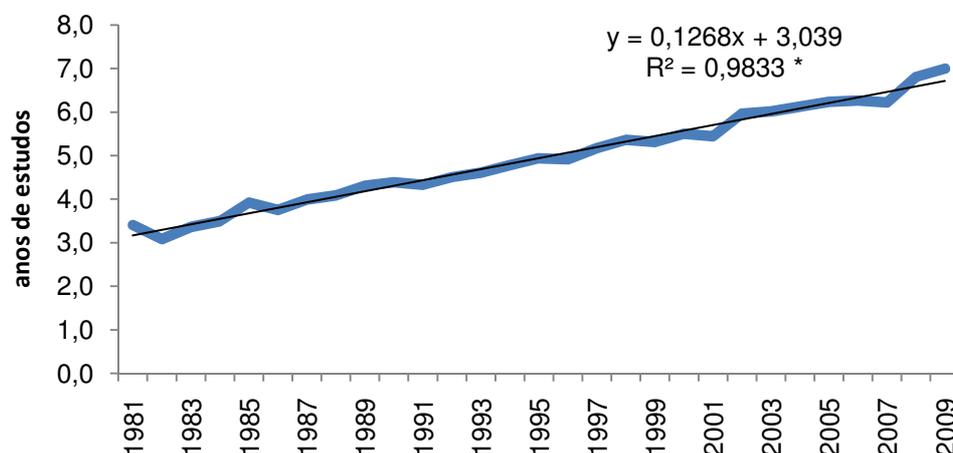
O futuro do mercado interno de Mato Grosso dependerá, principalmente, do crescimento da economia e da renda e do encadeamento produtivo que agregará valor e internalizará os empregos indiretos das atividades produtivas do Estado. Isto evidencia que se trata de uma variável de resultado e que deve evoluir para acompanhar os efeitos da economia e da renda da população.

6. Grau de escolaridade e de qualificação da mão de obra

Os indicadores de educação de Mato Grosso melhoraram nas últimas décadas e aproximam-se da média nacional e regional. A taxa de analfabetismo mostra um movimento de lento declínio que flutua em torno de 10% da população de 15 anos ou mais. É ainda a mais alta dos estados do Centro-Oeste. Em 2009, Mato Grosso tinha um nível de escolaridade de 7,1 anos de estudo médio (população de 25 anos e mais), abaixo da média regional e pouco inferior à média brasileira, com 7,2 anos.

O indicador de escolaridade média tende a evoluir muito lentamente, sobretudo, em função da baixa escolaridade da população adulta. Em média, a escolaridade aumenta um ano de estudo a cada oito anos (Gráfico 24). Nesse ritmo, somente por volta de 2019 – 2020, a população adulta de 25 anos ou mais alcançará média escolar de 8 anos de estudo.

Gráfico 24 – Evolução da escolaridade média da população mato-grossense, com 25 anos ou mais - 1981/2009



Nota¹⁰: Elaborado pela SEPLAN, 2012

A qualidade da educação no Estado também não é das melhores quando se avalia as notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB. Houve, porém, registro de melhora no período de 2005 a 2009. Em 2009, os alunos mato-grossense da 1ª e a 4ª series obtiveram nota 4,9, praticamente igual à média do Centro-Oeste e um pouco acima da média nacional que foi igual a 4,6. Para os anos finais do ensino fundamental, em 2009, Mato Grosso obteve nota 4,3 pouco acima da média do Centro-Oeste que foi 4,1 e do Brasil que registrou 4,0. É interessante considerar que os resultados do IDEB de Mato Grosso são superiores a todos os outros estados da região, exceto o Distrito Federal.

No entanto, quando se leva em conta o nível de proficiência (aprendizagem) alcançado pelos alunos, a situação de Mato Grosso mostrou-se mais crítica. O desempenho ficou bem abaixo da média nacional e dos demais estados do Centro-

¹⁰ Os dados foram obtidos em diferentes fontes: Ipeadata (1981 a 2001), Atlas do Desenvolvimento Humano (1991 e 2000), SEPLAN-MT (2002 a 2009), a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Os dados de 1994 (quando não houve a PNAD) foram obtidos por média dos valores aproximados.

*A reta de regressão indica que a escolaridade aumenta, em média, 0,1268 anos a cada ano, ou seja, são necessários 8 anos para aumentar a escolaridade em 1 ano.

Oeste. Conforme o quadro a seguir, a realidade foi mais crítica no ensino médio, sobretudo, em matemática. Nessa etapa e nessa disciplina, apenas 6% dos alunos demonstraram aprendizado compatível com a série. Parcela considerável dos alunos que concluiu o ensino médio apresentou nível de conhecimento abaixo do esperado para o 8º/9º anos do ensino fundamental, tanto em matemática como em língua portuguesa.

Tabela 5 – Percentual de alunos com aprendizado adequado no Brasil, no Centro-Oeste e em estados da região Centro-Oeste – 2009

Séries/etapas	Brasil	Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso	Goiás	Distrito Federal
4º/5º anos do ensino fundamental (língua portuguesa)	34,2	40,2	35,1	31,7	38,5	52,8
4º/5º anos do ensino fundamental (matemática)	32,6	36,2	31,1	27,7	33,2	52,1
8º/9º anos do ensino fundamental (língua portuguesa)	26,3	27,8	33,0	23,9	24,9	34,7
8º/9º anos do ensino fundamental (matemática)	14,8	15,6	18,4	12,7	13,2	22,6
3ª série do ensino médio (língua portuguesa)	28,9	29,5	42,4	21,0	27,0	38,4
3ª série do ensino médio (matemática)	11,0	10,4	14,2	6,0	8,9	17,7

Fonte: Todos pela Educação, 2009

Em Mato Grosso ainda há uma grande desigualdade na oferta de educação, tanto em termos regionais, visto que favorece bem mais os espaços urbanos das cidades médias e grandes e também quando se refere à diversidade sociocultural da população. Essa diferença ao acesso a bens culturais e educacionais tende a consolidar as desigualdades sociais e regionais no estado de Mato Grosso, no entanto pode ser alterado por políticas públicas adequadas. Assim, o Estado deve intensificar a oferta de oportunidades educacionais para assegurar o acesso, a permanência e o êxito escolar das populações tradicionais ou aqueles que estejam em situação de maior isolamento e vulnerabilidade social (população do campo, indígenas, quilombolas, pessoas com necessidades especiais, população em condição de pobreza ou em extrema pobreza).

Visto de forma mais agregada e mesmo se considerar que existe uma certa inércia na evolução dos níveis de escolaridade e de qualidade do ensino e aprendizagem, o

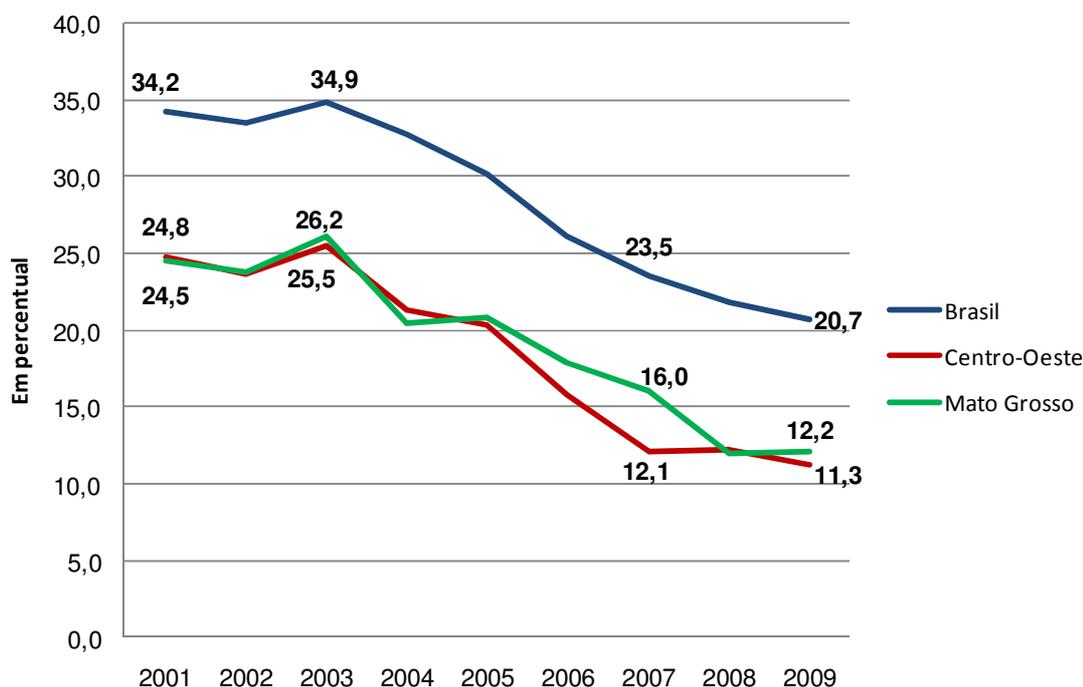
desempenho futuro desta variável depende fortemente das políticas públicas voltadas para a educação e sua capacidade para promover alterações de peso na qualidade do ensino. Destaca-se a elevação do investimento por aluno-ano, que hoje encontra-se abaixo dos níveis nacionais e muito aquém dos valores requeridos para a oferta de educação de qualidade para todos.

7. Pobreza e desigualdade social

O Estado de Mato Grosso convive com níveis moderados de pobreza, pelo menos quando comparados com a média nacional. No âmbito regional, a pobreza é mais elevada em Mato Grosso que nos outros estados do Centro-Oeste. O percentual da população com renda domiciliar *per capita* abaixo de meio salário mínimo representava, em 2009, 23,8% da população de Mato Grosso. Na região Centro-Oeste esse percentual foi um pouco menos, correspondia a 22,9% e a média do Brasil foi de 29%, portanto, muito superior à pobreza mato-grossense.

Ao medir a renda real das famílias, retirando o efeito de elevação real do salário mínimo, a pobreza da população declina fortemente em Mato Grosso, tanto em termos absolutos quanto em termos percentuais. De acordo com dados do IPEA, de 2002 a 2009, o total de pobres, calculado pela renda mínima necessária para uma cesta de produtos, declinou de 638 mil para 354,8 mil. O percentual em 2003 era de 26,2% e foi reduzido para 12,2% em 2009, praticamente caiu para a metade, como mostra o gráfico 22. Esse movimento de Mato Grosso acompanhou um processo de âmbito nacional de redução continuada da pobreza, quando avaliada com base na renda domiciliar *per capita*.

Gráfico 25 - Incidência de pobreza no Brasil, na região Centro-Oeste e em Mato Grosso - 2002-2009



Fonte: IPEA, 2010.

De qualquer forma, os níveis futuros da pobreza em Mato Grosso poderão seguir esta trajetória de declínio, mas dependerá da dinâmica da economia e das políticas sociais que compensarão as regras de mercado na distribuição de renda e de ativos sociais. A escala dessa pobreza reflete as desigualdades de oportunidades da população, principalmente no que se refere à deficiência do ensino público e dos limitados investimentos para oferta de serviços sociais à população de baixa renda. As políticas sociais nacionais e suas manifestações podem promover, diretamente no Estado, alterações relevantes na situação ao longo das próximas décadas.

8. Habitabilidade, qualidade de vida nas cidades e rede urbana

O Governo de Mato Grosso sempre contou com a parceria do Governo Federal na implementação da política urbana e, nos últimos dez anos, a destinação de recursos por parte do Estado aumentou, mas ainda assim, com contrapartida ou complementação da União. As ações dirigidas ao desenvolvimento urbano não tem suas aplicações associadas à política ambiental e à geração de emprego e renda, o que facilita ocupações irregulares nas cidades em áreas ambientalmente frágeis que comprometem o meio ambiente e a manutenção da exclusão social.

No que se refere à política habitacional, esta se voltou, nos últimos anos, à atuação expressiva na produção de moradias, foram, aproximadamente, 60.000 casas. Contudo, não atendeu às demais variáveis que compõem as necessidades habitacionais como: provisão de infraestrutura, promoção da regularização fundiária e melhoria nas unidades habitacionais, entre outras.

Desse modo pode-se perceber que, atualmente, existe no Estado um déficit de infraestrutura que é três vezes superior ao déficit quantitativo. Destaca-se, também que a ausência de regularização fundiária quase se iguala ao déficit quantitativo. O déficit habitacional em 2010 foi de 153.454 unidades e a inadequação fundiária correspondia a 136.772 unidades. Há, portanto, carência de infraestrutura em 510.165 unidades, segundo o Cadastro Único (CAD ÚNICO) 2010. Este determina a necessidade de ampliar o alcance de políticas doravante implementadas e que não se restrinjam à produção de novas unidades habitacionais.

Estes valores expressam que as políticas de desenvolvimento urbano têm sido elaboradas e aplicadas de forma dissociada e explicitam a dicotomia no trato da questão habitacional, fundiária e de saneamento ambiental com prejuízo para a população atendida. Fatores que precisam ser solucionados nas estratégias que serão definidas pelo Plano Estadual de Habitação, em andamento.

Deve-se alterar a abordagem fragmentada da questão da habitabilidade, pois o Estado já possui um conjunto de instrumentos jurídicos como: a legislação voltada à questão habitacional, à proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, financeiros (foram criados fundos de desenvolvimento urbano e programas de habitação) e institucionais (a Secretaria de Estado das Cidades que coordena as

Cenários Alternativos de Mato Grosso: 2011- 2031

políticas de desenvolvimento urbano antes estavam dispersas em diversos órgãos estaduais) que deverão estar supervisionados pelo controle social a ser operacionalizado com a atuação dos Conselhos instituídos.

O alcance destas iniciativas facultará não apenas uma abordagem integrada das políticas urbanas, mas minimizar ou até mesmo eliminar o quadro atual de carências que definem uma baixa habitabilidade nas cidades mato-grossenses.

O fortalecimento da rede de cidades também depende do Governo na medida em que vários serviços públicos passem a ser melhor distribuídos no território, em uma lógica que considere a articulação e a interação das cidades, de modo que toda a população se desloque o mínimo possível e em menor espaço de tempo para que consiga usufruir os serviços da rede pública estadual. O Estado, de modo geral, deve fortalecer a rede urbana e facilitar os fluxos de serviços, mercadorias e pessoas, mas para que isto ocorra faz-se necessário promover a expansão dos meios de integração, principalmente da malha viária, que facilitam o intercâmbio entre as cidades ao disponibilizar os serviços à população. Esta é uma questão fundamental para a organização, o fortalecimento e o desenvolvimento regional.

Nas últimas décadas, vários pequenos e médios núcleos urbanos formaram-se no território mato-grossense. O Estado deve, portanto, pouco a pouco expandir e ampliar os serviços urbanos que oferece, e com isso deixará de atender a população local apenas nas suas demandas básicas, e também, atender as populações de outros municípios tanto nas suas necessidades básicas como nas mais complexas. Esse processo tende a ampliar-se para o norte e para o leste, na medida em que se consolidam as atividades econômicas e os meios de comunicação, mas é preciso que haja investimentos públicos para que esse processo ocorra de uma forma que produza uma rede de cidades bem distribuída espacialmente e que disponibilize uma estrutura hierarquizada que possa prestar um bom atendimento em todo o Estado.

3.3 Incertezas críticas

Parte dos condicionantes do futuro tem alto poder de determinação e não constitui variável de resultado (dependente) de Mato Grosso. No entanto, ao contrário das tendências consolidadas, alguns deles têm uma evolução futura muito incerta e por

isso constituem as incertezas críticas do futuro da realidade mato-grossense, cuja trajetória pode ser modificada de acordo com os caminhos alternativos destas incertezas. Foram identificadas as seguintes incertezas críticas:

1. Capacidade produtiva e tecnológica da agricultura familiar e do pequeno produtor rural

Se o agronegócio tende a manter-se no nível tecnológico atual, acompanhando as inovações em escala nacional e internacional, a situação da agricultura familiar e do pequeno produtor rural de Mato Grosso dependeria de políticas públicas que facilitem o seu acesso a novas tecnologias. De acordo com dados do Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT), 4.796 famílias obtiveram posse legal (dados até 2005) equivalentes a um total de 877,5 mil hectares, no programa de reforma agrária do Estado. A instituição estima que existam em Mato Grosso 140 mil estabelecimentos de agricultores familiares, dos quais 90 mil foram assentados pela reforma agrária.

Por questões de escala e de limitações na capacidade de investimento, os pequenos produtores precisam de suporte público para ter acesso a novas tecnologias e para ampliar sua produtividade. O pequeno produtor e, principalmente, a agricultura familiar não contam com apoio governamental adequado para a incorporação dos avanços tecnológicos e produtivos. Nessas condições, a agricultura familiar trabalha com baixa capacidade produtiva e tecnológica que a torna frágil na disputa competitiva. O desempenho futuro deste segmento de produtores rurais vai depender da postura governamental e das medidas adotadas na promoção do seu desenvolvimento.

2. Investimento em infraestrutura econômica e logística

A deficiência de infraestrutura econômica é um dos grandes estrangulamentos de Mato Grosso, fator que reduz a competitividade da economia mato-grossense. A grande extensão territorial e a distância de Mato Grosso dos grandes mercados demandam uma malha mais ampla e um sistema multimodal de transporte. Além de reduzida, a má qualidade de grande parte do sistema de transporte rodoviário eleva

os custos dos fretes e o tempo despendido com o deslocamento das pessoas e das mercadorias neutraliza parte das vantagens competitivas do agronegócio.

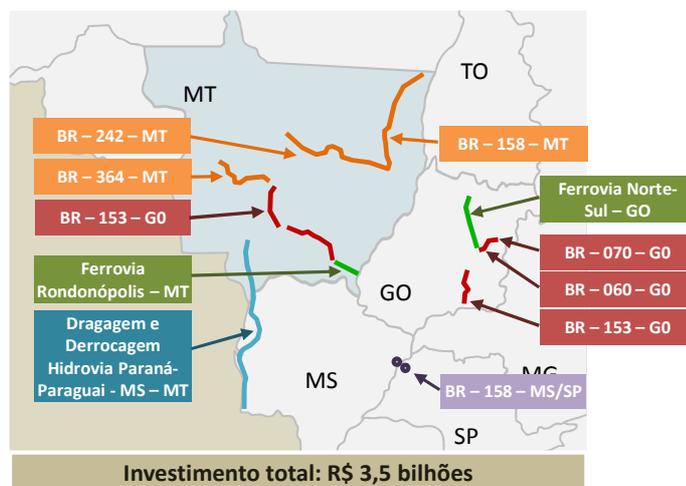
A grande restrição à competitividade sistêmica de Mato Grosso reside na distância entre os locais de produção agropecuária e os portos e nas dificuldades da infraestrutura e logística da economia mato-grossense, principalmente, no transporte. Estas restrições comprometem também sua integração com a economia nacional, pela importância geopolítica do Estado e a possibilidade de integração continental na qual o território mato-grossense desempenha papel relevante.

Segundo relatório do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, até 2010 foram investidos R\$ 19,6 bilhões, sendo R\$ 6,6 bilhões em 2010, a maior dos quais alocados no segmento energético. Em logística foram investidos R\$ 3,9 bilhões, em energia, cerca de R\$ 12,61 bilhões, e mais R\$ 3,08 bilhões no segmento social e urbano. Para os próximos anos, vários projetos de investimento na infraestrutura de Mato Grosso estão previstos no PAC, alguns dos quais em fase de implementação, como o das obras da Ferronorte em parceria com o setor privado. Esses projetos devem ampliar a rede de logística e armazenagem do Estado que também constituem um sério gargalo à comercialização de grãos.

Os projetos de investimentos previstos pelo PAC complementam e ampliam os que foram definidos para o período anterior, como mostra a figura 3, apenas para transporte estavam previstos projetos de R\$ 3,6 bilhões de reais no Centro-Oeste, parte dos quais em Mato Grosso ou para conectar o Estado ao Brasil, a maioria dos quais ainda não concluídos ou mesmo iniciados. A implementação desses projetos, assim como, os investimentos previstos para a integração logística da América Latina que promoverá a redução dos custos de transporte e a melhoria da competitividade econômica, bem como, a integração de Mato Grosso com países do continente latino-americano.

No que se refere à infraestrutura de armazenagem, fundamental para a logística da economia agropecuária, Mato Grosso tem melhorado bastante sua rede de centros de armazenamento e distribuição, embora ainda com restrições e deficiências para acompanhar um ciclo de crescimento econômico. Ocorre, sobretudo, uma dificuldade de acesso de pequenos e médios produtores.

Figura 3 - Previsão de investimentos em transponte para a região Centro-Oeste - 2007-2010



Fonte: Ministério do Planejamento, 2010.

Embora seja muito provável que parte dos investimentos previstos para a infraestrutura da região sejam implantados nos próximos anos, ainda persiste uma grande incerteza em relação à amplitude dos mesmos e ao ritmo de execução dos projetos. A experiência recente e a morosidade da gestão de projetos no Brasil permitem entender que ainda é incerto o volume e abrangência dos investimentos, assim como a escala e a velocidade de implantação no futuro.

3. Gestão ambiental

O estado de Mato Grosso possui enorme riqueza em recursos naturais e biodiversidade, mas tem sofrido fortes pressões antrópicas ao longo dos anos. Faz-se necessário aproveitar o potencial destes recursos, a própria fonte da riqueza do Estado, que as atividades econômicas estão degradando. Ao longo dos últimos anos, Mato Grosso busca estruturar um sistema de gestão ambiental para regular as relações da economia com a natureza e orientar os processos de ocupação do território. As características dos biomas de Mato Grosso merecem atenção especial, tanto do Governo Federal quanto dos movimentos ambientalistas em todo mundo e refletem-se nas medidas do Governo Estadual. Em todo caso, parte dos marcos regulatórios para uso e ocupação do solo em Mato Grosso decorre de decisões federais, como a atual aprovação do Código Florestal que tenta, ao mesmo tempo,

passar uma borracha no passado e delimitar os movimentos futuros dos produtores no território mato-grossense.

O Mato Grosso conta com importantes instrumentos técnicos e humanos para definir várias unidades de conservação e tem uma atuação de controle e fiscalização das atividades econômicas, com resultados relevantes na redução do desmatamento e dos focos de queimadas. No entanto, a gestão ambiental no estado de Mato Grosso ainda é limitada para a amplitude do território ao considerar os diferentes processos antrópicos da expansão econômica. Neste sentido, a amplitude e a eficácia da gestão de controle ambiental no Estado ainda constitui uma incerteza que depende de condições políticas, legais e institucionais, inclusive a aprovação do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico para o fortalecimento de uma competente e forte estrutura de gestão.

4. Regularização fundiária

A estrutura fundiária de Mato Grosso segue um padrão geral de concentração que corresponde ao perfil da agropecuária do Estado, com pecuária extensiva e produção de grãos em larga escala e alta produtividade. Em 2006, segundo o Censo Agropecuário do IBGE, existiam 86.167 estabelecimentos da agricultura familiar que ocupava uma área total de 4,88 milhões de hectares. Para ter uma ideia da desigual distribuição fundiária, naquele ano, a agricultura familiar representava 76,27% dos estabelecimentos rurais de Mato Grosso embora ocupasse apenas 10,2% do total da área do Estado e obtivesse 6,85% da receita total dos produtores agropecuários.

Mais grave que a concentração fundiária é a grande insuficiência de regularização de parte das propriedades produtivas do Estado. A ausência de titulação de terras é um fator de instabilidade e conflito no Estado, além de impedir o acesso dos produtores sem título ao crédito. Nos últimos anos, ocorreram avanços importantes no processo de titulação e regularização fundiária, resultado do trabalho do INTERMAT, que implantou o projeto Varredura e procurou identificar, demarcar e promover a regularização de terras públicas do Estado, no geral ocupadas, mas sem registro. Com isso, pretende-se recuperar a cidadania dos pequenos proprietários e posseiros e promover o reconhecimento do domínio privado regular.

De alguma forma, o andamento futuro deste movimento de regularização fundiária pode ser acelerado, mas também corre o risco de ser contido por dificuldades políticas e institucionais e por falta de recursos humanos. Desta forma, embora deva persistir a atividade de regulação, constitui incerta a sua abrangência e intensidade de implementação.

5. Postura do empresariado mato-grossense

Ao longo das últimas décadas, marcadas por um processo acelerado de migração, foi se constituindo um novo ator social em Mato Grosso com os empreendedores rurais que construíram a poderosa economia agropecuária do Estado. Em uma interação intensa com as diversas manifestações culturais originais formou-se uma capacidade empreendedora especial na sociedade mato-grossense. Uma nova geração de empresários inovadores e ousados parece emergir na sociedade e na economia de Mato Grosso, como resultado dessa diversidade cultural, entre grupos sociais nativos e imigrantes.

Em todo caso, ainda não parece clara a direção e a abrangência que essa cultura empreendedora terá no futuro, principalmente porque, ainda tem características fortemente rurais e agropecuárias. Para ampliar o leque de investimentos e de adensamento das cadeias produtivas, concentradas na atividade primária, será necessário que a nova geração de empresários tome iniciativas e assuma a inovação econômica e produtiva em Mato Grosso.

Desta forma, embora existam sinais de uma capacidade empreendedora na sociedade mato-grossense, a intensidade e abrangência da mesma e sua postura diante dos desafios e das oportunidades de negócios ainda constitui uma incerteza, que é crítica para o futuro de Mato Grosso.

6. Capacidade de gestão pública do Estado

Como todas as instituições públicas do Brasil, a capacidade de gestão pública do estado de Mato Grosso ainda é limitada e evidencia uma baixa efetividade das ações e iniciativas governamentais. O nível de organização e capacidade técnico-gerencional do Governo do Estado ainda apresenta muitas deficiências que podem, no futuro, inibir os resultados de iniciativas e projetos. Recentemente, percebe-se um

leve declínio no desempenho da gestão fiscal e da eficiência dos gastos públicos, com registro de déficit primário em 2009 e queda na relação Receita/PIB.

No entanto, o Governo do Estado procurou implementar medidas para reorganizar e melhorar a gestão pública e que podem ampliar a efetividade dos seus projetos e iniciativas. Os resultados ainda são tímidos, mas buscam a melhoria na governança pública do Estado. Desde 2004, com a criação da Escola de Governo do Estado de Mato Grosso, iniciou-se um processo amplo de formação profissional dos servidores públicos com a implementação de Políticas de Formação e Capacitação para os Servidores Públicos do Estado. A Escola de Governo se propõe a promover “ações de formação contínua de competências e habilidades necessárias aos servidores para que melhorem a qualidade e os resultados das ações públicas quanto ao atendimento às demandas populacionais”, como explicita no documento da instituição. Em 2007, a Escola de Governo definiu o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) com o propósito de apoiar o desenvolvimento organizacional do Governo do Estado.

Como a eficiência e a eficácia da gestão pública têm um efeito importante na execução das políticas, dos projetos e dos investimentos governamentais, esta é uma questão crítica do futuro de Mato Grosso. Mesmo se considerar as atividades da Escola de Governo, centrada na formação profissional dos servidores públicos, a melhoria continuada da gestão pública no futuro ainda constitui uma incerteza, particularmente, no que se refere ao alcance e à velocidade de reformas e a organização das instituições do Governo.

7. Política social do Governo do Estado

Os problemas sociais de Mato Grosso, de um modo geral, não são tão graves quanto os da maioria dos estados brasileiros, especialmente, no que se refere à pobreza e às desigualdades sociais. Em todo caso, persistem carências sociais dramáticas na infraestrutura social urbana de Mato Grosso, principalmente, quando se trata de saneamento básico. Com efeito, em 2009, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD), apenas 11% dos domicílios de Mato Grosso estavam ligados à rede geral de esgoto. Este índice é cinco vezes menor que a média brasileira, estimada em 53%.

Assim, embora a avaliação da pobreza com relação à renda seja moderada, ainda há grandes deficiências para que se obtenha qualidade de vida. A melhoria dessa qualidade de vida, no futuro, depende das políticas sociais e, particularmente, dos investimentos estruturadores como: saneamento, transporte, segurança pública e, naturalmente, educação. A trajetória social futura de Mato Grosso depende do volume de recursos alocados nos diferentes segmentos de política social, mas também, da orientação e das prioridades concedidas aos mesmos. O volume de recursos flutua entre medidas emergenciais e compensatórias para enfrentamento da pobreza (focado nos efeitos para resultados rápidos), e os investimentos estruturadores de mudança, de lento resultado, mas focado nas causas da pobreza.

Embora haja indicações que as políticas sociais do Governo de Mato Grosso atacariam as duas frentes, persiste uma grande incerteza em relação à combinação da distribuição dos recursos e das iniciativas governamentais. Em outras palavras, que destaque e prioridade serão dados às políticas estruturadoras de mudança que preparam um futuro sustentável e com qualidade de vida.

3.4 Cenários de Mato Grosso

Os cenários são o resultado da combinação das tendências consolidadas, que devem ter o mesmo comportamento no futuro, com hipóteses formuladas para as incertezas críticas. Como seus desdobramentos futuros são incertos, a única forma de antecipar os mesmos é a formulação de hipóteses que, em todo caso, devem ser plausíveis.

Incerteza crítica 1 – Investimento em infraestrutura e logística

Ao considerar a análise dos fatores, feita acima, que definem o futuro desta incerteza crítica é possível formular duas hipóteses:

- a. Possibilitar alto investimento em infraestrutura econômica e logística com ampla participação do setor privado e com significativa redução dos estrangulamentos;
- b. Ocorrer moderado investimento em infraestrutura econômica e logística com participação tímida do setor privado, mas com persistência de estrangulamentos.

Incerteza crítica 2 – Gestão ambiental

Ao considerar a análise dos fatores, feita acima, que definem o futuro desta incerteza crítica, podem ser formuladas duas hipóteses:

- a. Gestão ambiental que seja eficaz no controle e fiscalização da relação com a natureza (implementação efetiva do ZSEE) e indutora da mudança do padrão tecnológico e produtivo;
- b. Gestão ambiental que apresente moderada efetividade no controle e fiscalização da relação com a natureza (implementação efetiva do ZSEE).

Incerteza crítica 3 – Regularização fundiária

Ao considerar a análise dos fatores, feita acima, que definem o futuro desta incerteza crítica, podem ser formuladas duas hipóteses:

- a. implementar um processo de regularização fundiária e desconcentração da terra;
- b. limitar a regularização fundiária com manutenção do quadro de concentração, convivendo com conflitos pela terra pontuais.

Incerteza crítica 4 – Postura do empresariado mato-grossense

Ao considerar a análise dos fatores, feita acima, que definem o futuro desta incerteza crítica, podem ser formuladas duas hipóteses:

- a. ter postura proativa e empreendedora do empresariado mato-grossense;
- b. ter postura passiva e dependente do empresariado mato-grossense.

Incerteza crítica 5 – Capacidade de gestão pública do Estado

Considerando a análise dos fatores, feita acima, que definem o futuro desta incerteza crítica, podem ser formuladas duas hipóteses:

- a. implementar reformas e modernizações das estruturas gerenciais do Estado e aumentar a eficiência e efetividade (gestão por resultado) assim como a gestão fiscal;
- b. manter as limitações gerenciais com perda de eficiência e efetividade e com desorganização da receita e desperdício financeiro na implementação das ações.

Incerteza crítica 6 – Política social do Governo do Estado

Ao considerar a análise dos fatores, feita acima, que definem o futuro desta incerteza crítica, podem ser formuladas duas hipóteses:

- a. definir e executar uma política social que combine medidas e projetos estruturadores de mudança com iniciativas compensatórias e emergenciais;
- b. concentrar uma política social no enfrentamento das emergências e das problemas sociais mais graves de forma compensatória.

A combinação destas hipóteses e das tendências consolidadas termina por refletir-se nas variáveis de resultado que definem os diferentes comportamentos futuros, com base no conjunto de hipóteses. Dessa forma, o que vai definir as alternativas de futuro do estado de Mato Grosso e abrir futuros diferentes, serão as hipóteses das incertezas críticas enunciadas acima, influenciadas pelo comportamento dos cenários mundiais e nacionais com impactos no Estado.

Como mostra, de forma esquemática, o quadro abaixo destaca as duas combinações polarizadas e de maior consistência interna (colunas) e chega-se a dois cenários alternativos.

Quadro 1 - Combinação das hipóteses das incertezas críticas

Incertezas Críticas	Hipóteses	
	A	B
Investimento em infraestrutura econômica, social e logística	Alto investimento com ampla participação do setor privado	Moderado investimento com participação tímida do setor privado
Postura do empresariado	Postura proativa e empreendedora	Postura passiva e dependente
Gestão ambiental	Gestão ambiental eficaz e efetiva	Gestão ambiental com moderada efetividade
Gestão territorial	Regularização fundiária e desconcentração da posse da terra	Limitada regularização fundiária e persistência da concentração
Capacidade de gestão pública	Reforma e modernização da estrutura gerencial do Estado com melhorias na eficiência e na efetividade	Manutenção das limitações gerenciais com perda de eficiência e efetividade
Política social	Concentração em medidas e projetos estruturantes de mudança	Combinação de medidas compensatórias e estruturantes
Cenários	<p>A</p> <p>Crescimento econômico alto e sustentável com conservação ambiental, estrutura produtiva diversificada e cadeias produtivas com agregação de valor, melhoria da qualidade de vida e desconcentração regional</p>	<p>B</p> <p>Crescimento econômico moderado com persistência de degradação ambiental, estrutura produtiva levemente alterada, com baixa agregação de valor, níveis moderados de qualidade de vida e concentração econômica regional</p>

Os cenários alternativos de Mato Grosso o do Brasil resultam da combinação das hipóteses das seis incertezas críticas analisadas acima, somado ao desempenho antecipado das tendências consolidadas, com seus desdobramentos sobre as variáveis de resultado, influenciadas pelas diferentes hipóteses.

Como mostra, de forma esquemática, o quadro 1, que destaca as duas combinações polarizadas e de maior consistência interna e chega a dois cenários de Mato Grosso: Cenário A que resulta da combinação de “Alto investimento em infraestrutura e logística com ampla participação do setor privado”, “Postura proativa e empreendedora do empresariado mato-grossense”, “Gestão ambiental eficaz e efetiva”, “Regularização fundiária e desconcentração da posse da terra”, “Reforma e modernização da estrutura gerencial do Estado com melhorias na eficiência e na efetividade”, e “Política social com concentração em medidas e projetos estruturantes de mudança”.

A combinação interna em Mato Grosso tem maior consistência com o cenário nacional de dinamismo econômico, reformas microeconômicas, elevação da competitividade econômica, melhoria significativa da qualidade de vida da população, redução importante das pressões antrópicas, redução da pobreza e desconcentração econômico-regional apesar do crescimento da economia, graças aos avanços tecnológicos (Cenário A do Brasil). Com este cenário nacional, o futuro de Mato Grosso tem maior consistência com um contexto mundial de alto crescimento, abertura de mercados e desconcentração econômica mundial (Cenário A mundial).

O Cenário B, ao contrário, é o resultado da combinação de “Moderado investimento em infraestrutura e logística com participação tímida do setor privado”, “Postura passiva e dependente do empresariado mato-grossense”, “Gestão ambiental com moderada efetividade”, “Limitada regularização fundiária e persistência da concentração de terras”, “Manutenção das limitações gerenciais do Governo com perda de eficiência e efetividade”, e “Política social que combina medidas compensatórias e estruturantes”.

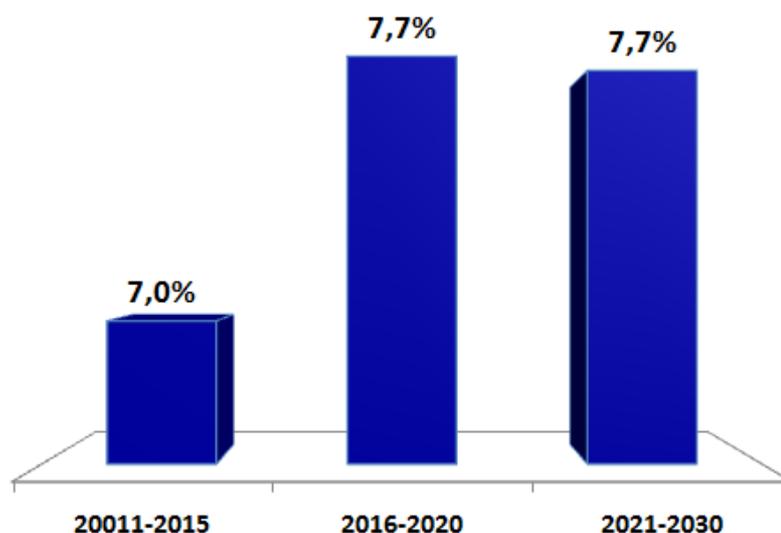
Esta combinação interna de Mato Grosso tem grande consistência com o cenário do Brasil definido por crescimento econômico modesto numa disputa competitiva difícil com grandes potências e países emergentes, ao conviver com a persistência da violência urbana e a concentração regional, assim como, o declínio lento da pobreza e das desigualdades sociais.

Cenário A – Mato Grosso sustentável

Filosofia do Cenário: Mato Grosso registra um crescimento econômico alto e sustentável com conservação ambiental, estrutura produtiva diversificada e cadeias produtivas com agregação de valor, melhoria da qualidade de vida e desconcentração regional.

O estado de Mato Grosso evoluiria, nos próximos 20 anos, com alto dinamismo econômico cuja taxa de crescimento alcançaria a média de 7,53% ao ano. Isso provocaria uma elevação do PIB de R\$ 53,02 bilhões em 2008 para R\$ 261,30 bilhões em 2030 (em R\$, 2008). Para que tal crescimento aconteça a taxa de investimento (FBCF) deve situar-se em torno de 21,1% nos próximos 20 anos, ou seja, acima dos 19,2% verificados entre 2004 e 2008. Nessas condições a economia mato-grossense deveria ampliar, significativamente, a sua participação na economia nacional e passar de 1,75% em 2008 para 2,63% em 2030.

Gráfico 26 - Taxas médias de crescimento real do produto interno de Mato Grosso (Cenário A)



Fonte: Multivisão.

Esse dinamismo irradiaria-se para a sociedade como melhoria da qualidade de vida e redução das desigualdades, ao mesmo tempo em que moderaria as pressões antrópicas sobre os ecossistemas mato-grossenses. Mato Grosso apresentaria uma forte integração à economia nacional, articulação física e comercial com os países

da América Latina e uma presença ativa nos mercados globais com diversidade da pauta de exportação.

O desempenho da realidade mato-grossense seria o resultado da combinação de políticas ousadas e efetivas do Governo do Estado com investimentos elevados nas áreas econômica e social e com medidas firmes de regulações ambiental e fundiária e, também, da postura proativa e inovadora do empresariado mato-grossense.

Nesse cenário, o impacto dessas medidas seria potencializado pela reforma e modernização da estrutura gerencial do Estado que aumentaria a sua eficiência e efetividade ao introduzir a gestão por resultado e uma equilibrada gestão fiscal com desoneração em longo prazo, da carga tributária com redução de despesas e ampliação dos investimentos como mostram os indicadores (Tabela 6).

Tabela 6 - Indicadores de finanças públicas – cenário de referência (A)

Indicadores	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2020	2031
Receita tributária (milhões R\$ correntes)	3.404,9	5.738,8	6.471,4	7.243,4	8.086,1	9.023,9	10.112,3	17.793,8	55.990,9
Em % do PIB	9,1	8,8	8,7	8,7	8,6	8,5	8,4	8,0	7,2
Despesas de custeio (milhões R\$ correntes)	2.173,6	4.621,6	5.204,3	5.816,4	6.483,5	7.224,6	8.083,7	14.112,0	42.210,2
Em % do PIB	5,8	6,8	6,8	6,7	6,7	6,6	6,6	6,3	5,8
Investimentos (milhões R\$ correntes)	605,2	1.803,2	1.852,9	1.869,4	1.855,8	1.810,0	1.732,2	3.927,7	17.125,5
Em % do PIB	1,6	2,7	2,4	2,2	1,9	1,7	1,4	1,8	2,4

Fonte: STN; 2010. Projeções da Multivisão para o período de 2011 a 2031.

Mato Grosso se coincidir com condições exógenas favoráveis, mundiais e nacionais, viveria um ciclo virtuoso de crescimento econômico, melhoria da qualidade de vida e avanços na conservação ambiental.

Alto investimento em infraestrutura e logística combinados com recursos públicos e ampla participação do setor privado através das Parcerias Público Privada (PPPs), nos próximos vinte anos, reduzirão drasticamente os estrangulamentos. Entre estes investimentos incluem-se as obras que propiciam as condições para os jogos da Copa do Mundo de Futebol no Estado e beneficiarão o espaço urbano da região de Cuiabá, principalmente, o núcleo da rede de cidades do Estado. Além desses

investimentos direcionados à melhoria da infraestrutura urbana para a copa de 2014, o estado de Mato Grosso deverá também atrair, ao longo dos próximos 20 anos, volumes expressivos de recursos para ampliação da infraestrutura, sobretudo em transportes e energia e, desse modo, eliminar de vez os gargalos que, há décadas, vêm minando a competitividade do setor agropecuário. Esses investimentos devem fazer avançar os principais indicadores como mostrado na tabela 7.

Tabela 7 - Indicadores de infraestrutura – cenário de referência (A)

Indicadores de infraestrutura	Unidade de medida	Cenário de referência (A)				
		2005	2010	2015	2020	2031
Custo médio de transporte	R\$/km	152,23	170,10	153,09	144,59	136,08
Capacidade de armazenagem	toneladas	-	47,0%	55,0%	65,0%	76,0%
Participação das fontes de produção de energia renovável na matriz energética do Estado	percentual	34,20%	47,4%	55,1%	62,8%	70,6%

Fonte¹¹: Elaboração Seplan/Multivisão, 2011.

A combinação desses investimentos com a da qualidade da educação e a ampliação do sistema de ciência e tecnologia farão com que, nos próximos anos, Mato Grosso experimente o fortalecimento da competitividade sistêmica do Estado nos contextos nacional e mundial.

Essa combinação interna em Mato Grosso tende a ser mais consistente com o cenário mundial de crescimento equilibrado e dinamização do comércio mundial (Cenário A) e o cenário do Brasil de crescimento alto, estabilidade e alta competitividade econômica e ambiente microeconômico favorável, redução das desigualdades sociais e regionais (Cenário A) que contribuirão para o melhor desempenho futuro do Estado. Caso contrário, Mato Grosso teria que se mover nos ambientes definidos pelos cenários B do Brasil e do mundo, teria que enfrentar restrições e dificuldades que, como consequência, reduziram o ritmo e a intensidade do dinamismo e dos avanços sociais e regionais do Estado, ao contrário do que ocorreria no cenário A.

¹¹ Os dados foram obtidos em diversas fontes: SICME/MT, IMEA/MT, IBGE, 2011.
Cenários Alternativos de Mato Grosso: 2011- 2031

O aumento dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, possibilita crescente melhoria da competitividade e da produtividade da economia mato-grossense e colocaria o Estado, em 2030, entre os 8 (oito) primeiros do Brasil. O Estado ocupou, em 2010, a 17ª posição. Assim, o nível tecnológico de Mato Grosso acompanharia as inovações, no plano nacional e mesmo no internacional, favorecido também pela postura inovadora do empresariado com a integração global. A economia de Mato Grosso registraria um movimento amplo de inovação e disseminação tecnológica tanto no agronegócio quanto nas pequenas e médias propriedades rurais e familiares.

Orientadas pela gestão ambiental efetiva, como definida na hipótese, as pesquisas e as inovações tecnológicas introduziriam processos produtivos de baixo impacto antrópico, assim como, adaptações que preparariam o Estado para suportar melhor os efeitos das mudanças climáticas. A gestão ambiental exerceria um papel de indutor da mudança do padrão tecnológico e produtivo que favoreceria a sustentabilidade das atividades econômicas.

Ao mesmo tempo, a implantação de uma ampla regularização fundiária estimularia a desconcentração da terra e promoveria a titulação das propriedades no Estado com estímulos para os investimentos produtivos na agropecuária e redução das tensões e conflitos pela terra em Mato Grosso.

Este conjunto de fatores: competitividade, inovação tecnológica, e regularização fundiária estimularia os investimentos produtivos e, portanto, a dinamização da economia de Mato Grosso para os próximos dez anos e em patamares superiores à média nacional. Mato Grosso cresce 7,53% ao ano em comparação a 5,5% do Brasil. Haveria geração de emprego, elevação da renda *per capita* que avançaria de R\$ 18 mil em 2008 para R\$ 72,00 mil em 2030. Mesmo se mantiver a relação receita pública/PIB em ligeiro declínio de 15,3%, em 2008 para 13,19% em 2030 (comparado aos 9,36% de Santa Catarina em 2008) a arrecadação do Governo de Mato Grosso aceleraria e acompanharia o elevado ritmo de crescimento da economia ao passar de R\$ 8,1 bilhões em 2008 para pouco mais de R\$ 88,6 bilhões em 2030 (a preços correntes).

A receita tributária média anual, em um ambiente de forte crescimento econômico e desoneração fiscal, poderia alcançar a marca de R\$ 19,3 bilhões de reais (correntes) enquanto que os investimentos poderiam crescer de R\$ 888 milhões para mais de R\$ 7,2 bilhões em 2030 o que denota uma média anual de R\$ 1,6 bilhões. Em valores *per capita*, os investimentos dariam um salto espetacular de R\$ 197 reais em 2008 para R\$ 1.979 reais em 2030, ou seja, um crescimento de mais de 1000% no período.

A ampliação dos recursos públicos e com base em concepção política que acompanhe o direcionamento nacional o Governo de Mato Grosso implementaria, nas próximas décadas, arrojadas políticas e investimentos altos na área social, mesmo que mantivesse medidas e projetos compensatórios para enfrentar emergências. Os projetos seriam direcionados para ações estruturantes de mudança e com foco na educação. A capacidade de investimento público complementar-se-ia com o aumento da eficiência e da eficácia na gestão dos recursos que garantiriam melhor desempenho das políticas e iniciativas governamentais.

Junto com a qualificação profissional, que precisa merecer atenção especial, a educação representaria uma grande contribuição para a competitividade da economia e, ao mesmo tempo, para a redução das desigualdades de oportunidades sociais no Estado. A integração das iniciativas seria uma marca dos investimentos e projetos sociais, principalmente no que se refere à segurança pública, cujos resultados dependem de um leque amplo e complementar de iniciativas sociais. Este ambiente de forte dinamismo econômico com amplos investimentos sociais levaria a um avanço significativo dos indicadores de educação nos próximos 20 anos como mostra o quadro a seguir.

Tabela 8 - Indicadores educacionais – cenário de referência (A)

Indicadores	Unidade de medida	Cenário de referência (A)					
		2005	2009	2010	2015	2020	2031
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos anos iniciais do ensino fundamental	escala de 0 a 10	3,6	4,9	-	5,2	5,4	5,9
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos anos finais do ensino fundamental	escala de 0 a 10	3,1	3,3	-	4,6	4,90	5,40
Percentual de alunos com aprendizado adequado em língua portuguesa nos 8 ^o /9 ^o anos	percentual	12,10%	23,90%	-	40,70%	64,30%	87,90%
Percentual de alunos com aprendizado adequado em matemática nos 8 ^o /9 ^o anos	percentual	6,20%	12,70%	-	33,70%	63,50%	93,30%
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no ensino médio	escala de 0 a 10	3,1	3,2	-	4,30	5,20	5,70
Percentual de alunos com aprendizado adequado em língua portuguesa na 3 ^a série do ensino médio	percentual	21,40%	21%	-	47,20%	68,40%	89,60%
Percentual de alunos com aprendizado adequado em matemática na 3 ^a série do ensino médio	percentual	8,90%	6%	-	36,00%	68,40%	100,00%
Percentual da população de 4 a 17 anos na escola	percentual	86,50%	89,70%	-	94,85%	100,00%	100,00%
Taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais de idade	percentual	9,7%	10,2%	8,5%	6,0%	3,0%	2,5%
Taxa de analfabetismo funcional da população com 15 anos ou mais de idade	percentual	23,9%	22,0%	-	15,0%	11,0%	4,0%
Taxa de atendimento da população de 18 a 24 anos no ensino superior	percentual	12,0	18,0%	-	27%	34%	36%
Percentual de pessoas de 15 anos ou mais com formação completa em nível fundamental de ensino	percentual	46,7%	54,2%	-	60%	65%	70%
Percentual de pessoas de 18 anos ou mais com formação completa em nível médio de ensino	percentual	29,0%	36,3%	-	50%	55%	70%

Fonte¹²: Elaborados pela Seplan/Multivisão, 2011

A combinação de alta competitividade com postura proativa e inovadora do empresariado propiciaria uma ampla diversificação produtiva, com o crescimento do turismo, dos serviços ambientais, da mineração e da geração de energias alternativas. Por outro lado, estimularia também o adensamento das cadeias produtivas do setor primário, particularmente com o beneficiamento dos produtos da agropecuária, agregaria valores à economia estadual, e, em menor medida, o adensamento das cadeias produtivas com a produção estadual de insumos e matérias-primas para a indústria e agropecuária mato-grossense. Nessas condições a participação do setor agropecuário, em % do PIB, deveria apresentar uma queda de 28,9% para 14,4% entre 2008 e 2030, enquanto que os setores da indústria e de serviços aumentariam a estrutura produtiva, neste caso a indústria avançaria de 16,0% para 24,5%, e o setor de serviços de 55,1% para 59,1% nos próximos 20

¹² Os dados foram obtidos em diferentes fontes: MEC/SAEB, 2009; Todos pela Educação, 2009 e IBGE/PNAD, 2009

anos. Registra-se que o segmento de transformação, o que mais cresce em estrutura dentro do setor industrial, passaria de 8,0% em 2008 para 18,0% em 2030, como resultado da estratégia de adensamento das cadeias produtivas com agregação de valor aos produtos primários.

Esta alteração da estrutura produtiva do Estado deveria refletir-se também na moderada mudança da pauta de exportação de Mato Grosso, embora o agronegócio continuasse a ser a principal atividade de exportação. Haveria o início de um movimento de exportação de bens industriais, especialmente nos ramos de alimentação, de modo a elevar a participação dos bens manufaturados no valor das exportações de 11,8% em 2008 para 17,6% em 2030.

Apesar do alto crescimento da economia, as pressões antrópicas tenderiam a ser moderadas pela introdução de novas tecnologias e processos e, mesmo, pela mudança da estrutura produtiva, decorrente da diversificação e do adensamento das cadeias produtivas. Mais do que isso, seriam implementados projetos públicos e privados para recuperação de áreas degradadas com aproveitamento sustentável dos recursos vegetais e florestais e da biodiversidade. Neste caso, estima-se uma melhoria significativa nos indicadores de degradação do meio ambiente mato-grossense com destaque, dentre outros, da redução dos focos de calor de 27 mil (2007/2008) para pouco mais de 3 mil em 2030. O mesmo aconteceria com a taxa de desmatamento que cairia de 828 Km¹³, em 2008 para pouco mais de 103 Km² em 2030.

Melhora, nos próximos vinte anos, de forma significativa a qualidade de vida da população de Mato Grosso como resultado do efeito combinado da ampliação da renda e do emprego que influenciaria na elevação dos salários ao acompanhar a produtividade, e também, as políticas sociais que alocariam grande volume de recursos no saneamento, na educação, na qualificação profissional, na segurança pública e na saúde. Todos os indicadores sociais registrariam elevação acima dos patamares médios da região Centro-Oeste e se aproximariam dos verificados nos estados mais desenvolvidos como mostra a evolução dos indicadores selecionados (Tabela 9).

¹³ Conforme relatório PRODES 2007/2008
Cenários Alternativos de Mato Grosso: 2011- 2031

Tabela 9 - Indicadores sociais selecionados – cenário de referência (A)

Indicadores	Unidade de medida	Cenário de referência (A)					
		2005	2009	2010	2015	2020	2031
Taxa de mortalidade infantil	óbitos/mil nascidos vivos	17,7	-	15,1	12,3	-	9,0
Taxa de prevalência de obesidade	porcentagem	nd	-	nd	reduzir 4%	-	reduzir 15%
Taxa de prevalência de tabagismo	porcentagem	nd	-	nd	reduzir 4%	-	reduzir 20%
Percentual da população em situação de pobreza	percentual da população em situação de pobreza	21,0%	12,4%	-	7,4%	5,2%	3,0%
Percentual da população em situação em extrema pobreza	percentual da população em situação em extrema pobreza	5,6%	4,3%	-	0,0%	0,0%	0,0%
Índice de Gini	escala de 0 a 1	0,5202	0,5011	-	0,4722	0,4361	0,4000
Índice L de Theil	escala de 0 a 1	0,5323	0,5134	0,513	0,500	0,4625	0,425
Percentual de pessoas que sentem-se seguras na cidade	percentual	nd	nd	52,90	56,0	60,0	65,0
Taxa de homicídios	número de homicídios/100.000 habitantes	20,1	29,5	28,5	26,0	19,0	10,0
Taxa de registro de roubos	número de roubos/100.000 habitantes	424,6	461,3	450,0	409,0	318,0	248,0
Taxa de registro de furtos	número de furtos/100.000 habitantes	1.389,0	1.442,1	1.327,0	1.180,0	918,0	714,0
Desigualdade inter-regional de Gini	escala de 0 a 10	0,46990	0,45010	0,443	0,407	0,408	0,300
Desigualdade inter-regional de Theil	escala de 0 a 10	0,39980	0,36910	0,3591	0,309	0,260	0,160
Número de cidades com nível de influência regional na rede urbana brasileira	percentual	nd	nd	28,0	35,0	42,0	56,0
Percentual de moradores em domicílios particulares permanentes ligados à rede coletora de esgoto sanitário ou com fossas sépticas.	percentual	44,48%	28,65%	34,84%	44,0%	69,0%	94,0%
Percentual de moradores em domicílios particulares permanentes com canalização interna e ligados à rede geral de abastecimento de água.	percentual	64,40%	73,41%	74,24%	92,6%	95,1%	97,6%

Fonte¹⁴: Elaborados pela Seplan/Multivisão, 2011

O estado de Mato Grosso mostraria, no período do cenário, uma redução significativa das taxas de violência e insegurança da sociedade, em ritmo mais acelerado que o do Brasil, embora ainda se mantivesse o tráfico internacional de drogas e armas nas fronteiras.

A distribuição da economia e da população no território mato-grossense tenderia a uma importante desconcentração regional, com dinamismo diferenciado das regiões de menor base econômica, ao mesmo tempo em que reduziriam também as

¹⁴ Os dados foram obtidos em diferentes fontes: MS/SIM/SINASC (direto) e IBGE/DPE/COPIS (indireto); MS/SISVAN; MS/SI-IPERDIA/USP. IPEA, 2009; IBGE/PNAD, 2009 e SESP, 2010.

diferenças nos indicadores sociais das regiões do Estado. As regiões de Cuiabá, Rondonópolis e Barra do Garças continuariam a ter peso importante na distribuição econômica e demográfica, mas perderiam posição relativa pela desconcentração e formação de novos polos de dinamismo regional. Por outro lado, consolidar-se-ia a rede de cidades do Estado que integram o território e a distribuição de serviços urbanos. Várias outras regiões se fortaleceriam como centros emergentes: Sinop, Tangará da Serra e Sorriso e se projetariam como centros regionais de serviços a redefinir o movimento de pessoas em Mato Grosso.

Cenário B – Mato Grosso em crescimento moderado

Filosofia do Cenário: Mato Grosso registra um ritmo de crescimento econômico moderado com persistência de degradação ambiental, estrutura produtiva levemente alterada, com baixa agregação de valor, nível moderado de qualidade de vida e concentração econômica regional.

Ao longo das próximas duas décadas, o estado de Mato Grosso continuaria com crescimento econômico acima da média nacional, mas em patamares moderados (4,8% contra 3,4% entre 2010 e 2030), com limitada irradiação para a sociedade e a qualidade de vida. De qualquer forma, a qualidade de vida da população mato-grossense continuariam melhorando de forma lenta, mas persistente e acompanharia o crescimento de renda e de emprego, e com expansão demográfica reduzida. As desigualdades sociais continuariam moderadas e as pressões antrópicas manteriam, mesmo que, diante de taxas moderadas de crescimento econômico. Nessas condições, os indicadores sociais de qualidade de vida avançariam lentamente e manteriam o estado de Mato Grosso ainda muito atrás dos estados mais desenvolvidas do Brasil. O quadro a seguir apresenta um conjunto de indicadores selecionados cujas trajetórias refletem o ambiente de baixo dinamismo deste cenário.

A economia de Mato Grosso consolidaria sua integração com a economia brasileira e iria manter sua posição de grande exportador de *commodities*. Em nível latino-americano, Mato Grosso iniciaria uma leve articulação econômica com os países vizinhos, na medida em que a integração física avançaria muito lentamente.

Este cenário decorreria do efeito combinado de moderado investimento em infraestrutura e limitadas políticas social e ambiental, baixa efetividade das ações públicas de gestão e regularização, com a persistência de uma postura passiva e dependente do empresariado mato-grossense. O alcance modesto destas políticas decorreria também da limitada eficiência e efetividade dos governos e o peso de medidas compensatórias que não enfrentariam a estrutura dos principais estrangulamentos.

Esta combinação interna em Mato Grosso tenderia a ser mais consistente com o cenário mundial de crescimento baixo e instável com retração do comércio e lenta desconcentração econômica (Cenário B) e o cenário do Brasil de crescimento médio, com moderada competitividade, ambiente microeconômico restritivo, persistência de violência, concentração regional e degradação ambiental (Cenário B), que comprometeriam o desempenho futuro do Estado. Caso contrário, Mato Grosso teria que mover-se no ambiente definido pelo cenário A do Brasil e do mundo, tenderia a ser beneficiado com ampliação do crescimento, redução das desigualdades sociais e regionais e das pressões antrópicas mesmo na ausência de iniciativas ousadas dos governos e dos empresários mato-grossenses.

Os investimentos em infraestrutura e logística seriam apenas moderados, tanto pela limitada capacidade de investimento público quanto pela dificuldade de envolvimento do setor privado por meio das Parceria Público Privada (PPP). Desta forma, fortes estrangulamentos na infraestrutura do Estado tenderiam a persistir no futuro, principalmente, no sistema rodoferroviário de carga e na armazenagem. No espaço urbano, entorno de Cuiabá, seriam implantados os projetos preparatórios da Copa do Mundo de Futebol que melhorariam a mobilidade na cidade.

A tabela 10 apresenta alguns dos indicadores de infraestrutura selecionados, cujas trajetórias de evolução refletem o ambiente de baixo dinamismo econômico que caracteriza o cenário “Mato Grosso em crescimento moderado”.

Tabela 10 - Indicadores selecionados de infraestrutura – cenário (B)

Indicadores de infraestrutura	Unidade de medida	Cenário de referência (B)				
		2005	2010	2015	2020	2031
Custo médio de transporte	R\$/km	152,23	170,10	165,00	160,00	155,00
Capacidade de armazenagem	toneladas	-	47,0%	50,0%	55,0%	60,0%
Participação das fontes de produção de energia renovável na matriz energética do Estado	percentual	34,2%	47,4%	50,0%	55,0%	60,0%

Fonte¹⁵: Elaboração Seplan/Multivisão, 2011.

Investimentos moderados na melhoria da qualidade da educação e na ampliação do sistema de ciência e tecnologia, nos próximos anos, manteriam algumas restrições à competitiva sistêmica do Estado no contexto nacional e mundial. Mesmo assim, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico permitiriam, ainda, manter o nível elevado da produtividade da agropecuária mato-grossense. Apenas neste terreno, Mato Grosso conseguiria acompanhar as inovações, no plano nacional e mesmo internacional, até mesmo porque o empresariado, de um modo geral, manteria uma postura dependente e conservadora. A inovação e a disseminação tecnológicas ficariam restritas aos grandes empreendimentos agropecuários com maior capacidade de investimento e acesso a novas tecnologias.

A gestão ambiental teria baixa efetividade como indutora de mudança tecnológica para a sustentabilidade das atividades econômicas. Dessa forma, seria limitada a introdução de processos produtivos de baixo impacto antrópico, assim como, adaptações que preparariam o Estado para os efeitos das mudanças climáticas.

Por outro lado, o Governo enfrentaria dificuldades para a regularização fundiária no Estado, implementada apenas parcialmente, com leve desconcentração da terra e incompleta titulação das propriedades no Estado que criaria dificuldades para os investimentos produtivos na agropecuária, para a redução das tensões e conflitos pela terra no Estado.

¹⁵ Os dados foram obtidos em diversas fontes: SICME/MT, IMEA/MT, IBGE, 2011.

A combinação de moderada competitividade e inovação tecnológica com incompleta regularização fundiária funcionaria como inibidor dos investimentos produtivos e levaria a economia de Mato Grosso a um moderado ciclo de crescimento econômico nos próximos 20 anos (média de 4,4% ao ano). Mesmo assim, como o Brasil também registra crescimento moderado, a economia de Mato Grosso cresceria em patamares superiores à média nacional que ampliaria sua participação no PIB brasileiro. Passaria de 1,75% em 2008 para 2,3% em 2030. Ocorreria elevação de emprego, a renda *per capita* cresceria de forma moderada e alcançaria a marca de R\$ 37 mil reais em 2030 (quadro acima). Tenderia a ocorrer o mesmo com a receita corrente do Governo, mas com leve declínio da relação entre a receita pública e o PIB.

O aumento da capacidade de investimento do Governo seria modesto e reduziria o volume de recursos e a abrangência das políticas públicas. Por outro lado, as orientações das políticas sociais, consistentes com as do Governo Federal, interfeririam com medidas e projetos compensatórios para enfrentar as emergências, com ações estruturantes de mudança focadas na educação. A limitação de recursos e a força dos problemas emergenciais e das pressões imediatistas completariam o quadro com uma limitada capacidade de investimento público com eficiência e eficácia reduzidas na gestão dos recursos que dificultariam o desempenho das políticas e iniciativas governamentais. De qualquer forma, o Governo conseguiria um moderado nível de integração das iniciativas e políticas voltadas para a área social que melhorariam os resultados pela sinergia e complementaridade.

A lenta melhora da educação e da qualificação profissional, resultado da abrangência e orientação de prioridades, representaria uma modesta contribuição para a competitividade da economia e, ao mesmo tempo, para a redução das desigualdades de oportunidades sociais no Estado.

Com base nas alternativas mencionadas acima, principalmente no que se refere à competitividade e à postura dependente e conservadora do empresariado, a economia de Mato Grosso, nos próximos 20 anos, não registraria diversificação produtiva relevante, apenas parcial expansão do turismo, da mineração e dos serviços ambientais. Da mesma forma, o adensamento das cadeias produtivas do setor primário tenderia a ser modesto, com limitado beneficiamento dos produtos da

agropecuária e com baixa agregação de valor à economia. O essencial da estrutura produtiva, com destaque para a agropecuária, manter-se-ia elevado com 25,3% em 2030. Haveria leve elevação da participação da indústria no PIB do Estado, cresceria para 10,3% em 2030. Como resultado, ainda persistiria uma modesta agregação de valor dos produtos primários do Estado, o que iria refletir também na pauta de exportação por não apresentar mudança relevante no período. Os produtos industrializados representariam apenas 10% da pauta em 2030.

O meio ambiente e os ecossistemas de Mato Grosso ainda sofreriam pressões antrópicas no futuro, embora com intensidade moderada pelo resultado de políticas com limitada eficácia em uma economia com taxas médias de crescimento do PIB, e também, devido a natureza das atividades econômicas dominantes, assim como, o padrão tecnológico que ainda se caracterizaria por altas pressões sobre os ecossistemas que provocam degradação ambiental.

A qualidade de vida da população de Mato Grosso seguiria um movimento quase inercial de melhoria, nas próximas décadas, como mostrado no quadro acima e apenas acompanharia o avanço dos indicadores sociais médios do Brasil. O crescimento moderado da economia e a limitada capacidade de investimento público, devido à persistência de dificuldades gerenciais, reduziram a abrangência e o alcance das políticas e dos investimentos sociais no Estado. Os indicadores sociais do Estado continuariam a melhorar, de forma lenta e gradual, principalmente nas áreas que apresentam pior qualidade: saneamento e violência. A continuidade do tráfico internacional de drogas e de armas nas fronteiras continuaria a interferir nos modestos resultados de redução da insegurança pública no Estado.

Mato Grosso persistiria com uma concentração da economia e da população na região de Cuiabá e Rondonópolis, embora se distribuam nas áreas dinâmicas do norte alguns polos de peso econômico. Por outro lado, a rede de cidades padeceria com desequilíbrios na estruturação do território e na oferta de serviços urbanos, resultantes de estrangulamentos na infraestrutura de transporte e na distribuição dos centros de serviços urbanos. Alguns novos centros urbanos emergiriam no norte do Estado, mas não formariam uma rede integrada e hierarquizada de serviços urbanos.

3.5 Comparação dos cenários de Mato Grosso

Os dois cenários são igualmente plausíveis, na medida em que as hipóteses, mesmo polarizadas indiquem possibilidades reais de ocorrência no futuro. Por outro lado, entre os dois polos de combinação que dão origem aos cenários muitas nuances possam ocorrer, inclusive a combinação de aspectos positivos e negativos (elementos da combinação A com elementos da B) e que dão origem a múltiplas combinações.

Para efeito de comparação dos movimentos futuros dos dois cenários, com espaços possíveis entre eles, apresentam-se a seguir 02 (dois) quadros-sínteses. O primeiro com a evolução futura projetada de alguns indicadores macroeconômicos selecionados e o segundo com a evolução futura projetada dos indicadores sociais.

Tabela 11 - Síntese comparativa dos indicadores para os cenários de Mato Grosso

INDICADORES SELECIONADOS	HISTÓRICO	PROJEÇÕES PARA O CENÁRIO A			PROJEÇÕES PARA O CENÁRIO B		
	2010	2015	2020	2031	2015	2020	2031
População (milhões de habitantes)	3,035	3,233	3,392	3,627	3,233	3,392	3,627
Taxa anual de crescimento demográfico	1,82%	2,02%	2,21%	2,60%	1,13%	0,96%	0,67%
População de Mato Grosso em % da população do Brasil	1,48%	1,61%	1,63%	1,65%	1,61%	1,63%	1,65%
PIB de Mato Grosso (milhões R\$ correntes)	67.208	119.258	212.481	671.306	105.603	162.871	384.012
PIB de Mato Grosso em % do PIB do Brasil	1,82%	2,02%	2,21%	2,60%	1,92%	2,05%	2,30%
PIB de Mato Grosso em % do PIB do Centro-Oeste	18,50%	17,29%	15,72%	12,52%	16,43%	14,67%	11,45%
Varição anual nominal do PIB de Mato Grosso (%)	17,96%	12,27%	12,24%	12,19%	9,1%	9,1%	9,0%
Varição anual real do PIB de Mato Grosso (%)	12,01%	7,77%	7,74%	7,69%	4,85%	4,80%	4,71%
Deflator do PIB	8,27%	8,05%	8,05%	8,16%	8,05%	8,05%	8,16%
PIB de Mato Grosso (milhões R\$ de 2008)	61.258	85.770	124.543	261.297	76.419	96.615	153.021
PIB <i>per capita</i> (R\$ correntes)	20.183	26.526	36.718	72.042	23.634	28.485	42.189
PIB <i>per capita</i> de Mato Grosso em % do PIB <i>per capita</i> do Brasil	3,28%	3,12%	3,01%	2,86%	3,15%	3,12%	3,13%
Consumo do governo (% PIB)	15,73%	14,13%	13,81%	12,86%	15,70%	15,70%	15,73%
Consumo privado (% PIB)	41,04%	44,63%	47,63%	52,74%	40,43%	42,58%	46,10%
Total dos produtos básicos nas exportações de Mato Grosso (%)	91,20%	88,99%	86,79%	90,70%	90,70%	90,20%	89,20%
Total dos produtos industrializados nas exportações de Mato Grosso (%)	8,80%	11,01%	13,21%	17,61%	9,30%	9,80%	10,80%
Carga tributária (% PIB)	8,82%	8,41%	8,00%	7,18%	8,62%	8,62%	8,62%
Despesa total (% PIB)	15,78%	14,43%	13,76%	11,96%	15,70%	15,70%	15,73%
Superávit (+)/déficit (-) (% PIB)	-0,76%	-0,26%	0,24%	1,24%	-0,10%	-0,11%	-0,13%

Fonte¹⁶: Elaboração Multivisão, 2011

¹⁶ Os dados foram obtidos em diferentes fontes: IBGE/Contas Regionais 2010, Censo Demográfico, 2010 e PNAD, 2010).

A tabela 11 mostra que o cenário A é, em todos os aspectos, de um dinamismo muito superior ao B e, portanto, mais desejável para Mato Grosso com resultados positivos nos principais indicadores macroeconômicos. Embora parta de hipóteses de um contexto externo favorável, sobre o qual os atores sociais de Mato Grosso não têm controle, este cenário sinaliza para dois fatores fundamentais:

- a. políticas e investimentos públicos do Governo Estadual para ampliar os recursos, focar as ações em fatores estruturadores de mudança e implementar o sistema de regulação ambiental e territorial.
- b. postura proativa e inovadora do empresariado na orientação dos investimentos em parceria com o Governo e com empresários internacionais que ao introduzirem inovações tecnológicas aproveitariam as oportunidades nos elos das cadeias produtivas.

Deste ponto de vista, o cenário A de Mato Grosso seria a base para o futuro desejado pela sociedade, no que se refere ao desempenho socioeconômico e ambiental do Estado. Em todo caso, deve ser lembrado que o sucesso pleno deste cenário depende de processos e condicionantes externas ao Estado que decorreriam dos cenários mundiais e nacionais.

Analogicamente, as dinâmicas de cada cenário com estratégias e investimentos diferenciados para a melhoria da qualidade de vida da população levam os indicadores sociais a trajetórias significativamente diferentes, de tal forma que, nas condições do cenário “A” o estado de Mato Grosso não só eliminaria o atraso em relação à boa parte dos estados brasileiros já desenvolvidos, como também se igualaria aos mesmos até o final do período, como mostra o quadro a seguir. Nas condições do cenário B, todavia, a situação de atraso tenderia a agravar-se com o aprofundamento do quadro social do Estado.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA NACIONAL DE CIÊNCIAS DOS ESTADOS UNIDOS. **2050: mais de 1 bilhão sem água**. In: Revista Cidadania&Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Câmara&Cultura, ano VI, n. 32, 2011.

ALCANO, Joseph et al. **Global change and global scenarios of water use and availability: an application of Water GAP1.0**. Center for Environmental Systems Germany: Research (CESR)/University of Kassel, 1997.

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Atlas de Energia Elétrica no Brasil**. Brasília: ANEEL, parte 1, 2010.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Economia e finanças: Selic-mercado de títulos públicos**. Brasília, 2011. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/>>. Acesso 28 nov. 2011.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Indicadores nacionais de ciência e tecnologia**. Brasília: MCT, 2010. Disponível em <<http://www.mct.gov.br/>>. Acesso 17 mai. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira. **Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)**, 2009. Disponível em <<http://www.inep.gov.br/>>. Acesso 28 jun. 2011.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). **Anuário Mineral Brasileiro**. Brasília: MME, 2010. Disponível em <<http://www.mme.gov.br/>>. Acesso 20 mai. 2011

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). **Economia Mineral do Brasil**. Brasília: MME, 2009. Disponível em <<http://www.dnpm.gov.br/>>. Acesso 24 nov. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). **Estatísticas de comércio exterior**. Brasília: MDIC, 2010. Disponível em <<http://www.desenvolvimento.gov.br/>>. Acesso em 03 jan. 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado: Conservação e Desenvolvimento**. Brasília: MMA, 2010. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/>>. Acesso 17 mai. 2011.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Brasília: MP, 2011. Disponível em [HTTP://www.planejamento.gov.br/](http://www.planejamento.gov.br/). Acesso em 03 nov.2011.

BRASIL. Presidência da República. **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado: Conservação e Desenvolvimento**. Brasília, 2010.

BROWN, Lester. Escassez de água contribui para déficitna colheita mundial de grãos. EPI-Earth Policy Institute/UMA-Universidade Livre da Mata Atlântica, 2009. Disponível em <<http://www.wwiuma.org.br/>>. Acesso 28 nov. 2011.

CNI. Confederação Nacional da Indústria. **Negociações internacionais sobre mudanças climáticas**. Guia para a Indústria Brasileira. São Paulo: CNI, 2010. Disponível em <<http://www.cni.org.br/>>. Acesso 23 nov. 2011.

CNT. Confederação Nacional dos Transportes. **Pesquisa CNT de Rodovias (2004-2010)**. Brasília: SEST/SENAT, 2011. Disponível em<<http://www.cnt.org.br/>>. ACESSO em 20 nov. 2011.

DIAZ CÁNOVAS, Abelardo. **Demanda mundial por produtos orgânicos vem aumentando**. Brasília: EMBRAPA, 2003. Disponível em <<http://www.embrapa.br/>>. Acesso 17 nov. 2011.

FAO. Organização das Nações Unidas para Alimentação. **Oferta y la demanda de cereales**, 2010. Disponível em<<http://www.fao.org.br> />. ACESSO em 20 nov. 2011.

GODET, Michel. **Manuel de Prospective Stratégique**. Paris: Editorial Dunod, 1997.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. **Monitoramento do desmatamento no Bioma Cerrado (2002/2008)**. Dados revisados. Brasília: IBAMA, 2009. Disponível em<[http:// www.ibama.gov.br/](http://www.ibama.gov.br/)>. ACESSO em 15 nov. 2011.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. **Monitoramento dos Biomas Brasileiros. Bioma Pantanal**. Brasília: IBAMA, 2010 Disponível em<[http:// www.ibama.gov.br/](http://www.ibama.gov.br/)>. ACESSO em 15 nov. 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas Regionais 2004-2008**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Geografia do Brasil: Centro-Oeste**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, 1989.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapas Interativos. Mapas do diagnóstico ambiental da Amazônia Legal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em<<http://www.ibge.gov.br/>>. ACESSO em 22 nov. 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD)**, 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso 28 jun. 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1992/2009)** Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em<<http://www.ibge.gov.br/>>. ACESSO em 22 nov. 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Quantificação de áreas em hectares. Bioma.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/>>. ACESSO em 22 nov. 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Geografia do Brasil: Centro-Oeste.** Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, 1989.

IEA. International Energy Agency. **Estatistic & Balances.** Paris: AIE, 2011. Disponível em <<http://www.iea.org/>>. Acesso 17 mai. 2011.

IICA. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – **Demanda de alimentos depende da forma como evoluem alguns condicionantes (IICA-Proyecto: Potencial agroalimentario del MERCOSUR – primer informe parcial de avance – (mineo), 2001.**

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Estimativa de desmatamento da Amazônia no período 2009-2010.** In Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia. Disponível em <<http://www.inpe.gov.br/>>. ACESSO em 22 nov. 2011.

IPEA. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. **Desigualdade da renda no território brasileiro** Brasília: IPEA, 2010. (Comunicados da Presidência n. 60).

IPEA. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas.** Brasília: IPEA, 2010. (Comunicados da Presidência n. 38).

MATO GROSSO. INTERMAT. Instituto de Terras e Mato Grosso. **Projeto de Regularização Fundiária “Varredura”,** 2011. Disponível em <<http://www.intermat.mt.gov.br/>>. ACESSO em 22 nov. 2011.

MATO GROSSO. SEPLAN. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. **Mato Grosso em Números.** Cuiabá: SEPLAN, 2010.

MCRAE, Hamish. **O Mundo em 2020. Poder, cultura e prosperidade:** uma visão do futuro. São Paulo: Record, 1998.

MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE). **Índice de Competitividade Estadual**. Brasília: MBC, 2006 Disponível em <<http://www.fee.tche.br/>>. ACESSO em 15 nov. 2011.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. **Atlas do desenvolvimento humano**. Brasília: PNUD, 2003.

PURUSHOTHAMAN, Roopa e WILSON, Dominic. **Dreaming with BRICs: The Path to 2050**. Goldman Sachs.Global Economics, 2003. (Paper n. 99).

SÁ, Rogério de Oliveira et al. **Crise internacional e evolução recente da rotatividade no emprego no estado de Mato Grosso**. Cuiabá: SEPLAN, 2011. (Nota Técnica nº 01).

SÁ, Rogério de Oliveira et al. **Mapeamento e análise das cadeias produtivas de Mato Grosso**. Cuiabá: SEPLAN, 2011. (Nota Técnica nº 02).

SÁ, Rogério de Oliveira et al. **Mercado internacional e competitividade de Mato Grosso**. Cuiabá: SEPLAN, 2011. (Nota Técnica nº 03).

SÁ, Rogério de Oliveira. **Dinâmica da acumulação do capital no norte de Mato Grosso**: estudo relativo à indústria da madeira e da carne (1970 – 2007). Cuiabá: EdUFMT, 2011.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Números do Brasil**, 2009. Disponível em <http://www.todospelaeducacao.org.br>>. Acesso 28 jun. 2011.

VIEIRA, Edmar Augusto. **Estudo Retrospectivo da Educação**. Cuiabá: SEPLAN, 2011. (Nota Técnica).

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência: Os jovens no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari/MJ, 2011.

APÊNDICE

Apêndice 1 – Equipe de revisão do Plano de Longo Prazo de Mato Grosso

Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN)

Regiane Berchieli – Coordenação Geral

Luceni Grassi de Oliveira – Coordenação Técnica

Álvaro Lucas do Amaral

Antonio Abutakka

Ariana Guedes de Oliveira

Denize A. Rodrigues Amorim

Edmar Augusto Vieira

Edson da Costa Ribeiro

Ericnilson Lana

Fernandes Costa Oliveira

Gloria Maria Silva

Ivana Célia da Cruz Lobato

Jesuino Mateus Vianna Moraes

José Francisco Nunes

Luzia Ivo de Almeida Arima

Márcia Silva Pereira Rivera

Maria Auxiliadora M. Vasconcelos

Maria Stella Lopes O. Conselvam

Marize Bueno de Souza Soares

Nilson Antonio Batista

Nivanda França Araújo

Pamela de Carvalho Vieira

Paula Gonçalves Baicere

Paula Luciana da Silva

Rogério Oliveira e Sá

Tereza Neide Nunes Vasconcelos

Vice-Governadoria

Aldenice Bernardo Garcia

João Carlos de Souza Maia

Casa Civil

Edna Luiza A. Sampaio

Larissa Regina Almeida

Vinicius de Carvalho Araújo

Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP)

Abadio José da Cunha Junior

Alexandre Bustamante dos Santos

Ana Paula Villaça Lourenço

Anderson Aparecido dos Anjos Garcia

Antônio Mario da S. Ibanez Filho

Atila Wanderley da Silva

Clarindo Alves Castro

José Antonio Cavadas Filho
Júlio Cezar Rodrigues
Maika R. Galvão
Marcos Aurélio Veloso e Silva
Marcos Roberto Sovinski
Orcilon Claudino de Freitas
Patrícia de Cássia Valério Fachone
Pedro Alves Costa Filho
Roger Ramos Martini
Romeu Luiz dos Santos
Rozimeire S. Shimiza
Rubens Sadão Okada
Terezinha Fátima Jordão Silva
Valter Luis Razera
Wilkerson Felizardo Sandes
Zózima Dias dos Santos Sales
Zuilton Braz Marcelino

Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH)

Claúdia Carvalho
Genilto Nogueira
Gisele Gugel
José Antônio Gomes Chaves
Lenice Silva dos Santos
Marlete Clara Janone
Renata Cristina Pastro Pavan
Simone Cordeiro c. Guedes
Tereza A. de Rezende David
Vera Lúcia Pereira Araújo
Viviane da Costa Nunes

Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ)

Elenice Ribeiro Serafim da Silva
Jonil Vital de Souza
Laerte Santana
Nardele Pires Rotherbarth

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (SEDRAF)

Aldi Gomes
Edberto M. Lemes Pinto
Paulo Antonio da Costa Bilego
Paulo Ernesto Kwge
Rodrigo Furquim Rodrigues
Valquim Félix da Silva

Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia (SICME)

José do Carmo Ferraz

Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (SETAS)

Luciano Jóia

Maria Honorata Medeiros

Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo (SEDTUR)

Deocleciano Ferreira Vieira

Reinaldo Vaz Guimarães

Simone das Graças Pinto Lara

Secretaria de Estado de Educação (SEDUC)

Aidê Fátima de Campos

Allan Kardec Benitez

Ângela Maria dos Santos

Ema Marta Dunck Cintra

Félix Rondon Adugoenau

Gláucia Ribeiro

Marcos Amado Gonçalves da Silva

Maria Elisa Soares

Maria Luzenira Braz

Rui Leonardo

Vera Margareth Fabro

Secretaria de Estado de Administração (SAD)

Amauri Leite Paredes

Jane Sifuentes Machado

Maria Auxiliadora de Souza

Maria Tereza de Mello Vidatto

Secretaria de Estado de Saúde (SES)

Adelma Vargas

Alaide Ribeiro F. Vieira

Ana Atala Veggi Filha

Ana Conceição Calhao

Andressa Braun Novaczyk

Celma Lucia Rocha Alves Ferreira

Claudete de Souza Maria

Claudiane Corrêa da Costa

Dorvina de Figueiredo Costa Pereira

Edite Eunice de Souza

Glaúbia Rocha Barbosa Relvas

Hugna Mayre de Oliveira

Janaina Pauli

Jeane Galdino Medeiros

Juliano Silva Melo

Leonor Cristina Alves Pereira

Lourival B. Coenga

Lucinéia Soares da Silva

Mara Patrícia Ferreira da Penha

Marcionita José Curvo de Moraes

Maria Conceição da Encarnação Villa

Maria de Lurdes Queiroz
Marlene Kazuko Miyashita Romio
Martha Isabel Pereira Matos
Oberdan Ferreira Coutinho Lira
Patrícia Lopes Griggi Pedrosa
Paulo Sebastião da Silva
Paulo Roberto Araújo
Regina Paula De Oliveira Amorim Costa
Siriana Maria da Silva
Susilei Lourenço dos Santos
Tânia Rosário
Valeria C. Meneguini

Secretária de Estado de Meio Ambiente (SEMA)

Elaine Corsini
Elder Monteiro Antunes
Eliani Fachim
Felisberto de Carvalho
Hélida Bruno Nogueira Borges
Joel da Silva Oliveira
Leandro Maraschin
Livia Alice de Carvalho Mondin
Mauricio Monteiro Philipp
Nilma Taques
Patrícia Toledo Castilho
Solange F. O. Cruz
Valdinei Valério da Silva
Valmi Simão de Lima
Vânia Márcia Montalvão Guedes
Victoria Arruda

Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (SEEL)

Claudemir José Bernardi
Mara Lucia Fatuch Bernardi

Secretaria de Estado de Cultura (SEC)

Izabel Consuelo M. Martin
Maria Antulia Leventi
Maria Auxiliadora Campos
Silvania Weisemann

Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECITEC)

Adriane de Paula
Adriano Breunig
Márcia Helena de Moraes Souza
Marystela Auxiliadora R. Silva

Secretaria de Estado das Cidades (SECID)

Rita de Cássia Oliveira Chiletto
Raquel Nery Grecco

Rosa Akiko Suezawa Camargo

Secretaria Extraordinária de Estado de Acompanhamento da Logística Intermodal de Transportes (SELIT)

Ibson Fernandes Sanches

Juracy Alves de Oliveira

Procuradoria Geral de Justiça (PGJ)

Karla Lourdes Ferreira Paes

Mauro Benedito Pouso Curvo

Meire Terezinha V. Ferreira

CASA MILITAR

Antonio Moraes

Clelcimar Santos Rabelo de Souza

Defensoria Pública

Mayra Laura Lima de Godoy

Walter de Arruda Fortes

Polícia Rodoviária Federal (PRF)

Mario Furrer

Newton Quinzani

Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo - FIFA 2014

Márcio Barbosa Brandão

Marcus de Deus Grigg

Vagner Jorge Silva

Veruska Almeida de Souza

Escola de Governo

Angela Maria T. Almeida

Jacira Aparecida Anunciação

Neuza do Nascimento

Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

Eurico Fernandes de Souza

Evaldo Ferreira

Iraci Aguiar Medeiros

Agência Estadual de Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso (AGER)

Paulo Henrique M. Guimarães

Marley A. Moura Lima

Tânia Maria Porto de Moraes

Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER)

Dolorice Moreti

Sebastião Campos Filho

Instituto de Metrologia e Qualidade de Mato Grosso (IMEQ)

Dinair Carvalho
João Henrique T. de Moraes

Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT)

Francisco Aurélio Pereira Borges
Marilza Rodrigues da Silva
Tereza Cristina M. da Silva

Companhia de Mato-Grossense de Mineração (METAMAT)

Iracyane Crysthina Alves de Brito

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso (JUCEMAT)

Leuza Maria Batista Menezes

Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S.A (MT FOMENTO)

Rita Rosa da Silva Oliveira

Centro de Processamento de Dados do Estado de Mato Grosso (CEPROMAT)

Ideraldo Bonafé

Assembléia Legislativa (AL)

Abílio Camilo Fernandes

Tribunal de Justiça (TJ)

Adjair Roque de Arruda
Florinda Lopes
Márcia Wolker

Tribunal de Contas do Estado (TCE)

Adjair Roque de Arruda

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Adriano M. R. Figueiredo
Fernando Tadeu de Miranda Borges
José Manuel Carvalho Marta
Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)

Eliane Ribeiro Chaves
Gilberto Lemes do Nascimento
Luzia Cristina Freitas de Souza

Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso (FIEMT)

João José de Amorim

Empresa Estatal de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA)

João Flávio Veloso

Auditoria Geral do Estado de Mato Grosso (AGE)

Davi Ferreira Botelho
Norton Gley Sales Santos

Associação dos Geólogos de Mato Grosso (AGEMAT)

André Luiz da Silva Molina

Instituto Acácia de Agricultura Familiar (IAAF)

Medson Janer da Silva

Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC)

Regina Lucia Borges Araujo

Fundação Nova Chance (FUNAC)

Mônica Rodrigues de Souza

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Karina Nascimento de Oliveira
Marina Abreu Lacerda

Departamento Estadual de Transito (DETRAN)

Elton César de Aguiar
Juliana Silva do Carmo

Conselho Estadual de Entorpecentes (CONEN)

Ana Elisa Limeira

Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT)

João Pedro Valente
Luciano Gomes Ferreira

Escola do Governo

Jacira Aparecida Anunciação
Maria Auxiliadora Souza
Neuza do Nascimento

Arquitetos

Deraldo Campos
José Pedro Porrat
Lucas Gomes de Souza

Rede Mato-grossense de Educação Ambiental (REMTEA)

Grupo de Trabalho Mobilização Social (GTMS)

Equipe de apoio administrativo e logístico

Elena Alves Nogueira
Jumelice Maria da Silva e Silva
Luiz Fernando Hajime Ikeda
Tânia Maria Salem

Equipe Técnica da Multivisão

Enéas Fernandes de Aguiar – Supervisão geral
Sérgio José Cavalcanti Buarque – Coordenação Técnica
Ester Maria Aguiar de Sousa – Consultora Sênior
Dogercy Nunes Santos – Consultor Sênior
Francisco Fausto Matto Grosso Pereira – Consultor
Edvaldo Martiniano de Luna – Consultor Sênior
José Raymundo Aguiar – Consultor Sênior
Gabriel Tenório Kater – Consultor Sênior
Paulo de Tarso da Rocha – Training
Mônica Mercadante – Designer